DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE PAULO DE FARIA

Conforme Lei Municipal nº 1.635, de 23 de abril de 2018

www.paulodefaria.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/paulo_de_faria

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Atos Oficiais 2
Leis 2

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Paulo de Faria, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Paulo de Faria poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.paulodefaria.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/paulo_de_faria
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Paulo de Faria
CNPJ 45.150.166/0001-22
Rua XV de novembro, 790
Telefone: (17) 3802-9200
Site: www.paulodefaria.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/paulo_de_faria

Câmara Municipal de Paulo de Faria
CNPJ 51.351.732/0001-67
Praça Peregrino Benelli, 52
Telefone: (17) 3292-1360 | (17) 3292-1730
Site: www.camarapaulodefaria.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Paulo de Faria garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.paulodefaria.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/paulo_de_faria

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.150.166/0001-22

Governo Municipal
PAULO DE FARIA
Honestidade e respeito pela população! 2021-2024

LEI COMPLEMENTAR Nº 185
DE 09 DE SETEMBRO DE 2024.

"Cria e institui o Plano Diretor Municipal do município de Paulo de Faria/SP e dá outras providências."

MÁRIO DE FELÍCIO NETO, Prefeito do Município de Paulo de Faria, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 42 e 43, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, e 167, inciso V, da Constituição Federal - CF,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Paulo de Faria, por seus representantes aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Art. 1º. O Plano Diretor do Município de Paulo de Faria/SP é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, destinado a ordenar, promover e controlar o desenvolvimento territorial do Município na forma, metas e objetivos descritos no ANEXO I- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO PAULO DE FARIA/SP.

Parágrafo Único- As normas desta Lei Complementar serão válidas sem prejuízo do disposto nas legislações estadual, federal e

municipal pertinentes, concorrentes ou supervenientes, no âmbito de suas respectivas competências, valendo-se a norma mais restritiva.

Art. 2º. O Plano Diretor Municipal abrange a totalidade do território do Município e estabelece princípios, diretrizes e objetivos para:

I - as políticas de desenvolvimento municipal;

II - a política urbana ambiental;

III - a gestão democrática da cidade;

IV - a gestão do sistema de planejamento, monitoramento e controle da cidade.

§ 1º As políticas de desenvolvimento municipal são o conjunto de planos e ações que tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o uso socialmente justo, ecologicamente equilibrado e diversificado de seu território, de forma a assegurar o bem-estar e a qualidade de vida de seus habitantes.

§ 2º O sistema de planejamento, monitoramento e controle urbano corresponde ao conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos que tem como objetivo coordenar as ações referentes ao desenvolvimento urbano, de iniciativa dos setores público e privado, integrando-as com os diversos programas setoriais, visando à dinamização e à modernização da ação governamental.

Art. 3º. Integram este Plano Diretor de forma complementar, as seguintes leis:

I –Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Município de Paulo de Faria/SP;

II –Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Paulo de Faria/SP;

III –Lei de Código de Obras e Edificações do Município de Paulo de Faria/SP;

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá emitir Leis e Decretos necessários, para regulamentar o Plano Diretor desde que, tratem de matéria pertinente ao planejamento municipal e ao desenvolvimento urbano e rural.

CAPITULO II

DOS PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art.4°. A política de promoção do desenvolvimento municipal de Paulo de Faria/SP, nos seus planos estratégicos, será articulada à proteção do meio ambiente, redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida da população.

Art.5°. O território municipal será ordenado para atender às funções econômicas e sociais da cidade, de modo a compatibilizar o desenvolvimento urbano com suas condições ambientais, desenvolvimento econômico, saúde, cultura, educação, esporte, lazer, assistência social, segurança pública, população e vulnerabilidade social, mobilidade urbana, turismo, saneamento ambiental e produção do espaço urbano.

Art.6°. A consecução dos objetivos do Plano Diretor dar-se-á com base na implementação de políticas setoriais integradas descritas em um Plano de Ação, visando ordenar a expansão e o desenvolvimento do município, permitindo seu crescimento planejado e ambientalmente sustentável, com melhoria da qualidade de vida.

Art. 7º. Os princípios, as diretrizes e os objetivos do Plano Diretor devem ser respeitados, no mínimo, pelos seguintes planos e normas:

I - Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e o Plano de Metas;

II – As Leis Elencadas no Art. 3°

Art. 8º. Os objetivos previstos neste Plano Diretor deverão ser alcançados até o ano de 2030.

SEÇÃO I

DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Art. 9º. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico vem para ajudar na identificação de estratégias para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população do município de Paulo de Faria/SP.

Art. 10°. São objetivos específicos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico:

I-Erradicação da Pobreza;

II-Trabalho decente e Crescimento Econômico;

III- Redução das Desigualdades.

Art. 11. Para a consecução desses objetivos são propostas as seguintes ações:

I-Incentivar o Turismo, já que o município integra o MIT- Município de Interesse Turístico Paulista, buscando maior participação deste segmento na formação do Produto Interno Bruto Municipal e na geração de empregos;

II-Estimular novas atividades econômicas;

III- Promover implantação de Distrito Industrial para fomentar o desenvolvimento de novos empregos e Receita Pública;

IV-Fomentar a produção da agricultura familiar, agroecológica e sustentável;

V- Estímulo e promoção do pequeno agricultor, especialmente aqueles que optam por não utilizar agroquímicos em suas plantações;

VI- Promover o produtor local por meio da participação em feiras livres municipais;

VII- Maior controle dos potenciais impactos ambientais da monocultura da cana-de-açúcar;

VIII- Politicas Municipais especificas para incentivo à produção artesanal.

SEÇÃO II

DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE

Art.12. O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Saúde, vem para ajudar na identificação de estratégias para melhorar o atendimento dos munícipes e usuários da saúde do município.

Art. 13. São objetivos específicos do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Saúde:

I-Saúde e Bem- Estar;

II-Redução das Desigualdades.

Art. 14. Para a consecução desses objetivos são propostas as seguintes ações:

I-Buscar recursos junto ao Governo Federal e Estadual, para aquisição de equipamentos para exames clínicos;

II-Promoção e Expansão de Projetos no contraturno escolar destinados a crianças e adolescentes, em colaboração com o Governo Estadual e Federal, bem como em parceria com a iniciativa privada e com o terceiro setor;

III-Aprimorar o atendimento à saúde preventiva das pessoas de terceira idade.

SEÇÃO III

DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA CULTURA

Art. 15. São objetivos específicos do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cultura:

I-Trabalho decente e crescimento econômico;

II-Cidade e Comunidades sustentáveis;

III-Consumo e Produção Responsável.

Art. 16. Para a consecução desses objetivos são propostas as seguintes ações:

I-Incentivar o artesanato local, em especial, a fabricação da linguiça cuiabana, doces e a culinária tradicional em Paulo de Faria;

II-Promover o resgaste das raízes culturais, religiosas e de folclore, buscando a criação de local adequado e específico;

III-Catalogar, promover incentivos e prever ações para preservação e recuperação do patrimônio arquitetônico;

IV-Estimular o desenvolvimento de Projetos Culturais que atendam os anseios da população, bem como buscar recursos para construção de local para apresentações culturais.

SEÇÃO IV

DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Art. 17. Os objetivos específicos para garantir uma educação de qualidade no município, visam assegurar:

I-Erradicação da Pobreza;

II-Educação de Qualidade;

III-Trabalho decente e Crescimento Econômico;

IV-Redução das Desigualdades.

Art. 18. Para garantir esses objetivos, são propostas as seguintes ações:

I-Promover reforço escolar como ferramenta para reduzir lacunas dos alunos do Ensino Fundamental;

II-Analisar a possibilidade de implantar a tutoria online, buscando garantir Reforço Escolar de qualidade e que reduza os desníveis dos alunos;

III-Implantar cursos de qualificação profissional;

IV-Incentivar a utilização da plataforma do Governo Federal, onde são ofertados gratuitamente Cursos de Capacitação e Qualificação Profissional.

SEÇÃO V

DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER

Art. 19. O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, vem para ajudar na identificação de estratégias para melhorar o acesso aos munícipes em relação ao Esporte e Lazer, que visam assegurar:

I-Saúde e Bem-Estar;

II-Educação de Qualidade;

III-Igualdade de Gênero;

IV-Parcerias e meios de implementação.

Art. 20. Para garantir esses objetivos, são propostas as seguintes ações:

I-Promover a expansão de Projetos no contraturno Escolar destinados as crianças e adolescentes, em colaboração com o Governo Estadual e Federal, bem como em parceria com a Iniciativa Privada com o terceiro setor;

II-A escola fomentar no contraturno momentos lúdicos e interativos que colaboram para o desenvolvimento dos estudantes;

III-Incentivar a utilização das quadras esportivas das escolas;

IV-Implantar atividades tais como: Robótica e Tecnologia, Idiomas, Artes e Culinária entre outras;

V-Buscar recursos financeiros junto ao Governo Federal e Estadual para a construção do Anfiteatro.

SEÇÃO VI

DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 21. O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Assistência Social, vem para ajudar na identificação de estratégias para melhorar o acesso aos munícipes em relação ao Departamento Municipal de Assistência Social, que visam assegurar:

I-Saúde e Bem Estar;

II-Igualdade de Gênero;

III-Redução das Desigualdades;

IV-Parcerias e meios de Implementação

Art. 22. Para garantir esses objetivos, são propostas as seguintes ações:

I-Promover a implantação do CAPS no município de Paulo de Faria.

SEÇÃO VII

DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 23. A estratégia para desenvolver a Segurança Pública, vem para melhorar ainda mais a segurança do município, as quais visam assegurar:

I-Igualdade de Gênero;

II-Educação de Qualidade;

III-Redução das Desigualdades;

IV-Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Art. 24. Para garantir esses objetivos, são propostas as seguintes ações:

I-Aprimorar a segurança em relação aos conflitos entre alunos e brigas nas saídas das escolas.

Parágrafo Único- O município possui bons indicadores de segurança pública, sendo a única preocupação dos munícipes a relação entre alunos e brigas nas saídas das escolas.

SEÇÃO VIII

DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL.

Art. 25. O Plano Estratégico de Desenvolvimento da População e Vulnerabilidade Social, vem para ajudar na identificação de estratégias para melhorar o acesso aos munícipes, que visam assegurar:

I-Erradicação da Pobreza;

II-Saúde e Bem-Estar;

III-Trabalho Decente e Crescimento Econômico;

IV-Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Art. 26. Para garantir esses objetivos, são propostas as seguintes ações:

I-Promover a regularização fundiária em áreas urbanas ocupadas por assentamentos informais;

II-Coibir a ocupação irregular de áreas públicas institucionais dando-lhes o uso adequado;

III-Buscar recursos financeiros junto aos governos Federal e Estadual para construção de moradias para a população de baixa renda;

IV-Promover implantação de Distrito Industrial para fomentar o desenvolvimento de novos empregos e Receita Pública.

SEÇÃO IX

DO PLANO ESTRATÉGICO DE MOBILIDADE URBANA

Art. 27. O Plano Estratégico de Mobilidade Urbana, vem para ajudar na identificação de estratégias para melhorar o acesso aos munícipes, que visam assegurar:

I-Saúde e Bem-Estar:

II-Cidades e Comunidades Sustentáveis;

III-Ação contra a mudança global do clima.

Art. 28. Para garantir esses objetivos, são propostas as seguintes ações:

I-Fomentar o uso de bicicletas por meio de passeios ciclísticos e passeios turísticos;

II-Incentivar o uso de bicicletas para a redução das emissões de gases do efeito estufa e combate às mudanças climáticas;

III-Buscar recursos e apoio técnico para melhoria da Mobilidade Urbana.

SEÇÃO X

DO PLANO ESTRATÉGICO DO TURISMO

Art. 29. O Plano Estratégico do Turismo, visa movimentar o potencial turístico natural, os quais visam assegurar:

I-Saúde e Bem-Estar;

II-Trabalho Decente e Crescimento Econômico;

III-Cidades e Comunidades Sustentáveis;

IV-Consumo e Produção Responsáveis;

V-Parcerias e meios de Implementação.

Art. 30. Para garantir esses objetivos, são propostas as seguintes ações:

I-Fomentar campanha publicitária em canais mais consolidados e atuais como fanpages, blogueiros de viagens, Instagram e sites "Online Travel Agency", como o TripAdvisor;

II-Desenvolver outros tipos de turismos tais como: Ecoturismo; Turismo Cultural; Turismo de Esportes Náuticos; Turismo de Pesca e Turismo Naútico;

III-Alavancar o Setor de Turismo, compatibilizando os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais e naturais do município;

IV-Disciplinar as atividades esportivas aquáticas nos recursos hídricos locais, em conjunto com os órgãos responsáveis estaduais e federais;

V-Promover o fortalecimento do setor de comércio e serviços relacionado a atividades de turismo, com o objetivo de incrementar a geração de emprego e renda;

VI-Auxiliar no aprimoramento e na qualificação dos serviços prestados ao turista, principalmente pelos bares, lanchonetes hotéis e restaurantes locais;

VII-Dotar a cidade com equipamentos públicos de lazer e recreação, que reforcem a vocação local para o turismo;

VIII- Elaborar rotas e calendários turísticos, incluindo artesanatos e culinárias, entre outros.

SEÇÃO XI

DO PLANO ESTRATÉGICO DO SANEAMENTO AMBIENTAL

Art. 31. O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Saneamento Ambiental, vem para ajudar no Desenvolvimento Sustentável, que visam assegurar:

I-Saúde e Bem-Estar;

II-Água Potável e Saneamento;

III-Trabalho Decente e Crescimento Econômico;

IV-Industria, Inovação e Infraestrutura;

V-Cidades e Comunidades Sustentáveis;

VI-Consumo e Produção Responsáveis;

VII-Ação contra a mudança global no clima;

VIII-Vida na água;

IX- Vida Terrestre.

Art. 32. Para garantir esses objetivos, são propostas as seguintes ações:

I-Solicitar da concessionária dos serviços de abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário, informações sobre a Elaboração de Cadastro Técnico (rede e ligações) do sistema de abastecimento de água, em meio digital.

II-Solicitar da Concessionária dos serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário, informações sobre o Programa de Gerenciamento do índice de perdas.

III-Desenvolver o plano de manejo ambiental para Microbacia Hidrográfica dos Córregos dos Patos, responsável pelo manancial de abastecimento superficial de água;

IV-Elaborar cadastramento e controle das áreas verdes urbanas públicas e particulares;

V-Desenvolver um programa de arborização das vias públicas em colaboração com a comunidade;

VI-Elaborar Plano de Coleta Seletiva e implantá-lo.

SEÇÃO XII

DO PLANO ESTRATÉGICO DO ESPAÇO URBANO

Art. 33. O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Produção do Espaço Urbano, vem para ajudar na identificação de estratégias para melhorar o munícipe, que visam assegurar:

I-Erradicação da Pobreza;

II-Saúde e Bem-Estar;

III-Redução das Desigualdades;

IV-Cidades e Comunidades Sustentáveis;

V-Parcerias e meios de Implementação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.150.166/0001-22

Governo Municipal
PAULO DE FARIA
Honestidade e respeito pela população! 2021-2024

Art. 34. Para garantir esses objetivos, são propostas as seguintes ações:

I-Promover a Regularização Fundiária em áreas urbanas ocupadas por assentamentos informais;

II-Solicitar recursos financeiros junto aos Governos Federal e Estadual para produção de moradias para a população de menor poder aquisitivo;

Art.35. O Plano Diretor deverá ser revisto e atualizado pelo menos a cada 10 (dez) anos, contados a partir da data de sua publicação.

§ 1º Considerar-se-á cumprida a exigência prevista no caput deste artigo com o envio do Projeto de Lei por parte do Poder Executivo à Câmara Municipal, assegurada a participação popular, através de audiências públicas.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a propositura e aprovação de alterações a qualquer tempo, desde que garantida a participação popular no processo, por meio dos instrumentos criados nesta Lei.

Art. 36. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paulo de Faria, 09 de setembro de 2.024.

MÁRIO DE FELÍCIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no local de costume e no Diário Oficial Eletrônico do Município de Paulo de Faria (SP). Registrado no Departamento Jurídico na data supra.

Dr. RÔMULO BLECHA VEIGA
O.A.B/SP n.º 475.738
- Procurador Municipal-

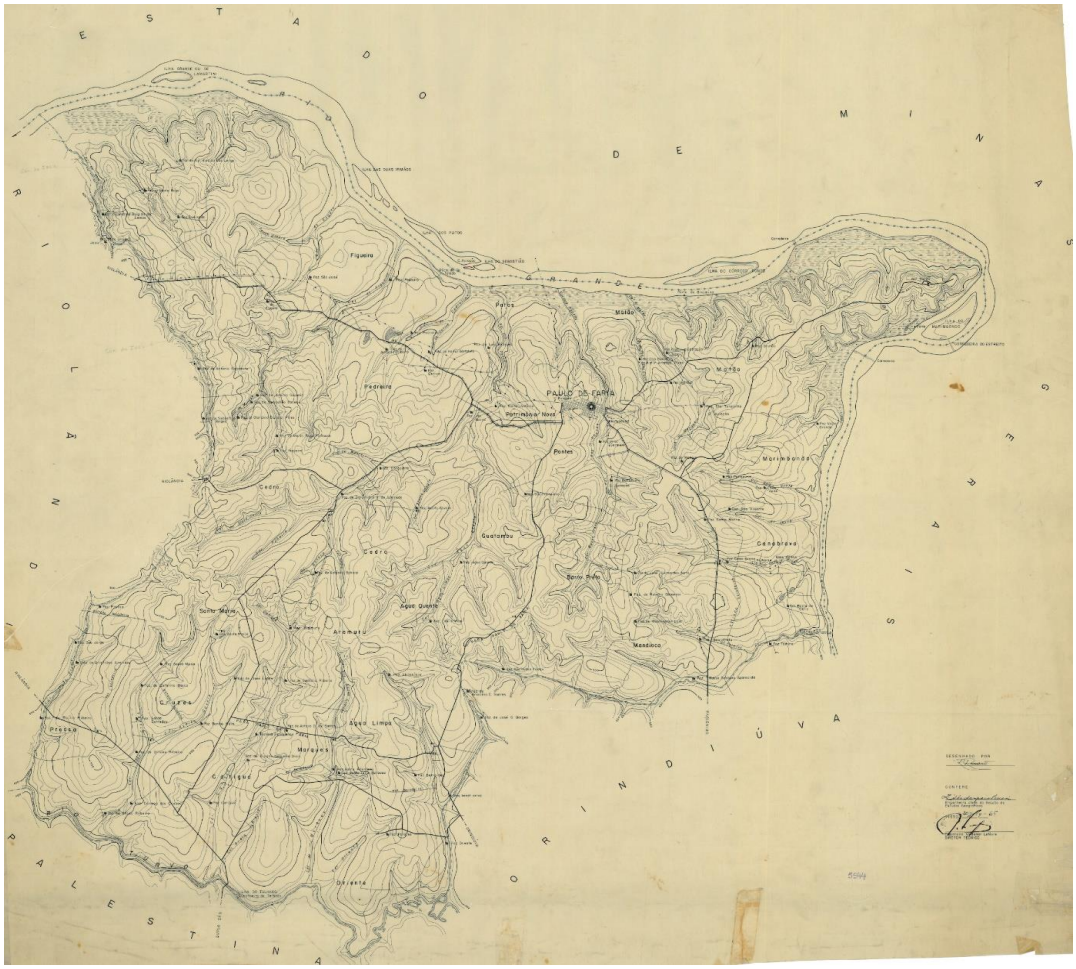
Fone: (17) 3802-9200
Rua XV de Novembro, 790 - Centro - CEP: 15.490-000 - Paulo de Faria-SP.

ANEXO I

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

PAULO DE FARIA



Fevereiro/2024

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

PAULO DE FARIA

Paulo de Faria
Fevereiro/2024

PREFEITO MUNICIPAL: Mário de Felício Neto

VICE-PREFEITO MUNICIPAL: Osmar Sampaio

Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Participativo

- **Procuradoria Geral do Município:**

  Membro: Adriano José da Silva Pádua – Lotado no Cargo de Procurador Chefe dos Serviços Jurídicos;

  Suplente: Dariane Soraia Peixoto Rossi – Assessor de Gabinete;

- **Coordenadoria Municipal da Fazenda**
  - Divisão do Tesouro Municipal

  Membro: Luiz Ricardo de Paula – Lotado no Cargo de Contador;

  Suplente: Carlos José Borges - Lotado no Cargo de Assistente de Contabilidade;

- **Divisão de Tributos Municipais**

  Membros: Maria Eugênia Carvalho Aidar Silva – Lotado no Cargo de Agente Fiscal de Tributos e;

  Mariana Martins Ferreira de Paula Costa Miranda – Lotado no Cargo de Agente Fiscal de Obras e Posturas;

Suplentes: Raique Rodrigues Orikassa – Lotado no Cargo de Auxiliar de Lançadoria e;

Sandra Maria Pereira de Lima Frigeri – Lotado no Cargo de Lançador;

- **Coordenadoria Municipal de Saúde**

  Membro: *Valéria Gonçalves Silva - Chefe dos Serviços de Saúde;*

  Suplente: *Valter Alves de Morais – Enfermeiro;*

- **Coordenadoria Municipal de Educação**

  Membro: *Sonia Aparecida Rezende Andrade Bobeda - Supervisor Municipal de Educação;*

  Suplente: *Rafael Sampaio Rezende- Assessor Pedagógico;*

- **Coordenadoria Municipal de Assistência Social**

  Membro: *Amélia Maria Borges de Oliveira - Chefe dos Serviços de Assistência Social;*

  Suplente: *Roberta Faustino Pereira Rodrigues – Diretor de Divisão;*

- **Coordenadoria Municipal de Agricultura e Abastecimento**

  Membro: *Marcos Vinício Calixto de Toledo - Engenheiro Agrícola;*

  Suplente: *Denize Barbosa Garcia - Serviços Gerais;*

- **Coordenadoria Municipal de Cultura e Turismo**

  Membro: *Orânia Cristina Alves de Toledo - Diretora da Casa de Cultura;*

Suplente: *Cristovo Henrique de Souza Jesus – Assessor de Cerimonial;*

- **Coordenadoria Municipal de Esportes e Lazer**

Membro: *Wagner Silva de Oliveira - Chefe dos Serviços de Esportes;*

Suplente: *João Luís Nascimento – Serviços Gerais;*

- **Coordenadoria Municipal de Urbanismo, Obras e Meio Ambiente**

– Divisão de Engenharia e Arquitetura

Membro: *Antônio Donizete Bezerra – Chefe dos Serviços Urbanos;*

Suplente: *Juliane Borges Sampaio – Auxiliar Administrativo;*

– Divisão de Qualidade e Preservação Ambiental

Membro: *Douglas Ribeiro Machado - Analista de Gestão Pública;*

Suplente: *Caio Fernando Russo Lucianeti – Assessor de Desenvolvimento Industrial, Comercial e de Serviços;*

– Divisão de Manutenção e Conservação de Praças, Jardins e Vias Urbanas

Membro: *Aúreo Luiz Rabelo – Chefe dos Serviços de Limpeza Pública;*

Suplente: *Edson Alves de Matos – Chefe dos Serviços de Estradas e Rodagem Municipal.*

APRESENTAÇÃO

O presente documento diz respeito à elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Paulo de Faria e corresponde ao relatório final da leitura da realidade municipal.

A Constituição Federal de 1988 considera o Plano Diretor como o "instrumento básico de desenvolvimento e expansão urbana", enfatizando que a "função social da propriedade urbana" deve atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas nesse documento. A Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, veio para criar e regulamentar os diversos instrumentos de política urbana, vinculando-os ao Plano Diretor.

O Plano Diretor Municipal representa um compromisso com o futuro de nossa comunidade. Ele é mais do que um simples conjunto de diretrizes; é uma visão coletiva que busca moldar nosso município de maneira sustentável, equitativa e próspera. Este documento é fruto de uma reflexão sobre os desafios e oportunidades que enfrentamos, considerando nossos recursos, valores e aspirações.

Ao desenvolver nosso Plano Diretor Municipal, reconhecemos que as decisões de hoje influenciarão as gerações futuras, tendo como objetivo primordial garantir que nosso município cresça de maneira ordenada, preservando nossa identidade única e promovendo a qualidade de vida de todos os habitantes. Esta apresentação oferece uma visão geral dos principais elementos do plano, delineando a abordagem adotada e a importância de uma participação ativa da comunidade em todo o processo.

Neste trabalho, as diversas dimensões da dinâmica urbana são tratadas por áreas especificas de conhecimento, tais como história e patrimônio, economia, meio ambiente e infraestrutura, entre outros.

Nossa jornada começa com uma análise minuciosa do estado atual do município, considerando fatores como demografia, economia, infraestrutura, meio ambiente e patrimônio cultural. Com base nessa avaliação, identificamos oportunidades para fortalecer nossas potencialidades e enfrentar os desafios emergentes.

A participação pública é uma pedra angular deste processo. Reconhecemos que as vozes de nossos cidadãos são essenciais para moldar as políticas que irão nortear nosso futuro. Por meio de reuniões, audiência pública, workshops e plataformas digitais, buscamos garantir que cada membro da comunidade pudesse contribuir com ideias e preocupações. Dessa forma, nosso Plano Diretor Municipal refletirá verdadeiramente as necessidades e aspirações de todos.

À medida que avançamos, reconhecemos a importância de alinhar nosso plano com marcos regulatórios mais amplos, como leis estaduais e nacionais, bem como com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas - ODS. Isso assegura que nosso município se mantenha integrado a uma visão global de um futuro mais justo, próspero e ambientalmente consciente.

Este Plano Diretor Municipal não é um fim em si mesmo, mas sim um começo. Ele nos guiará à medida que tomamos decisões sobre uso do solo, transporte, habitação, preservação do meio ambiente e muito mais. Cada ação planejada é uma etapa em direção a um amanhã melhor para nossos cidadãos e para as gerações que virão.

Nossa jornada está apenas começando, e com a colaboração de todos, construiremos um futuro que honre nossa história, promova a inovação e respeite os princípios que nos unem como comunidade. Juntos, moldaremos o destino de nosso município e, com isso, deixaremos um legado duradouro para as gerações vindouras.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 11

A. LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL 13

PARTE I – LEITURA TÉCNICA 13

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICIPIO 14

2.1 HISTÓRIA 14

2.2 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO MUNICIPIO 15

2.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO MUNICIPIO 15
2.2.2 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO 18
2.2.3 BIOMA 23
2.2.4 CLIMA 27
2.2.5 PEDOLOGIA 30
2.2.6 GEOMORFOLOGIA 32
2.2.7 GEOLOGIA 34
2.2.8 RECURSOS HIDRICOS 39

3. ASPECTOS SOCIOECONOMICOS E SOCIAIS 44

3.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS 44

3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS 47

3.3 ASPECTOS DA ADMINSTRAÇÃO MUNICIPAL 64

3.3.1 FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS 64
3.3.2 ESTRUTURA ADMINSTRATIVA MUNICIPAL 66

3.4 ASPECTOS E INDICADORES DE SAÚDE 75

3.5 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO 81

3.5.1 INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL 81
3.5.2 DADOS DA EDUCAÇÃO 89

3.6 ASPECTOS CULTURAIS E TURISTICOS 94

3.6.1 ESTRUTURAS ARQUITETONICAS E URBANISTICAS 97

3.7 ASPECTOS TURISTICOS 102

3.8 ASPECTOS DO ESPORTE E LAZER 112

3.9 ASPECTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 118

3.10 ASPECTOS DA SEGURANÇA PÚBLICA 121

3.10.1 DADOS DA SEGURANÇA PÚBLICA 123

3.11 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO 124

3.11.1 LEGISLAÇÃO URBANISTICA E CONSTRUTIVA 124

3.11.2 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO 125
3.11.3 OCUPAÇÃO URBANA 131
3.11.4 SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE 135
3.12 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL 137
4. REGIÃO METROPOLITANA 147
A. LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL 149
PARTE II – LEITURA COMUNITÁRIA 149
5. PROCESSOS PARTICIPATIVOS 150
5.1 LEITURA COMUNITÁRIA: "O QUE VOCÊ ACHA QUE FALTA EM NOSSO MUNICÍPIO?" 165
6. ANÁLISES ESTRATÉGICAS 189
6.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 189
6.2 SAÚDE 191
6.3 CULTURA 192
6.4 EDUCAÇÃO 193
6.5 ESPORTE E LAZER 194
6.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL 195
6.7 SEGURANÇA PÚBLICA 196
6.8 POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL 197
6.9 MOBILIDADE URBANA 198
6.10 TURISMO 199
6.11 SANEAMENTO AMBIENTAL 201
6.12 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO 203
*B. ANEXOS ..... **Erro! Indicador não definido.***
1. ANEXO 1: Minuta da Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Município de Paulo de Faria ..... Erro! Indicador não definido.
2. ANEXO II - Plano de Melhoramento Viário anexo a Lei de Parcelamento do Solo Urbano Erro! Indicador não definido.
3. ANEXO III – Minuta da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Paulo de Faria .. Erro! Indicador não definido.
4. ANEXO IV – Planta de Zoneamento anexo a Lei de Uso e Ocupação do Solo .. Erro! Indicador não definido.

5. ANEXO V – Planta de identificação das Áreas Especiais de Interesse Turístico .....Erro! Indicador não definido.

6. ANEXO VI – Minuta de Lei – Código de Obras e Edificações do Município de Paulo de Faria ....Erro! Indicador não definido.

7. ANEXO VII – Planta da Evolução Temporal do Espaço Urbano ..Erro! Indicador não definido.

8. ANEXO VIII – Planta Genérica de Valores da cidade de Paulo de Faria .... Erro! Indicador não definido.

9. ANEXO IX – Planta de identificação dos núcleos habitacionais para regularização fundiária ....Erro! Indicador não definido.

10. ANEXO X – Planta de identificação dos estabelecimentos Públicos .. Erro! Indicador não definido.

11. ANEXO XI – Mapa Planialtimétrico do Município de Paulo de Faria ..... Erro! Indicador não definido.

12. ANEXO XII – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ...Erro! Indicador não definido.

BIBLIOGRAFIA *204*

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório apresenta o diagnóstico da realidade atual do município, desenvolvido por meio das leituras técnicas e comunitárias, dos levantamentos realizados junto ao corpo técnico da Prefeitura e das avaliações técnicas realizadas pela empresa contratada com o objetivo de elaborar o Plano Diretor Participativo de Paulo de Faria.

A elaboração do Plano Diretor obedeceu aos preceitos da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, a Constituição Federal, que o julga como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e a Lei Orgânica de Paulo de Faria, e, em cumprimento ao Contrato de Prestação de Serviços n°. 108/22, firmado entre o Município de Paulo de Faria e a empresa Luiz Fernando de Lemos Barroso – ATLA Projetos e Consultoria.

O Produto é resultante da consecução das atividades desenvolvidas em conformidade com o “Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores”, disponibilizado pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, concebido em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e desenvolvido no contexto do Projeto APOIO À AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NO BRASIL – ANDUS.

O seu propósito é refletir sobre a realidade municipal sob duas perspectivas: técnica e comunitária, servindo como base para a definição e o pacto dos Eixos Estratégicos do Município, com a participação popular. Esses eixos estratégicos estão detalhados nos últimos itens deste documento.

Este relatório visa compilar principalmente dados disponibilizados por órgãos oficiais de pesquisa e pela Prefeitura Municipal, além de analisar a documentação disponível. O texto é composto por relatórios, quadros, figuras e mapas.

Para a execução dessa etapa, foram realizadas visitas semanais ao município, nas quais dados foram coletados em campo tanto na área urbana quanto na rural, a fim de obter conhecimento da realidade local. Durante essa fase, diversas oficinas de trabalho foram conduzidas, envolvendo a equipe técnica municipal, secretários, funcionários públicos e a Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Participativo.

No âmbito do trabalho de escritório, a tarefa de complementar os dados coletados em campo foi conduzida através de uma ampla pesquisa nos recursos disponíveis na Internet. Durante essa pesquisa, foi tomado o devido cuidado na seleção das fontes consultadas, com o objetivo de manter a integridade do documento, dando preferência às fontes disponibilizadas por órgãos públicos. A partir desse ponto, iniciou-se o processo de organização e compilação dos dados para proporcionar uma compreensão mais abrangente do Município.

A. LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL

PARTE I – LEITURA TÉCNICA

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICIPIO

2.1 HISTÓRIA

Em 1911, o casal Peregrino Benelli doou a primeira gleba de terras à Diocese, naquela época localizada na cidade de Barretos. Outras doações se seguiram, incluindo a de Graciano José de Lima à Prefeitura Municipal de Olímpia.

Com o patrimônio totalizando 38 alqueires, surgiu o Arraial dos Patos, cuja denominação deveu-se aos engenheiros encarregados de demarcar os primeiros caminhos que ligavam a povoação às poucas propriedades rurais existentes. O primeiro acampamento dos engenheiros localizou-se às margens de um ribeirão onde havia numerosos patos, e esse local serviu de referência tanto para a demarcação quanto para a toponímia, não apenas do ribeirão, mas também do Arraial.

Em 1913, foi criado no Arraial dos Patos um Distrito Policial, subordinado a Barretos, e quatro anos depois foi transferido para Olímpia. A agricultura se estabeleceu como uma forte base socioeconômica da povoação, com destaque para produtos como arroz e algodão.

Por meio do Decreto de criação do município, sua denominação foi alterada para Paulo de Faria, em homenagem ao então interventor do Estado de São Paulo, Adhemar Pereira de Barros, em memória ao seu secretário, Paulo de Faria, falecido na época em um acidente aéreo.

Quanto a sua formação administrativa, o Distrito foi criado com a denominação de Patos, por meio da Lei nº 1801, de 29 de novembro de 1921, no Município de Olímpia. Foi elevado à categoria de município com o nome de Paulo de Faria, através do Decreto Estadual nº 9775, de 30 de novembro de 1938, sendo desmembrado de Olímpia, constituído por 3 Distritos: Paulo de Faria, Orindiúva e Veadinho. A instalação ocorreu em 11 de abril de 1939.

Em 1939-1943, o Município de Paulo de Faria é composto pelos Distritos de Paulo de Faria, Orindiúva e Veadinho, e pertence ao termo de Nova Granada, da comarca de Nova Granada.

Em virtude do Decreto-lei Estadual nº 14334, de 30 de novembro de 1944, que fixou o quadro territorial para vigorar em 1945-1948, o Município de Paulo de Faria ficou composto dos Distritos de Paulo de Faria, Orindiúva e Veadinho do Porto (antigo Veadinho).

Devido ao Decreto-lei Estadual nº 14334, de 30 de novembro de 1944, que estabeleceu o quadro territorial para o período de 1945-1948, o Município de Paulo de Faria foi composto pelos Distritos de Paulo de Faria, Orindiúva e Veadinho do Porto (anteriormente Veadinho). Essa configuração constou no quadro definido pela Lei nº 233, de 24 de dezembro de 1948, para vigorar de 1949 a 1953.

No quadro estabelecido pela Lei nº 2456, de 31 de dezembro de 1953, para 1954-1958, o município consistiu nos Distritos de Paulo de Faria e Orindiúva, constituindo apenas a comarca de Nova Granada. Isso se deu devido à elevação do Distrito de Veadinho do Porto, renomeado para Riolândia, à categoria de município pela mesma Lei.

Na divisão territorial de 01 de julho de 1960, o município foi formado por 2 Distritos: Paulo de Faria e Orindiúva. Através da Lei Estadual nº 8092, de 28 de fevereiro de 1964, o Distrito de Orindiúva foi desmembrado do Município de Paulo de Faria.

Na divisão territorial de 31 de dezembro de 1968, o município foi composto apenas pelo Distrito Sede. Essa configuração permaneceu na divisão territorial de 15 de julho de 1999.

2.2 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO MUNICIPIO

2.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO MUNICIPIO

2.2.1.1 Localização do Município

O município de Paulo de Faria localiza-se a noroeste do Estado de São Paulo, na divisa com o Estado de Minas Gerais, distante 537,0 km da capital, 104,0 km de São José do Rio Preto, tem seu território limitado pelo Rio Grande e pelo outro lado deste, faz divisa com os municípios mineiros de Itapagipe ao norte e Frutal a leste, e com os municípios paulista de Orindiúva a leste, Palestina ao sul e Riolândia a oeste. Está inserido na Região Metropolitana de São José do Rio Preto.



FIGURA 01: Mapa ilustrativo de localização de Paulo de Faria no Estado de São Paulo.

A área territorial do município é de 737,986 Km² (IBGE, 2022) e a área a área urbanizada do município de Paulo de Faria que é de 1,85 km² (IBGE, 2019), com altitude média de 444 metros acima do nível do mar e cuja sede situa-se nas

coordenadas 20°01'51" de latitude sul e 49°22'59" de longitude oeste. O município é servido pela Rodovia Armando Salles de Oliveira.

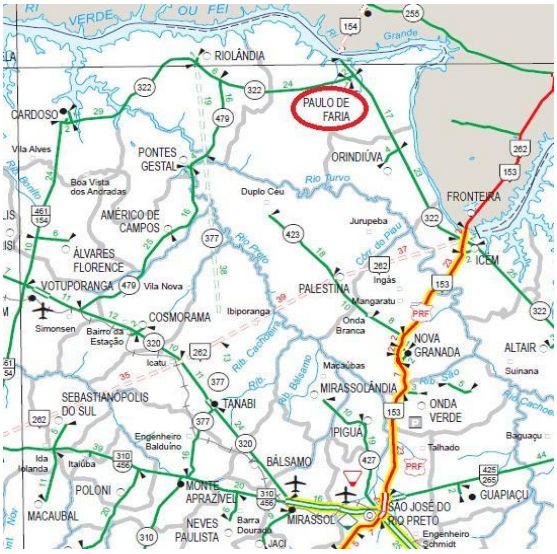


FIGURA 02: Mapa Localização de Paulo de Faria, vias de acesso e limites. Fonte: DNIT, 2023.

No levantamento do IBGE (2007) acerca das regiões de influência no Brasil, nota-se claramente que Paulo de Faria é fortemente polarizado por São José do Rio Preto (Capital Regional A), e de forma menos acentuada, por Votuporanga (Capital Sub-regional B).

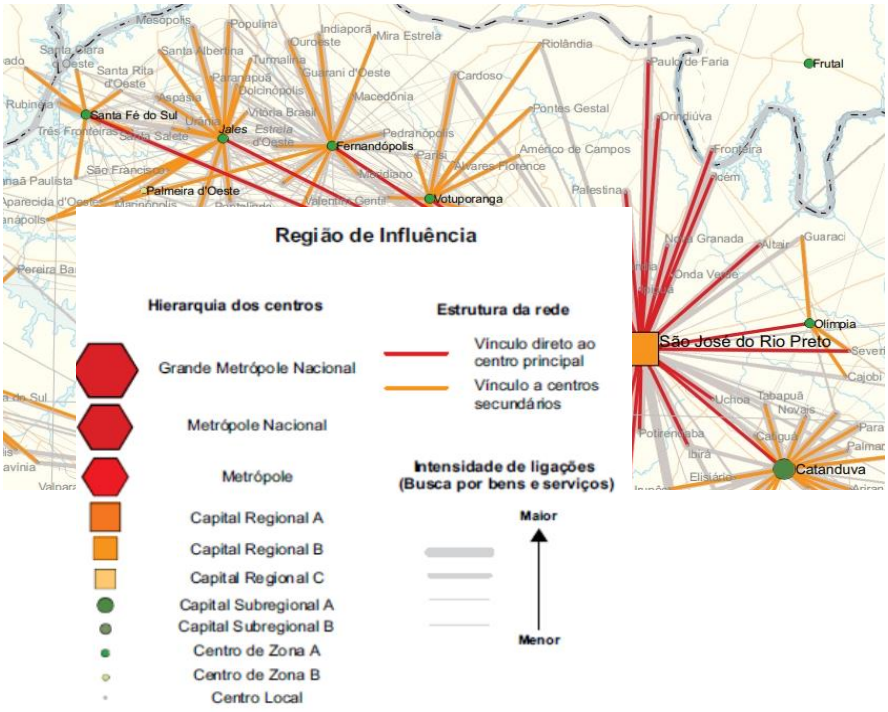


FIGURA 03: Mapa de região de influência de São José do Rio Preto Fonte: IBGE. Regiões de influência das Cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2023.

2.2.2 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O uso e ocupação do solo rural desempenham um papel fundamental na estruturação e desenvolvimento das áreas agrícolas e naturais. Trata-se de um conceito multidimensional que engloba a maneira como as terras são utilizadas, organizadas e gerenciadas, levando em consideração as atividades produtivas, ambientais e sociais. A forma como o solo é utilizado influencia diretamente na sustentabilidade dos sistemas agropecuários, na conservação dos recursos naturais e na qualidade de vida das comunidades rurais.

A agricultura é a principal atividade ligada ao uso do solo rural, desempenhando um papel crucial na produção de alimentos, fibras e matérias-primas diversas. O planejamento adequado do uso do solo rural visa otimizar essas atividades de forma

sustentável, considerando fatores como a fertilidade do solo, o relevo, o clima e a disponibilidade de água.

Além da agricultura, o uso do solo rural também engloba a conservação dos recursos naturais, como florestas, áreas de preservação permanente, nascentes e cursos d'água. No contexto social, o uso do solo rural também influencia as comunidades que habitam essas áreas. A fixação de populações rurais, o acesso a serviços básicos, a geração de empregos e a promoção de atividades turísticas são aspectos que precisam ser considerados no planejamento do uso do solo. A diversificação das atividades econômicas rurais pode contribuir para a redução da dependência exclusiva da agricultura e para a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

No entanto, o uso e ocupação inadequados do solo rural podem resultar em consequências negativas. O desmatamento excessivo, o uso intensivo de agrotóxicos, a monocultura desequilibrada e a expansão desordenada das áreas urbanas podem levar à degradação do solo, à perda de biodiversidade e à poluição dos recursos hídricos.

Somente por meio de abordagens equilibradas e responsáveis é possível garantir a saúde dos ecossistemas rurais e o bem-estar das gerações presentes e futuras.

De acordo com dados extraídos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, cadastrados pelo LUPA – Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo, que apresenta as Estatísticas Agrícolas do Município de Paulo de Faria, para o biênio 2016/17; apresenta 344 Unidades de Produção Agropecuária, que totalizam 69.135,40 hectares, e possuem características conforme as tabelas a seguir:

Estrutura Fundiária

ESTRATO (ha)	UPAs		ÁREA DAS UPAs	
	Quantidade	%	hectares	%
0 - 10	30	8,72	159,1	0,23
10 - 20	28	8,14	430,2	0,62
20 - 50	69	20,06	2.453,1	3,55
50 - 100	66	19,19	4.785,7	6,92
100 - 200	55	15,99	8.025,7	11,61
200 - 500	56	16,28	17.136,8	24,79

500 - 1.000	31	9,01	20.517,2	29,68
1.000 - 2.000	6	1,74	8.679,5	12,55
2.000 - 5.000	3	0,87	6.948,1	10,05
> 5.000	0	0,00	0,0	0,00
Total de APAs	344	Área total das APAs =		69.135,40 ha

QUADRO 01: Fonte: <https://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617.php#p>

Principais Atividades Agropecuárias

PRINCIPAIS CULTURAS	N.DE UPAs	TOTAL
Cana-de-açúcar finalidade indústria	213	40.140,7
Braquiária	229	12.691,8
Colonião	44	1.629,0
Milho safra	48	1.381,7
Soja	18	1.239,4
Seringueira	22	939,8
Laranja Industria	6	840,3
Capim-jaraguá	7	341,9
Milho-silagem	29	296,8
	5	185,0

QUADRO 02: Fonte: <https://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617.php#p>

Principais Atividades com Animais

ITEM	UNIDADE	TOTAL
Asininos e muares	cabeças	31
Avicultura de corte	cabeças/ano	14.756
Avicultura ornamental/decorativa/exótica	cabeças	195
Avicultura para ovos	cabeças	60.000
Bovinocultura de corte	cabeças	18.413
Bovinocultura leiteira	cabeças	4.065
Bovinocultura mista	cabeças	4.368
Bubalinocultura	cabeças	36
Caprinocultura	cabeças	31
Equinocultura	cabeças	1.015
Ovinocultura	cabeças	1.465
Piscicultura	m2 tanques	2.000
Suinocultura	cabeças	1.743

QUADRO 03: Fonte: <https://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617.php#p>

Empresas com Atividades Agrícolas

Tipo de empresa (CNAE 2.0)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Aumento
Cultivo de cereais	18	20	23	22	29	24	29	29	27	27	26	80%

Cultivo de algodão herbáceo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0%
Cultivo de cana-de-açúcar	65	64	60	61	62	61	73	73	74	78	83	180%
Cultivo de soja	3	4	4	4	4	3	5	5	4	5	7	40%
Horticultura	3	5	6	7	7	7	6	8	8	9	9	60%
Cultivo de laranja	5	4	2	3	4	3	3	4	2	2	2	-30%
Criação de bovinos	146	151	144	146	151	145	156	169	169	166	167	210%

QUADRO 04: Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas (2022)

Uso e Ocupação do Solo

ITEM	UNIDADE	TOTAL
Área total	hectare	69.135
Área com cultura perene	hectare	1.923
Área com cultura temporária	hectare	43.567
Área com pastagem	hectare	14.703
Área com reflorestamento	hectare	185
Área com vegetação natural	hectare	6.008
Área com vegetação de brejo e várzea	hectare	2.071
Área em descanso	hectare	2
Área complementar	hectare	676

QUADRO 05: Fonte: <https://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617.php#p>

O levantamento sobre a utilização e ocupação do solo conduzido revela uma paisagem profundamente impactada pela atividade humana, ou seja, antropizada. Nesse cenário, cerca de 84,28% da extensão territorial do município é composta por pastagens e cultura temporária, enquanto somente 8,69% são de áreas com vegetação natural.

De acordo com os dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, cadastrados pelo LUPA – Levantamento censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo, os produtos agropecuários predominantes incluem a cana-de-açúcar, o milho, a soja e seringueira. Adicionalmente, o município abriga um efetivo significativo de 60.000 cabeças de aves produtoras de ovos e aproximadamente 27.000 cabeças de gado bovino, entre outras espécies animais.

O uso e ocupação da terra reflete atividades econômicas, tais como a industrial e comercial, entre outras, as quais são responsáveis por alterações na qualidade da

água, do ar, do solo e de outros recursos naturais, interferindo diretamente na qualidade de vida da população.

O mapeamento de uso e ocupação do solo realizado pela Secretaria do Meio Ambiente (2011) indica a existência de uma paisagem fortemente antropizada, onde 43,1% da área do município é coberta por campos e pastagens, além de 45,3% ocupados por atividades agrícolas, principalmente por culturas semi-perenes. Conforme revela a pesquisa de Produção Agrícola Municipal de 2015, divulgada pelo IBGE (2016), os principais produtos agropecuários incluem cana-de-açúcar, milho, soja, laranja e um efetivo de quase 29.000 cabeças de bois, entre outros animais.

O mapa de uso do solo destaca também que 0,2% do território está coberto por área urbana, concentrada ao redor da sede urbana, enquanto o restante da cobertura é ocupado por vegetação, natural ou silvicultura, e corpos d'água, conforme apresentado no Quadro 06.

Quadro 06 – DADOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE PAULO DE FARIA E SEUS USOS

Classe	Área (ha)	%
Área urbana	147,3	0,2%
Campos Úmidos	218,7	0,3%
Corpos D'água	3.326,2	4,6%
Cultura Perene	1.169,8	1,6%
Cultura Semi-Perene	28.291,6	39,1%
Mata	4.849,6	6,7%
Mata Ciliar	2.502,5	3,5%
Pastagens	31.242,6	43,1%
Reflorestamento	656,1	0,9%

QUADRO 06: Elaborado a partir de dados das bacias hidrográficas do município de Paulo de Faria e seus usos.

Na análise do uso do solo uma das principais categorias a ser analisada é a divisão do território em zonas urbanas e zonas rurais.

O Governo do Estado de São Paulo disponibiliza uma nova ferramenta para o planejamento agrícola-ambiental, notadamente para o setor sucroalcooleiro. Trata-se

do primeiro zoneamento agroambiental elaborado por um Estado a partir de parâmetros hidrográficos, físicos, topográficos e climáticos, entre outros.

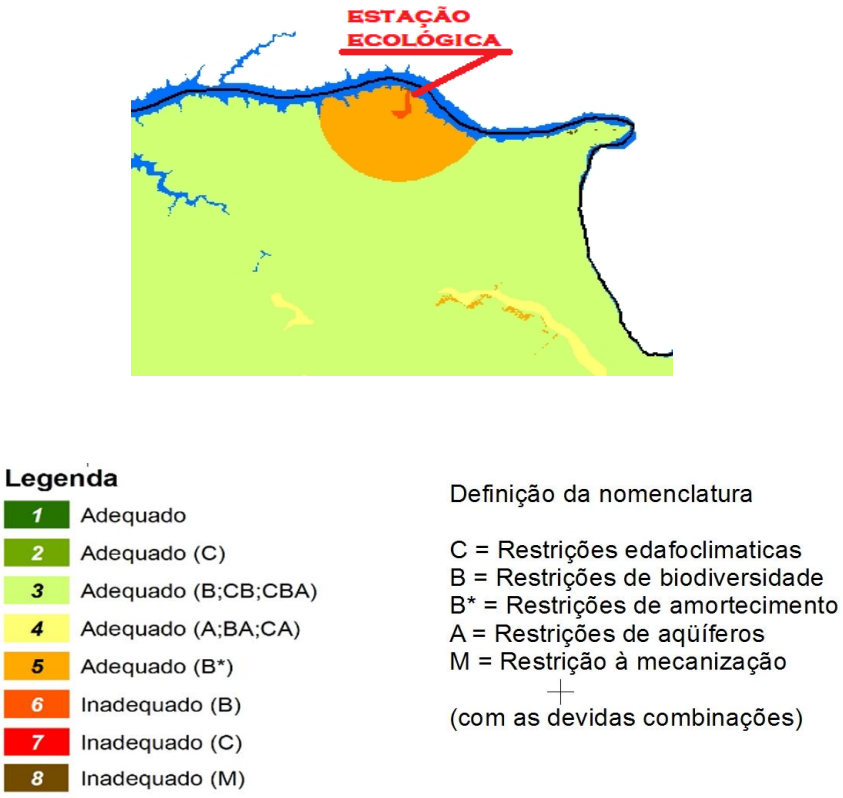


FIGURA 04: Mapa do zoneamento agroambiental da região de Paulo de Faria. Disponível em: <http://www.ciiagro.sp.gov.br/Zoneamento_Agroambiental/mapas/ZoneamentoAgroambiental2.jpg>

2.2.3 BIOMA

Biomas desempenham papéis vitais na biosfera terrestre, exercendo funções essenciais para a saúde do planeta e a qualidade de vida de todas as formas de vida, incluindo os seres humanos. A conservação e gestão sustentável desses biomas são fundamentais para garantir um futuro saudável e equilibrado para o nosso planeta.

A vegetação desempenha uma função crucial na regulação dos fluxos de água, controlando o escoamento superficial e facilitando a recarga natural dos aquíferos. A supressão da cobertura vegetal resulta no aumento do escoamento superficial, acelerando processos erosivos e reduzindo a infiltração.

A preservação, recuperação e proteção da vegetação estão intrinsecamente ligadas ao escoamento superficial da água, à erosão, à recarga do lençol freático, ao controle da poluição e às emissões de gases, bem como ao aspecto sonoro e visual, ao microclima local, à valorização paisagística e arquitetônica, e à qualidade de vida em geral. Portanto, é crucial preservar áreas adjacentes aos cursos d'água, terrenos inclinados e outras zonas de valor ecológico ou paisagístico.

Toda a vegetação original que ainda se conserva no Estado de São Paulo foi identificada, mapeada e compilada no Sistema de Informações Florestais do Estado de São Paulo - SIFESP, sob a gestão do Instituto Florestal da SMA/SP, e reunida no Inventário Florestal do Estado de São Paulo, em 2009.

Conforme indicado por este mapeamento, a maior parte do território do município de Paulo de Faria é ocupada pela Mata Atlântica, com uma transição para o cerrado na porção leste do município. Dos 73.800 hectares originalmente ocupados por esses dois ecossistemas, apenas 7.351 hectares permanecem cobertos por algum tipo de vegetação, equivalente a 10,2% da área do município. Essas áreas estão dispersas, com muitos fragmentos localizados próximos aos rios, seja em nascentes ou em regiões alagadas. Elas se dividem em matas ciliares, abrangendo 2.502 hectares (ou 3,5% da área do município), e matas em geral, ocupando 4.849 hectares (ou 6,7% da área do município).

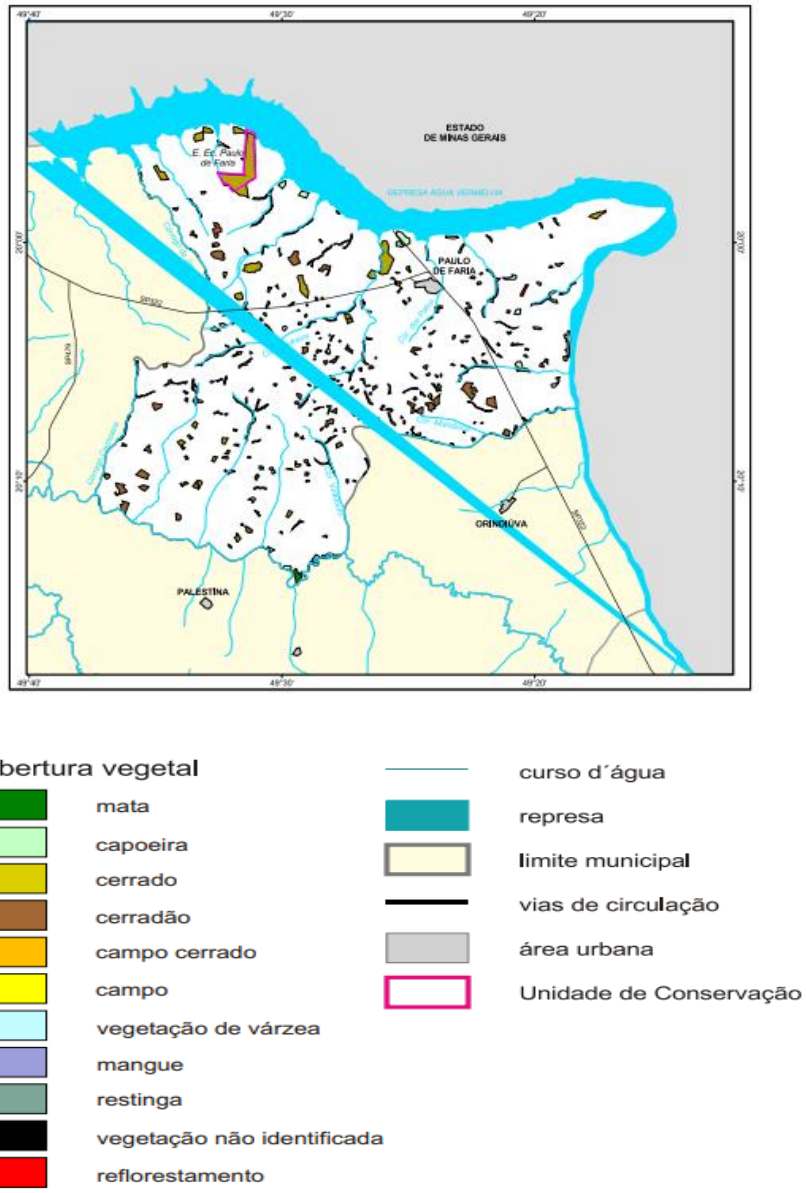


FIGURA 05: Mapa e Legenda da cobertura vegetal do município de Paulo de Faria.

Ao compararmos com os 17,5% da cobertura vegetal original contabilizada para o estado de São Paulo, que abrange mais de 300 mil fragmentos, é possível afirmar que a vegetação original remanescente no município de Paulo de Faria é consideravelmente diminuta.

Esse mapa ainda identifica as áreas e a porcentagem em relação à área total do município das diversas estruturas de cobertura vegetal presentes no território de Paulo de Faria:

Cobertura Vegetal	Área (ha)	%
Mata	77,07	0,10
Capoeira	496,18	0,62
Cerrado	1.373,46	1,73
Cerradão	857,17	1,08
Vegetação de várzea	797,93	1,00
Vegetação não classificada	42,56	0,05
TOTAL	3.644,37	4,58
Reflorestamento	14,97	0,02

QUADRO 07: Área de cobertura vegetal em relação ao total do município

O Sistema de Informações Florestais do Estado de São Paulo – SIFESP, também elaborou tabelas com quantificação da vegetação natural remanescente para todos os municípios do estado de São Paulo, identificado para o município de Paulo de Faria, disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/sifesp/tabelas-pdf/ e acessado em 28/06/2023:

❏ Floresta Estacional Semidecidual (ha) = 4.390

❏ Formação Arbórea/Arbustiva em Região de Várzea (ha) = 1.096

❏ Savana (ha)=1.141

❏ Total geral (ha)= 6.626

Em 2019, o IBGE divulgou a versão mais recente do mapa de biomas, compatível com a escala 1:250.000. Este trabalho foi fundamentado no mapa de vegetação do Brasil

(escala 1:250.000) e envolveu verificações de campo nas porções limítrofes dos biomas. As áreas de transição, também conhecidas como ecótonos ou encraves, entre duas ou mais tipologias vegetacionais foram incorporadas ao bioma predominante. Nos casos em que não foi possível identificar a fitofisionomia predominante, a caracterização do bioma foi realizada a partir de associações entre a vegetação remanescente e os elementos do meio físico, como litologia, relevo e tipo de solo.

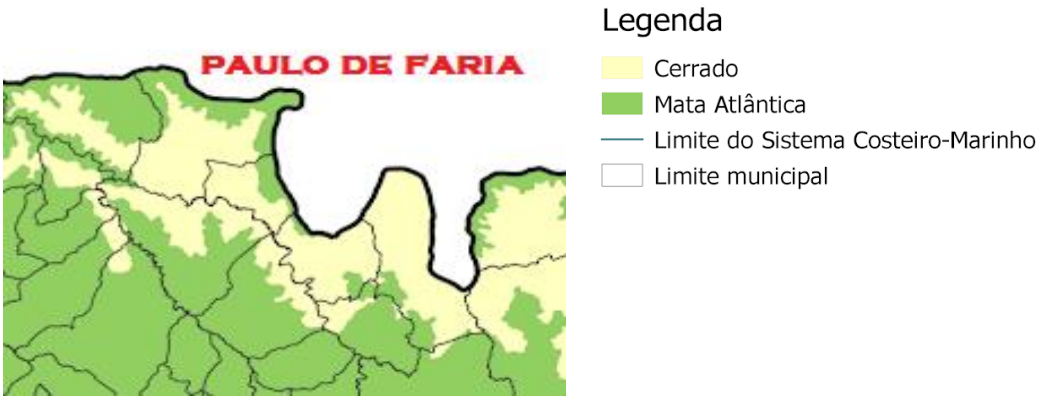


FIGURA 06: Mapa da classificação da vegetação segundo mapa de biomas do IBGE (2019)

2.2.4 CLIMA

A Classificação Climática de Wladimir Köppen, também conhecida como Classificação Climática de Köppen, é um sistema utilizado para categorizar os diferentes tipos climáticos em geografia, climatologia e ecologia, encontrados em diversas regiões do mundo. Desenvolvido pelo climatologista alemão Wladimir Köppen no início do século XX, ainda é amplamente empregado até os dias atuais.

Posteriormente, em 1918, 1927 e 1936, ele refinou a classificação com edições adicionais, produzidas em conjunto com Rudolf Geiger, originando assim a nomenclatura Köppen-Geiger. O cerne dessa classificação deriva da premissa da fitossociologia e ecologia, sustentando que a vegetação natural de cada ampla região terrestre é, essencialmente, uma manifestação do clima predominante nesse local.

A classificação climática de Köppen é extensamente utilizada em estudos climatológicos, pesquisas científicas e planejamento urbano, agrícola e de conservação, auxiliando na compreensão da distribuição dos diferentes tipos de climas ao redor do mundo e suas implicações. Importante mencionar que, ao longo dos anos, foram propostas outras classificações climáticas que refinaram ou adaptaram o sistema de Köppen para melhor refletir as complexidades do clima global.

Este sistema fundamenta-se em registros mensais de precipitação e temperatura. No estado de São Paulo, identificamos sete distintos tipos climáticos, sendo a maioria classificada como clima úmido.

De acordo com a categorização climática formulada por Köppen, a partir das variáveis de temperatura e precipitação, o município de Paulo de Faria situa-se na área enquadrada no padrão climático tropical úmido com estação seca no inverno, identificado como código AW, conforme observado na Figura 07 a seguir:

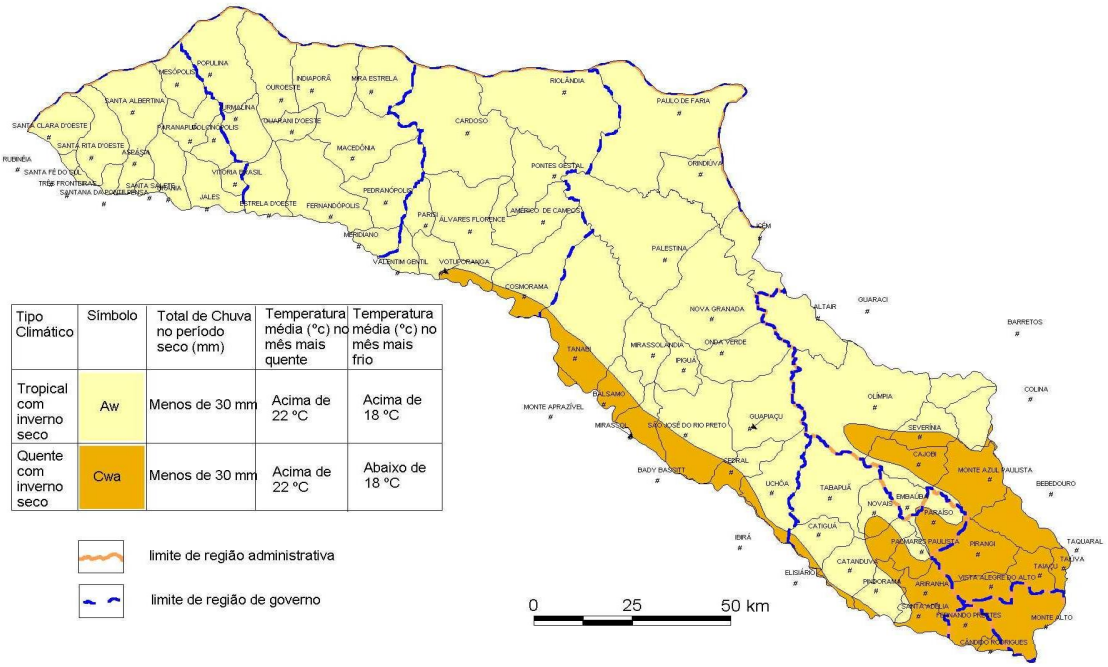


FIGURA 07: Tipos Climáticos na Bacia do Turvo/Grande segundo Köppen (SETZER, 1966).
Fonte: Diagnóstico da situação atual dos Recursos Hídricos, IPT (1999)

O município é caracterizado por apresentar o ano todo uma temperatura média elevada e constante, sendo que mais altas se concentram nos períodos de outubro a dezembro, e as mais baixas nos meses de março e abril, coincidindo com o período das precipitações máximas, com temperaturas médias no mês mais quente acima de 22º C e no mês mais frio acima de 18º C.

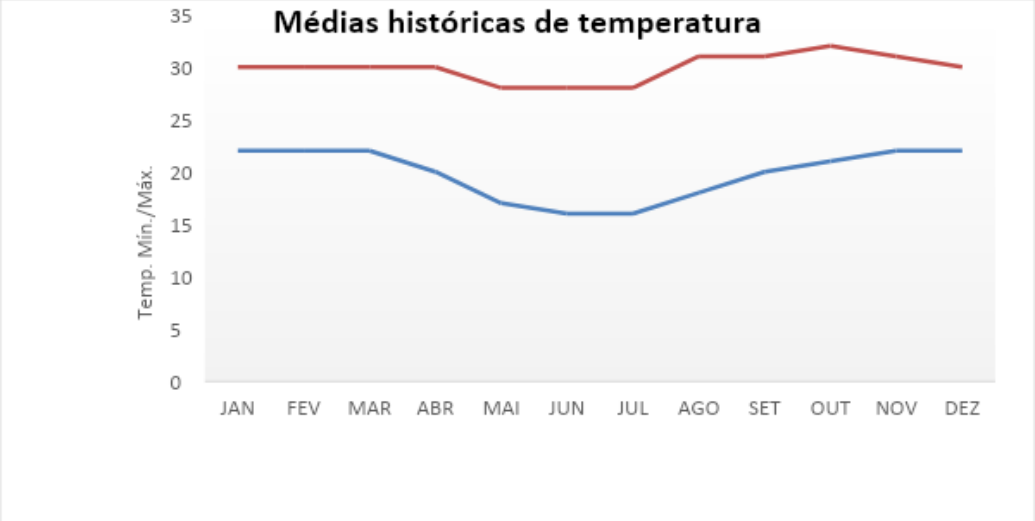


FIGURA 08: Disponível: <https://www.climatempo.com.br/climatologia/2444/paulodefaria-sp>.

De acordo com os registros do Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE), a cidade de Paulo de Faria é dotada de dois postos pluviométricas, sendo o B6-013 localizado na Bacia do Rio Turvo, na latitude 20º02', longitude 49º24' e altitude 410 m, com série história de 1598 a 2.000; e o outro denominado B6-055, também localizado na Bacia do Rio Turvo, na latitude 20º09', longitude 49º35' e altitude 470 m, com série histórica de 1974 a 2.000. Essas informações foram obtidas através de uma pesquisa no banco de dados disponível no endereço eletrônico http://www.sigrh.sp.gov.br/.

A avaliação das chuvas foi realizada com base nos registros dos índices pluviométricos das chuvas médias mensais dos dois postos pluviométricos, elaborando uma análise cronológica das características das precipitações e exibindo a distribuição ao longo do ano, além dos momentos de maior e menor incidência., .,

com duas estações bem definidas, uma chuvosa e quente, de setembro a março, e outra seca e menos quente, de abril a agosto, conforme aponta a figura 09:

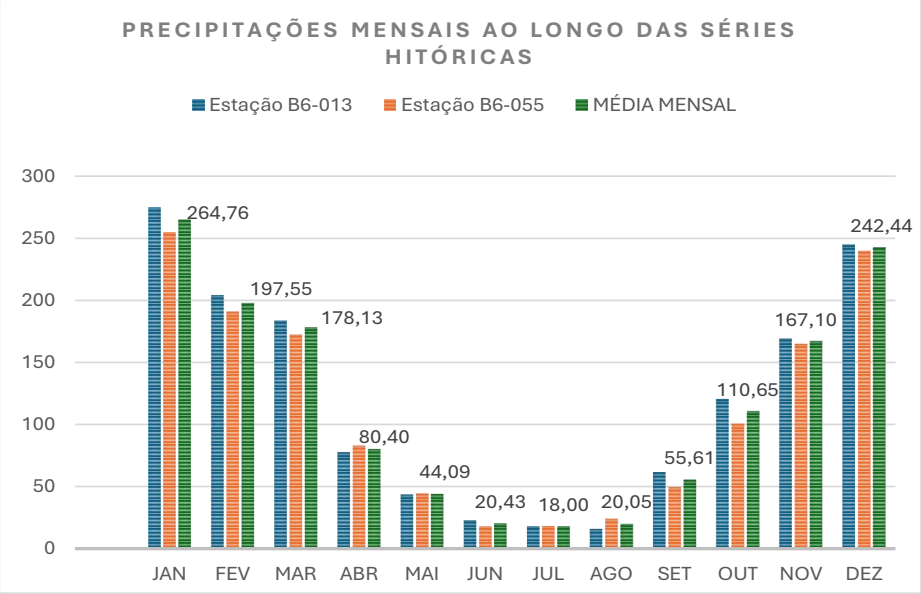


FIGURA 09: Precipitação Média Mensal no Período de 1958 a 2000, Estação B6-013
Fonte: Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, acesso em 21/08/2023.

Observa-se uma flutuação sazonal na média mensal das chuvas, identificando duas estações distintas: uma predominantemente seca e outra essencialmente chuvosa. O período de maior pluviosidade ocorre nos meses de dezembro a março, registrando médias mensais superiores a 178 mm; enquanto o período mais seco abrange os meses de abril a novembro, destacando-se julho e agosto, com médias inferiores a 21 mm. É relevante ressaltar que dezembro e janeiro se destacam como os meses mais chuvosos, atingindo médias de 242,44 mm e 264,76 mm, respectivamente.

2.2.5 PEDOLOGIA

Segundo o “Mapa Pedológico do Estado de São Paulo”, revisado e ampliado por Márcio Rossi em 2.017, a área de solo do município é constituída por uma escassa diversidade de solos. Na extração da parte que abarca o município de Paulo de Faria

do citado mapa, pode-se identificar a formação, classificação e características físicas sobre a sua pedologia, que se apresenta a seguir.

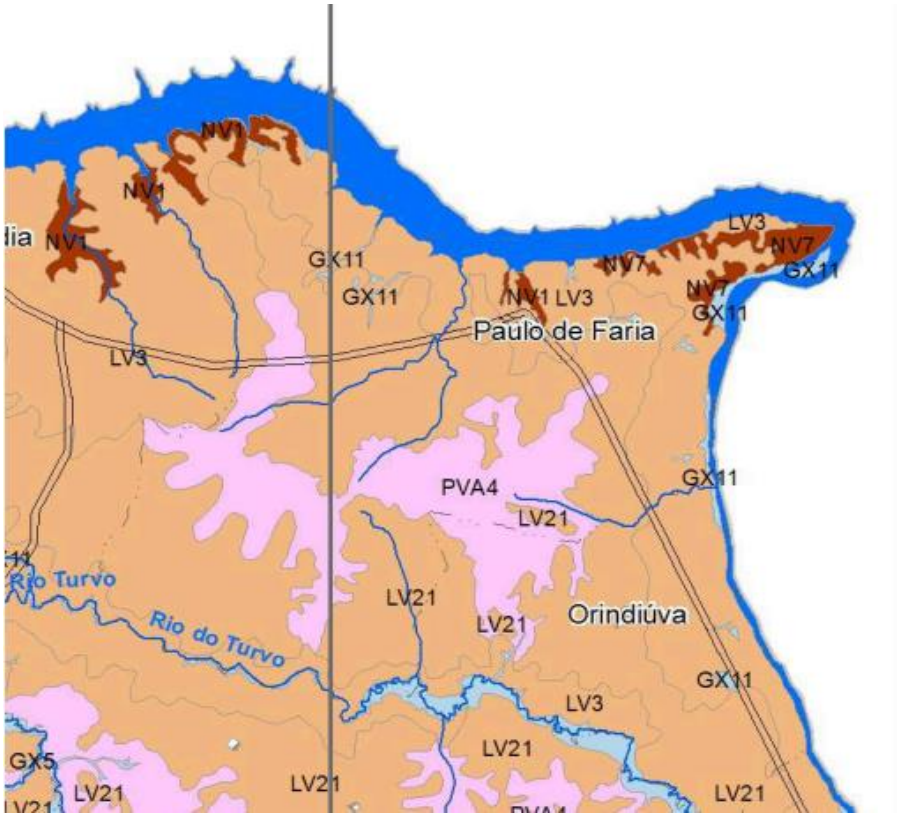


FIGURA 10: Fonte: Mapa Pedológico do Estado de São Paulo

❑ Os Latossolos Vermelhos - Não Férricos, classificados pelo autor como “LV21 - LATOSSOLO VERMELHO ou VERMELHO-AMARELO Distrófico típico a moderado ou fraco, textura média, álico ou não álico, fase relevo suave ondulado”, é o solo com maior ocupação territorial no município de Paulo de Faria, aparecendo em quase toda extensão de seu território, Apresenta um horizonte (camada) mais profundo e enriquecido em argila, de cor predominante é vermelha e com bom equilíbrio entre areia, silte e argila. Essa textura influencia a capacidade de retenção de água e nutrientes.

❑ O Argissolo Vermelho-Amarelo é o solo com a segunda maior incidência no município, identificado no mapa como “PVA4 - Associação de ARGISSOLO

AMARELO típico, textura arenosa/média e média/média + NEOSSOLO LITÓLICO típico a moderado, textura média e arenosa, substrato arenito, ambos Distróficos, a moderado, fase relevo ondulado". Aparece mais na região central do município e devido a sua boa fertilidade pode ser utilizado para o cultivo de diversas culturas, como soja, milho, cana-de-açúcar e outras.

❏ Já o NITOSSOLO VERMELHO Eutroférrico típico (NV1) e o NITOSSOLO VERMELHO Eutroférrico típico associado ao NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico típico (NV7), de textura argilosa, de coloração vermelha característica devido à presença de óxidos de ferro altamente oxidados, relativamente rico em nutrientes essenciais para o crescimento das plantas, aparece em uma pequena parte do município, basicamente em manchas próximas a borda do Rio Grande e margeando o Córrego do Pontes.

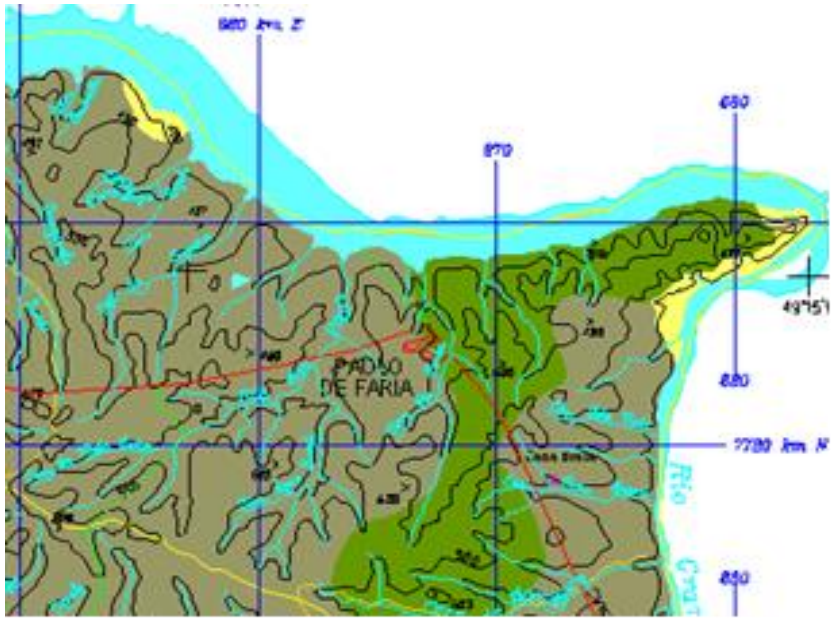
❏ O LV3 - Associação de LATOSSOLO VERMELHO Eutroférrico/Distroférrico típico + NITOSSOLO VERMELHO Distroférrico/Eutroférrico, típico ambos A moderado e chernozêmico, também conhecido como "Terra Roxa", possui um perfil de solo profundo, frequentemente com mais de 2 metros de profundidade, resultado de um longo processo de intemperismo, em que a ação dos agentes atmosféricos ao longo do tempo descompôs as rochas originais, criando camadas distintas no solo. Identificado em menor quantidade no espaço territorial municipal.

Finalmente, aparece em poucas e pequenas manchas no município o GLEISSOLO HÁPLICO ou MELÂNICO Eutrófico ou Distrófi (GX11) com textura argilosa, encontrados em áreas de várzeas, margens do Rio Grande, planícies inundáveis e outras áreas com influência regular ou sazonal de água. Sua formação está ligada à deposição de sedimentos aluviais e à influência de processos hidromórficos.

2.2.6 GEOMORFOLOGIA

A topografia da região do município de Paulo de Faria exibe características suaves, com um relevo ondulado e relativamente uniforme. O relevo se divide em dois sistemas distintos: "colinas médias", com declividades em sua maioria suaves,

variações altimétricas de até 100 metros e "colinas amplas". Nas colinas amplas, é comum encontrar interflúvios com áreas superiores a 4 km², topos extensos e planos, bem como encostas com perfis que variam de retilíneos a convexos. Geralmente, a densidade de drenagem é baixa, seguindo um padrão subdendrítico. Os vales apresentam planícies aluviais interiores limitadas e, ocasionalmente, podem abrigar lagoas permanentes ou intermitentes.



Colinas Amplas

Colinas Médias

FIGURA 11: Mapa Geomorfológico. Fonte: IPT (1999).

Ao norte do município, ao longo do curso do Rio Grande, forma-se um relevo de agradação em uma planície aluvial, caracterizada por terrenos baixos e relativamente planos próximos às margens dos rios, que são periodicamente sujeitos a inundações.

O município de Paulo de Faria encontra-se geograficamente situado na Província do Planalto Ocidental Paulista, conforme a classificação geomorfológica do Estado de

São Paulo proposta por ALMEIDA (1964) e adotada no Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo (IPT, 1981). Esse planalto é geologicamente associado aos derrames basálticos que recobrem as camadas sedimentares provenientes do final do ciclo de deposição da Bacia do Paraná, bem como às coberturas sedimentares que se acumularam na Bacia Bauru.

A conformação do relevo é fortemente influenciada por características estruturais, com camadas sub-horizontais exercendo um papel determinante. A inclinação leve em direção oeste resulta em uma extensa plataforma estrutural que se encontra notavelmente nivelada em altitudes próximas a 500 metros.

A região em questão é caracterizada predominantemente por declividades suaves, geralmente inferiores a 15%. Essa condição é de relevância para diversos aspectos relacionados ao ambiente e ao uso do solo, incluindo a diminuição da velocidade de escoamento de águas superficiais, um aumento da infiltração da água em direção aos aquíferos locais e uma relativa redução na suscetibilidade natural à erosão do solo, entre outros efeitos benéficos.

2.2.7 GEOLOGIA

A geologia nos ajuda a compreender a território e seu funcionamento, permitindo-nos tomar decisões informadas em diversos aspectos da nossa sociedade, é fundamental para a identificação, exploração e gestão de recursos naturais, prevenção de desastres naturais e a proteção do meio ambiente, contribuindo para a conscientização sobre questões ambientais, como a degradação do solo, a poluição da água e a exploração insustentável de recursos naturais. O conhecimento das características do solo e das rochas em uma região ajuda no planejamento urbano e construção de infraestruturas.

O município de Paulo de Faria encontra-se no contexto geológico da Província Paraná, localizado na parte nordeste da Bacia Bauru. Essa bacia se formou no início do período Neocretáceo após a fragmentação do continente gondwânico. Ela se sedimentou sobre rochas vulcânicas da Formação Serra Geral, conforme indicado por Fernandes em 1998. A Bacia Bauru é caracterizada principalmente por depósitos

sedimentares arenosos, com uma espessura de cerca de 300 metros, divididos em três unidades principais: Grupo São Bento, Grupo Bauru e Grupo Caiuá.

De acordo com o Mapa Geológico do Estado de São Paulo, na escala de 1:750.000, publicado pela CPRM em 2006, a região central do município exibe arenitos eólicos da Formação Vale do Rio do Peixe (pertencente ao Grupo Bauru). Ao norte e ao sul, podem ser encontradas rochas vulcânicas básicas da Formação Serra Geral (do Grupo São Bento). Na fronteira norte do município, destaca-se um notável depósito aluvionar adjacente à planície do Rio Grande.

No território de Paulo de Faria, é possível identificar duas falhas geológicas distintas. Uma delas está situada na porção centro-norte do município, com orientação ENE-WSW, e a segunda falha ocorre na região centro-sul, seguindo a direção NW-SE. Ambas as falhas possuem uma extensão aproximada de 45 km.

A Formação Serra Geral na área de Paulo de Faria é composta predominantemente por rochas vulcânicas basálticas de natureza toleítica. Essas rochas estão dispostas em sucessivos derrames tabulares, que podem se estender por centenas de quilômetros e atingir dezenas de metros de espessura. Entre os derrames, é comum encontrar brechas vulcânicas e sedimentos intercalados em camadas, compostos por areia fina, silte e argila, frequentemente cimentados com quartzo.

A Formação Vale do Rio do Peixe é constituída por rochas sedimentares que se formaram em um ambiente desértico de origem continental. Ela é composta por arenitos muito finos a finos, bem selecionados, apresentando camadas tabulares de siltito compacto e lentes de arenito conglomerático com inclusões argilosas ou carbonáticas.

Os depósitos aluvionares correspondem à cobertura sedimentar quaternária associada aos principais cursos d’água da região. Esses depósitos consistem em sedimentos não consolidados, incluindo areia, areia quartzosa, cascalho, silte, argila e, ocasionalmente, turfa.

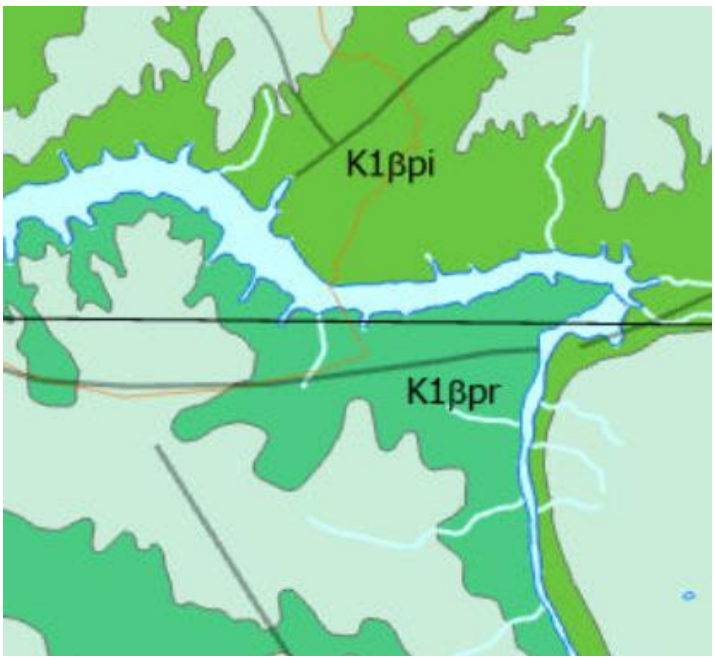


FIGURA 12: Extraído do Mapa Geológico da Bacia do Paraná, elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil - CPRM (2022) – disponível em <https://geosgb.sgb.gov.br/>.

Neste detalhe do citado Mapa, pode-se observar as duas falhas geológicas, nos sentidos ENE-WSW e NW-SE. Segundo o Quadro litoestratigráfico apresentado, o município está na escala de tempo geológico identificado no período "Cretáceo (k)", correspondente ao terceiro e último período da era Mesozóica, quando houve a separação de alguns continentes, como a África e América do Sul.

Na formação geológica do município, encontra-se duas unidades geológicas identificadas como:

❑ – GRUPO BAURU - K2vp – Formação do Vale do Rio do Peixe: associação de camadas tabulares de arenitos finos, de cor rosa a marrom alaranjado, com siltitos arenosos e lamitos de cor marrom, maciços ou com estratificação plano-paralela, gretas de ressecamento e bioturbação tubular.

❑ – GRUPO SERRA GERAL – K1βpr – Formação Paranapenema: basaltos e andesitos basálticos, derrames *pahoehoe* a localmente *rubbly pahoehoe*,

predominantemente tubulares, espessos, extensos e inflados; intercalações de camadas de rochas vulcanoclásticas e sedimentares, arenitos e lamitos, ocorrerem na porção basal das unidades.

2.2.7.1 Prevenção de desastres

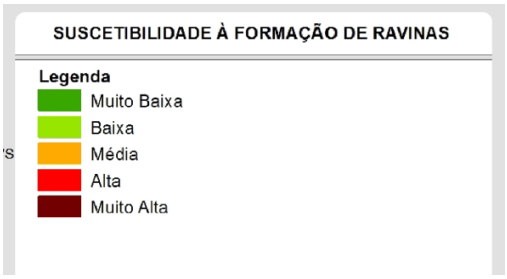
Quanto a prevenção de desastres, o município de Paulo de Faria não sofre os efeitos de deslizamentos de terra ou outros eventos geológicos, pis foi consultado o “Mapa de Prevenção de Desastres”, do Governo Federal, disponível em <https://geoportal.cprm.gov.br/desastres/> e não consta qualquer identificação de suscetibilidade, perigo ou risco de qualquer evento.

2.2.7.2 Processos erosivos

Em estudo realizado pelo IPT em 2012, apresentou-se um diagnóstico dos processos erosivos em áreas urbanas e rurais em todo o território do Estado de São Paulo. Nessa pesquisa, constatou-se que a área abrangente do município de Paulo de Faria apresenta suscetibilidade variando de muito baixa a alta em relação aos processos erosivos. Destaca-se que os córregos das Pontes e da Pedreira estão afetados pelo fenômeno de assoreamento.

Também o Atlas de Suscetibilidades dos Solos do Estado de São Paulo de 2022, apresenta informações de erodibilidade, erosividade, suscetibilidade aos processos geomórficos e classificação por grupos hidrológicos para todo o território Paulista. De ampla envergadura, a publicação fornece base confiável de informações para o planejamento das áreas protegidas, licenciamento e fiscalização do Sistema Ambiental Paulista, como também subsidia políticas públicas das demais Secretarias estaduais. Apresenta-se como ferramenta para o planejamento governamental do uso da terra em escala regional ou local, com fins agrícolas, geotécnicos, urbanos e industriais e está estruturado em três temas principais: mapa de solos, suscetibilidade aos processos geomórficos dominantes e suscetibilidade erosiva hídrica e do meio físico.





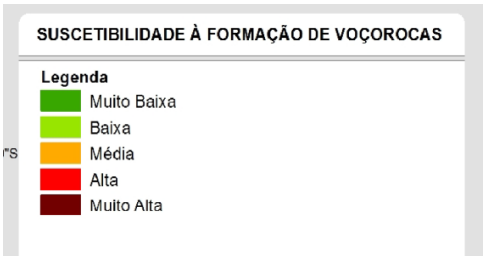


FIGURA 13: Extraído do Atlas de suscetibilidade dos solos do estado de São Paulo (2022) – disponível em <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/ipa/atlas-de-suscetibilidades-dos-solos-do-estado-de-sao-paulo/>.

2.2.8 RECURSOS HIDRICOS

O município de Paulo de Faria está inserido no contexto hidrológico de duas sub-bacias hidrográficas: a Sub-bacia do Médio Turvo e a Sub-bacia do Bonito/Patos/Mandioca, ambas pertencentes à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) 15 - Turvo/Grande. Os principais cursos d'água do município incluem o Rio Grande, Rio Turvo, Córrego Fundo, Ribeirão dos Patos, Córrego das Pontas, Córrego da Mandioca, Córrego Catiguá, Córrego do Viradouro e Córrego da Pressa.

A extensão territorial do município encontra-se no interflúvio entre o Rio Turvo, que demarca a fronteira com o município de Palestina, e o Rio Grande, que serve de limite com os municípios de Itapagipe e Frutal.

O Rio Turvo segue predominantemente na direção sudeste-noroeste, percorrendo o município de Paulo de Faria em seu trecho inferior, desaguando no Rio Grande. Este último atravessa o município em seu trecho médio, com direção predominante de sul para norte na divisa com Frutal, sofrendo uma inflexão para leste na divisa com Itapagipe. Nessa fase, o rio se alarga, formando o reservatório da Usina Hidrelétrica de Água Vermelha.

Os córregos Fundo, das Pontes e da Mandioca, bem como o Ribeirão dos Patos, são afluentes do Rio Grande. O Ribeirão dos Patos e o Córrego das Pontas têm suas nascentes na região central do município e seguem em direção predominante de sul para norte. Vale destacar que o Córrego Pontes atravessa o núcleo urbano de Paulo de Faria em seu trecho médio, pouco antes de desaguar no Rio Grande. O Córrego Fundo delimita a fronteira com o município de Riolândia, seguindo preferencialmente no sentido sudeste-noroeste, enquanto o Córrego da Mandioca demarca a divisa com o município de Orindiúva, fluindo predominantemente de oeste para leste.

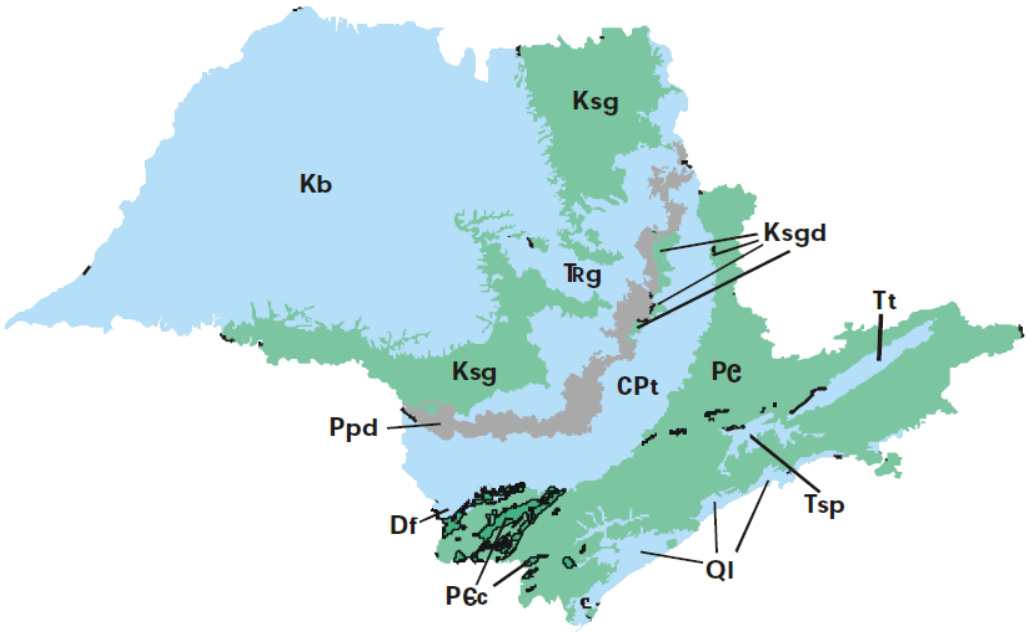


FIGURA 14: Localização dos aquíferos paulistas. Do mais antigo para o mais jovem: pré-Cambriano (P€), pré-Cambriano cárstico (P€c), Furnas (4Df), Tubarão (CPt), Guarani (TRg), Serra Geral (Ksg), Serra Geral Diabásio (Ksgd), Bauru (Kb), São Paulo (Tsp), Taubaté (Tt), Litorâneo (Ql).

O município de Paulo de Faria está quase na sua totalidade situado no Aquífero Serra Geral (Ksg), caracterizado por ter porosidade dada por fraturas tectônicas e de resfriamento, aflora em área irregular, na porção central do Estado, e regiões mais rebaixadas junto às margens dos rios Grande, a norte, e do Paranapanema, a sul, sendo delimitado a leste pelo relevo de Cuestas Basálticas. Corresponde a basaltos da Formação Serra Geral, originados a partir de intensa atividade vulcânica no Eocretáceo. Suas espessuras variam desde poucos metros a até cerca de 300 m em sua área aflorante; em subsuperfície chegam a atingir quase 2000 m na região do Pontal do Paranapanema (MILANI2004), no oeste paulista. Sobre os basaltos estão instalados importantes centros econômicos do interior do Estado, tais como Ribeirão Preto e São Carlos.

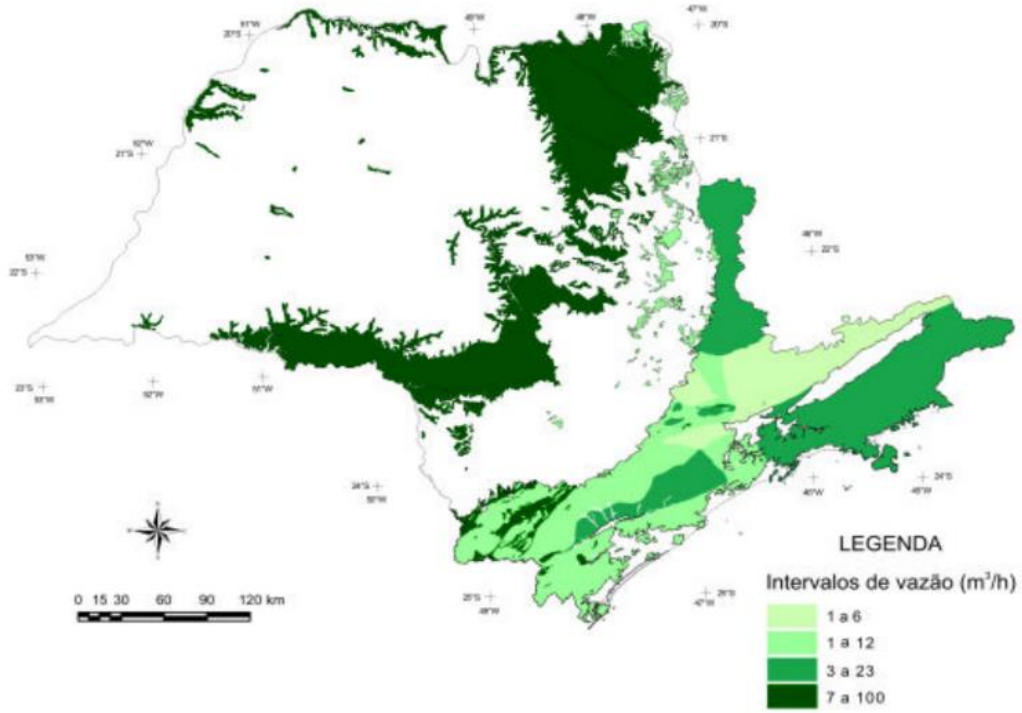


FIGURA 15: Mapa de distribuição das classes de potencial distinto para os aquíferos fraturados com as respectivas distribuições acumuladas. Disponível em: www.daee.sp.gov.br

Observa-se na figura 15, onde aparece a distribuição das águas subterrâneas no Estado de São Paulo, que a localização do município de Paulo de Faria encontra-se em área de maior potencial de vazão, correspondente ao Serra Geral.

A composição química das águas encontradas nos aquíferos é influenciada pelo processo de recarga destes, assim como pelo tipo de rocha predominante na região e pelo tempo de confinamento da água nos reservatórios rochosos. O município de Paulo de Faria está localizado sobre a formação Serra Geral, a qual apresenta água classificada como bicarbonatada cálcica e cálcica-magnesiana. Em alguns casos, essa composição varia devido principalmente ao tempo de confinamento da água nos reservatórios rochosos.

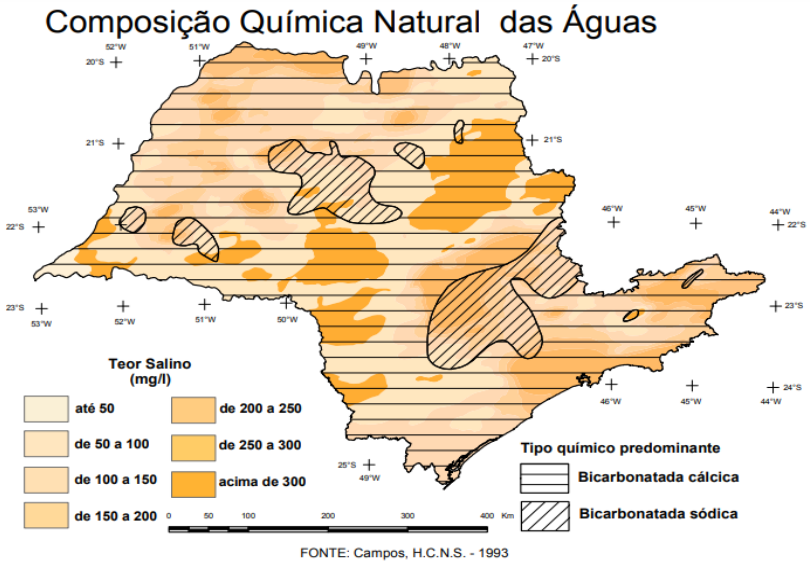


FIGURA 16: Mapa da composição química natural das águas no Estado de São Paulo

O município de Paulo de Faria integra a Bacia Hidrográfica do Turvo/Grande - UGRHI 15, abrangendo duas Sub-bacias: a 06 (Bonito/Patos/Mandioca) e a 08 (Médio Turvo). Localizado no Noroeste do Estado de São Paulo, encontra-se a uma latitude de 20º03'09" sul e a uma longitude de 49º40'05" oeste. No entanto, a área de estudo abrange tanto a área urbana quanto a periurbana do município de Paulo de Faria, situando-se na Sub-bacia 06: Bonito/Patos/Mandioca.

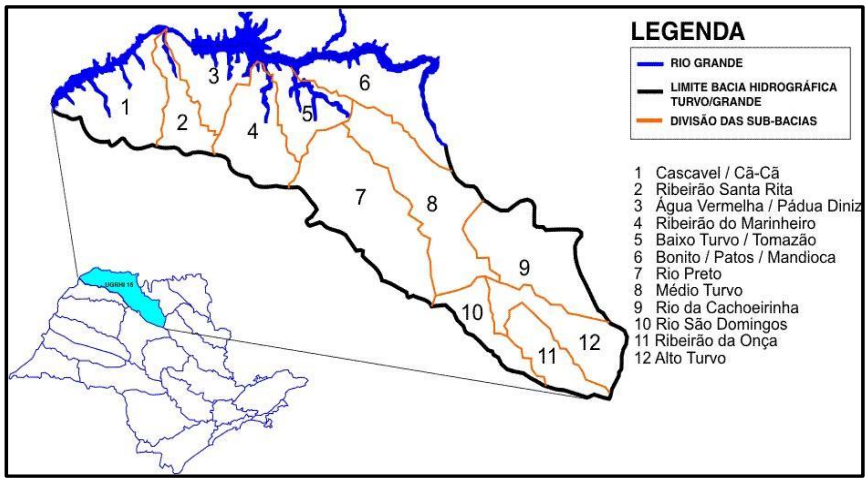


FIGURA 17: Mapa da divisão das UGRHIs do Estado de São Paulo e da UGRHI 15 com divisão das Sub-bacias.

De acordo com o Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia do Turvo/Grande (UGRHI 15), elaborado em 2009, a disponibilidade hídrica total em oferta de água subterrânea da Sub-bacia do Bonito/Patos/Mandioca é de 1,32 m³/s, e da Sub-bacia do Médio Turvo é de 3,44 m³/s, somados os aquíferos livres e confinados. Em relação à disponibilidade de água superficial, a Sub-bacia do Bonito/Patos/Mandioca apresenta uma vazão média pluvianual (Qm) de 7,3 m³/s, enquanto a Sub-bacia do Médio Turvo apresenta uma vazão média pluvianual (Qm) de 15,1 m³/s.

O município de Paulo de Faria possui uma população de 7.400 habitantes, segundo o IBGE (2.022), apresentando um consumo médio per capita de água de 152,5 l/hab/dia. Conforme pesquisa de dados dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo do DAEE, no município de Paulo de Faria, existem 75 outorgas para uso da água. Dentre esse total, 31 outorgas referem-se a captações subterrâneas, 23 a captações superficiais, 9 a barramentos, 6 a lançamentos superficiais, 3 a lançamentos em solo e 3 a travessias aéreas.

Sendo que, aproximadamente 35% das outorgas emitidas para captação de água subterrânea têm como finalidade o uso sanitário, 35% a irrigação, 13% o abastecimento público, 6% a irrigação e piscicultura, 3% o uso rural e 5% outros fins. As captações subterrâneas exploram água dos aquíferos sedimentares Bauru e fraturado Serra Geral.

Entre as outorgas emitidas para captação de água superficial, 74% são destinadas à irrigação, 4% ao abastecimento público, 4% à hidroagrícola, 4% ao uso comercial, 4% ao uso sanitário e industrial, e 9% a outros fins. As captações de água superficial ocorrem nos seguintes cursos d'água: Rio Grande (4 captações), Rio Turva (2 captações), Córrego da Figueira (2 captações), Córrego da Mandioca (2 captações), Córrego do Mata Cedro (2 captações), Ribeirão do Patos (2 captações), Córrego do Viradouro (1 captação), Córrego da Bela Vista (1 captação), Córrego da Canabrava (1 captação), Córrego do Catiguá (1 captação), Córrego das Cruzes (1 captação), Córrego do Jesus (1 captação), Córrego da Pedreira (1 captação) e Córrego do Bairrinho (1 captação).

Os córregos Catiguá, Viradouro e Pressa são afluentes do Rio Turvo, seguindo predominantemente na direção nordeste-sudoeste. O Córrego Catiguá tem sua nascente na região central do município, o Córrego Viradouro demarca a divisa com o município de Orindiúva, e o Córrego Pressa delimita a fronteira com o município de Riolândia.

3. ASPECTOS SOCIOECONOMICOS E SOCIAIS

3.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

De acordo com censo de 2022 do IBGE, a população de Paulo de Faria totaliza 7.400 habitantes, COM extensão territorial de 738,4 km², resulta em uma densidade demográfica de 10,03 hab./km², inferior às densidades da região, que é de 81,56 hab./km², e do Estado, que é de 175,95 hab./km².

Na dinâmica da evolução populacional, Paulo de Faria apresenta uma taxa geométrica de crescimento negativa de – 1,23% , referente ao período de 2.010 a 2.022, sendo inferior às médias regionais, que é de 0,96% a.a. e do Estado, que é de 0,83% a.a., quando sua população diminuiu de 8.589 habitantes (2.010) para 7.400 habitantes (2.022); diferentemente do que ocorreu no período de 2.000 a 2.010, em que teve crescimento de 0,14%, passado de 8.472 habitantes para 8.589.

População e taxa anual de crescimento populacional

Município	2000	2010	2022	Taxa (%) 2000-2010	Taxa (%) 2010-2022
Paulo de Faria	8.472	8.589	7.400	0,14%	-1,23%
Total	**8.472**	**8.589**	**7.400**	**0,14%**	**-1,23%**

FIGURA 18: Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br>.

Quanto a quantificação da população por sexo a Fundação Seade identificou que no ano de 2.022, viviam no município 3.867 mulheres e 3.713 homens, havendo superioridade no número de mulheres. A Fundação ainda apresenta o município com uma média de idade de 38 anos.

A Fundação Seade apresenta indicadores de Mortalidade referentes aos municípios, sendo que, estes indicadores são derivados de estatísticas provenientes do Registro Civil, aliadas a projeções populacionais desenvolvidas pela Fundação Seade.

A ferramenta possibilita o acompanhamento da evolução da taxa de mortalidade em diferentes faixas etárias e a caracterização das disparidades geográficas desde o ano 2000.

Além disso, apresenta uma série histórica da mortalidade infantil, revelando sua trajetória desde o ano de 2.010. Destacam-se nesse contexto as principais causas de morte e a composição segundo as faixas etárias, esses indicadores constituem subsídios valiosos para a monitorização e aprimoramento das políticas públicas.

Evolução da mortalidade por faixa etária

Faixa etária	Ano	População	Nº Óbitos	Taxa (%)
0 a 4	2.010	1.912	3	1,57
	2.022	1.205	2	1,66
15 a 29	2.010	2.185	4	1,83
	2.022	1.448	4	2,76
30 a 44	2.010	1.888	6	3,18
	2.022	1.657	10	6,04
44 a 59	2.010	1.465	10	6,83
	2.022	1.570	18	11,46
60 e +	2.010	1.183	68	57,48
	2.022	1.561	62	39,72
Taxa de mortalidade geral - ano de 2.022		7.400	96	12,97

QUADRO 08: Evolução da mortalidade por faixa etária

Analisando dados apresentados pela Fundação Seade, Paulo de Faria apresenta uma taxa de mortalidade geral da população no ano de 2.022 de 12,97, superior à média da Região Administrativa de São José do Rio Preto de 9,0, bem como em relação ao Estado de São com média de 8,0.

Observando-se a mortalidade infantil pelos dados fornecidos pela Sead, a principal faixa dessa mortalidade no município no ano de 2.022, é exclusivamente devido a "Neonatal Tardia", bem mais elevada que a da Região Administrativa a que pertence, com 2,46 e também maior que a do Estado de São Paulo que, apresenta 3,53.

A Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis salienta que os óbitos em situação "Neonatal Tardia", assim, a mortalidade precoce sofre alguma influência das condições de vida e habitação da família.

Dados preocupantes foram levantados pelo “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil” do Ipea, que no ano de 2.017 no município de Paulo de Faria, 10,58% das meninas de 10 a 17 anos tiveram filhos e que, 34,93% da população jovem de 15 a 24 anos, no ano de 2.010, não estudavam, não trabalhavam e estavam na faixa mais vulnerável da população.

A Fundação Seade apresentou pesquisa a respeito da ocupação domiciliar pela população do município de Paulo de Faria, e apresentamos nos quadros a seguir:

Domicílios por espécie:

Total do Município		
Ano	**Total de domicílios**	**Taxa anual de crescimento**
2.010	3.372	0,44%
2.020	3.556	

QUADRO 09: Total de domicílios no município

Ocupados permanentemente		
Ano	**Total de domicílios**	**Taxa anual de crescimento**
2.010	2.876	0,12%
2.020	2.916	

QUADRO 10: Total de domicílios ocupados permanentemente

Permanentemente não ocupados		
Ano	**Total de domicílios**	**Taxa anual de crescimento**
2.010	272	2,85%
2.020	381	

QUADRO 11: Total de domicílios não ocupados permanentemente

Uso ocasional		
Ano	**Total de domicílios**	**Taxa anual de crescimento**
2.010	207	1,65%
2.020	252	

QUADRO 12: Total de domicílios usados ocasionalmente

Analisando os quadros apresentados, observa-se que mesmo a população tendo uma retração no intervalo de 2.010 a 2.022, o número de domicílios aumentou em 184 unidades. A quantidade de imóveis ocupados permanentemente evoluiu em mais 40 unidades, os domicílios vagos em 109 e os de uso ocasional em 45 unidades. Assim, encontra-se aproximadamente 11% dos domicílios do município totalmente sem uso e 7% usados ocasionalmente.

O Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal – IPDM, um indicador inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, integra três dimensões sociais e econômicas no território: riqueza, educação e longevidade. A partir dos indicadores que compõem cada dimensão, são gerados três indicadores sintéticos. O IPDM é calculado como a média aritmética desses indicadores sintéticos. Ele é elaborado com base em registros administrativos que contêm informações anuais e estimativas preliminares para o último ano disponível para os municípios.

O Município de Paulo de Faria possuía em 2.021 o Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal de 0,484, índice abaixo do ano anterior, acompanhando a tendência de queda do Estado de São Paulo.

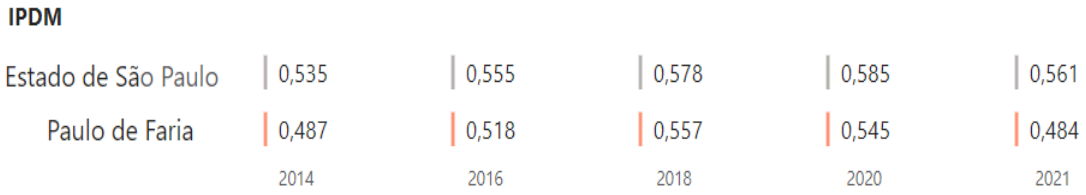


FIGURA 20: Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal de Paulo de faria em relação ao Estado

3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS

Segundo dados do IBGE, Paulo de Faria possui PIB per capita de R$ 30.054,05 no ano de 2.021. Com referência ao PIB total, no mesmo ano, alcançou R$ 269.675,00, contra R$ 164.035,00 do ano de 2.010.

Se analisarmos o PIB em relação a população do município, encontramos um aumento de 164%, enquanto a população diminuiu em 1,23%.

Evolução do PIB Percapita

Ano	PIB per Capita
2.010	R$ 18.023,32
2.011	R$ 18.449,14
2.012	R$ 18.155,84
2.013	R$ 19.655,73
2.014	R$ 19.812,16
2.015	R$ 20.737,45
2.016	R$ 25.316,84
2.017	R$ 29.331,64
2.018	R$ 30.095,66
2.019	R$ 34.574,10
2.020	R$ 34.327,04
2.021	R$ 30.054,05

QUADRO 13: Evolução do PIB percapita de 2.010 a 2.021

No ano de 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita atingiu R$ 30.054,05. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava a 365ª posição entre os 645 municípios do estado e a 2128ª posição entre os 5.570 municípios do país.

Quanto ao percentual de receitas externas em 2.015, ele alcançou 84,8%, situando o município na 254ª posição entre os 645 municípios do estado e na 3.149ª posição entre os 5.570 municípios nacionais.

No ano de 2017, as receitas realizadas totalizaram R$ 40.555,42 (em milhares), enquanto as despesas empenhadas somaram R$ 33.910,73 (em milhares). Esses valores posicionam o município nas 346ª e 355ª posições, respectivamente, entre os 645 municípios do estado, e nas 2.325ª e 2.480ª posições entre os 5.570 municípios do país.

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o número de empregados cadastrados na cidade de Paulo de Faria em 2.021 foi de 977, o que representa uma variação de -3,27% em relação ao ano anterior.

A remuneração média do trabalhador no ano de 2.021 foi de R$ 2.684,96, e o número de estabelecimentos cadastrados foi de 821, o que representa uma variação de -0,12% em relação ao ano anterior.

Na cidade de Paulo de Faria, os setores econômicos que mais reuniram trabalhadores em 2.021 foram Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (373), Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados (245) e Comércio Varejista (84).

No ano de 2.021, 43,2% dos trabalhadores eram mulheres, com uma remuneração média por pessoa de R$ 2.243,06; 56,8% correspondiam a homens com remuneração média de R$ 3.020,97.

A Fundação Seade analisou a evolução do mercado de trabalho no Estado de São Paulo, em suas diversas regiões e municípios. Procedendo mensalmente a atualização da movimentação dos empregos formais, utilizando dados provenientes das empresas registradas no Novo Caged, do Ministério da Economia.

Trimestralmente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), elaborada pelo IBGE a partir de informações domiciliares, possibilita a estimativa de indicadores como desocupação, subutilização da força de trabalho, rendimentos do trabalho, e outras formas de ocupação da população de São Paulo.

A mesma fundação apresenta tabulação da situação de emprego no município para o período de um (1) ano, de novembro de 2.022 a novembro de 2.023, identificado na figura abaixo.

MêsAno	Estoque	Admissões	Desligamentos	Saldo Mensal	Saldo Ano
nov23	627	12	18	-6	-86
out23	633	28	53	-25	-80
set23	658	19	16	3	-55
ago23	655	21	23	-2	-58
jul23	657	13	22	-9	-56
jun23	666	17	22	-5	-47
mai23	671	22	32	-10	-42
abr23	681	24	64	-40	-32
mar23	721	31	31	0	8
fev23	721	47	19	28	8
jan23	693	36	56	-20	-20
dez22	713	36	64	-28	78
nov22	741	80	31	49	106

FIGURA 19: Situação do emprego no município de Paulo de Faria.

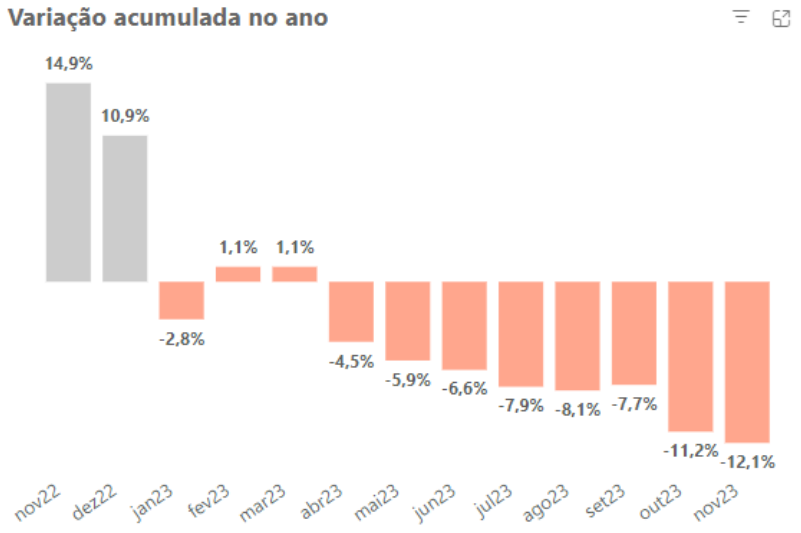


FIGURA 20: Evolução da situação de emprego no município de Paulo de Faria.

A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total correspondia a 14,16%. Ao ser comparado com outros municípios do estado, ocupava as posições 158 de 645 e 517 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades de todo o país, figurava na posição 545 de 5.570 e 2.627 de 5.570, respectivamente.

Considerando os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, 33,1% da população se encontrava nessas condições, posicionando-o na 224ª posição entre as cidades do estado e na 4.011ª posição entre as cidades do Brasil.

Com o objetivo de identificar os segmentos econômicos mais representativos do município, tanto em termos de sua estrutura produtiva quanto do impacto dessa produção no total do Estado, realizou-se uma breve análise comparativa entre as unidades territoriais. Essa análise teve como foco a participação dos setores econômicos no Valor Adicionado Setorial (VA) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) total, a participação desses setores no âmbito estadual e o PIB per capita.

A representatividade de Paulo de Faria no PIB do Estado é de apenas 0,009%, indicando uma baixa expressividade. Em contraste, a RG de São José do Rio Preto contribui com significativos 1,34% para o PIB estadual.

Segundo a Fundação Seade, no ano de 2.020, o município de Paulo de Faria foi categorizado com um perfil predominantemente agropecuário. Isso se deve à maior participação do setor de agropecuário no PIB municipal, seguido pelo setor de serviços, depois pelo

Distribuição do PIB municipal - 2.020

SETOR	VALOR	PARTICIPAÇÃO
Agropecuária	R$ 163.075.774,00	53,06%
Indústria	R$ 14.292.913,00	4,65%
Serviços	R$ 122.301.265,00	39,79%
Impostos líquidos de subsídios	R$ 7.699.837,00	2,50%

QUADRO 14: Distribuição do PIB municipal no ano de 2.020

Quanto a distribuição do Valor Adicionado por Setor, também no ano de 2.020, o maior valor agregado é do setor agropecuário, seguido pelo de serviços, depois de administração pública e finalmente pela indústria.

Distribuição do Valor Adicionado - 2.020

SETOR	VALOR	PARTICIPAÇÃO
Agropecuária	R$ 163.075.774,00	54,42%
Indústria	R$ 14.292.913,00	4,77%
Serviços	R$ 77.666.038,00	25,92%
Serviços de administr. Pública	R$ 44.635.227,00	14,89%

QUADRO 15: Participação por setor no Valor Adicionado no ano de 2.020

O Seade Municípios disponibiliza informações acerca de diversos aspectos dos municípios paulistas. Esses dados podem ser acessados através de painéis temáticos e bases de dados disponíveis no repositório.

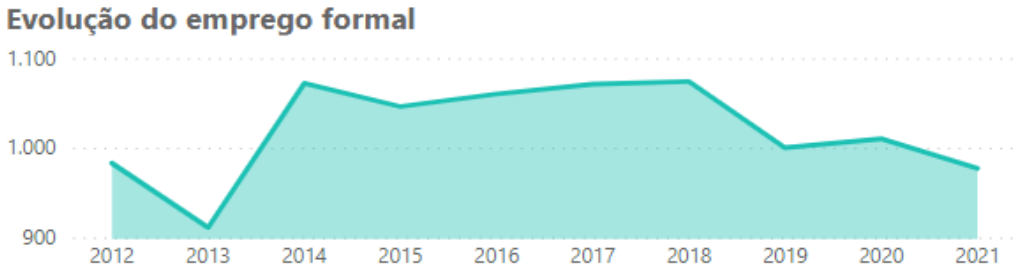


FIGURA 21: Evolução do emprego formal no município de Paulo de Faria
Fonte: <https://municipios.seade.gov.br/emprego/>

Paulo de Faria tem a agropecuária como principal atividade econômica, entretanto, quando se trata de emprego formal, é a administração pública o maior empregador.

Em seguida são apresentados gráficos sobre a distribuição de empregos formais e salários no município de Paulo de Faria, elaborado pela Fundação Seade:

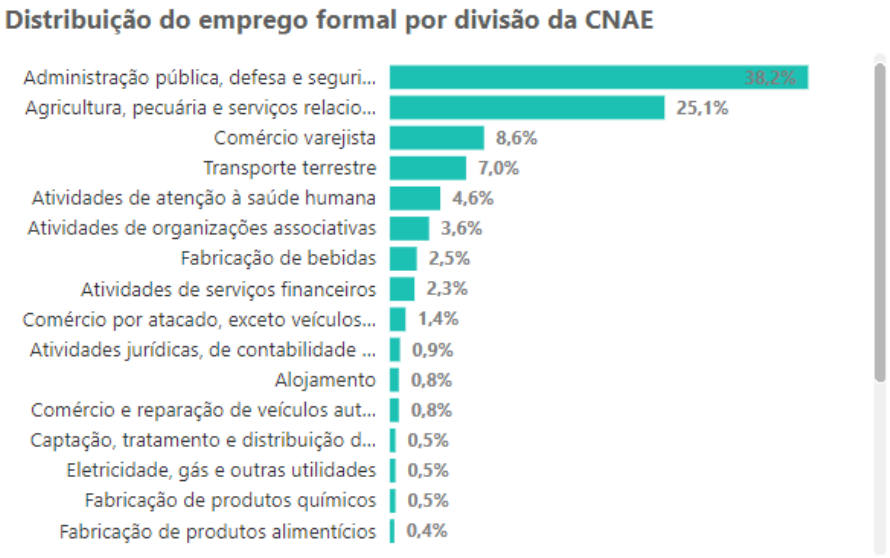


FIGURA 22: Fonte: https://municipios.seade.gov.br/emprego/

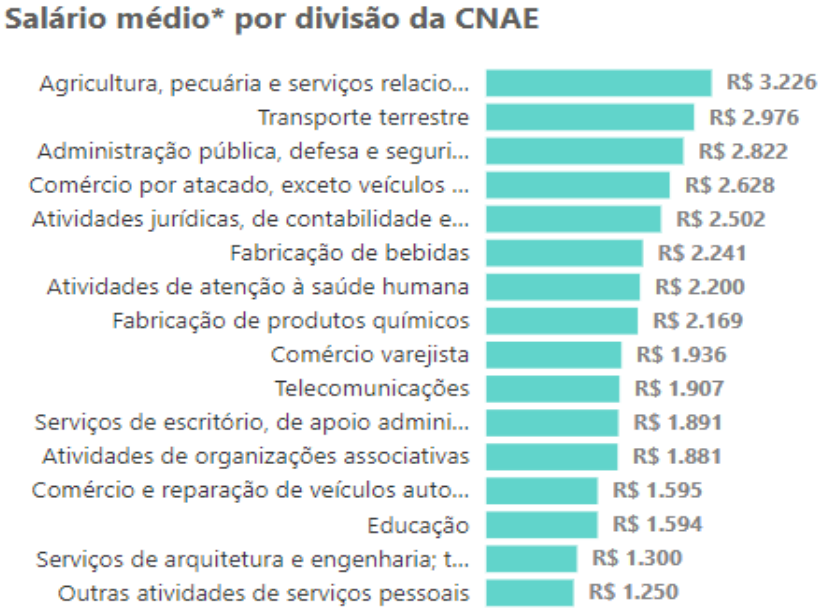


FIGURA 23: Fonte: https://municipios.seade.gov.br/emprego

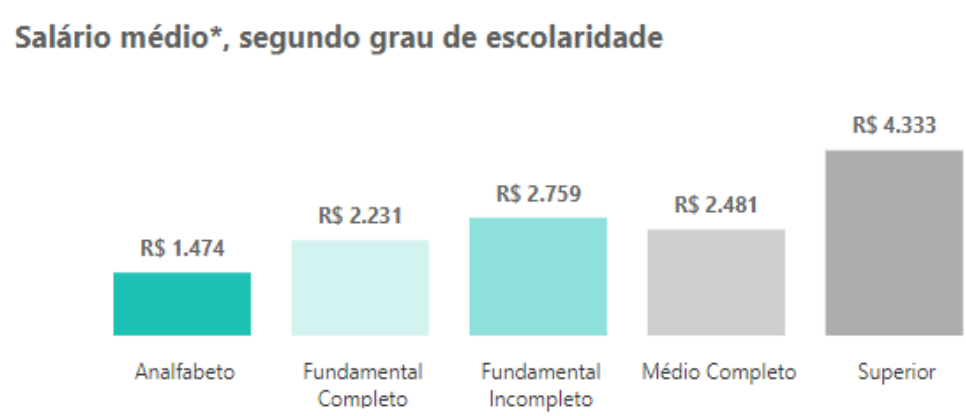


FIGURA 24: Fonte: https://municipios.seade.gov.br/emprego

Quanto à produção agrícola e pecuária, o município de Paulo de Faria é notável pela sua diversidade e importância econômica. Na região, sobressai-se a prática de cultivos variados, que abrange desde o plantio de cana-de açúcar, grãos como milho e soja até culturas de frutas e hortaliças.

O Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo – LUPA, produz informações estatísticas e censitárias geradas, que alimentam a comunicação entre a Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) e os produtores rurais, servindo como base para o planejamento macroeconômico e orientação microeconômica das atividades da Secretaria (SAA) e de suas unidades.

Constituindo-se como uma base de dados indispensável para a obtenção de estatísticas agrícolas e informações destinadas ao planejamento em todos os níveis da estrutura da SAA, bem como em outras instâncias da administração pública e privada, vinculadas à pesquisa no meio rural.

As informações consolidadas do Projeto LUPA podem ser acessadas por meio do endereço <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/>. Em seguida, apresentamos os dados mais relevantes para a economia do município:

Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária do Município de Paulo de Faria:

ESTRATO (ha)	UPAs Quantidade	ÁREA DAS UPAs %
0 - 10	29	0,23
10 - 20	28	0,62
20 - 50	69	3,55
50 - 100	66	6,92
100 - 200	55	11,61
200 - 500	56	24,79
500 - 1.000	31	29,68
1.000 - 2.000	6	12,55
2.000 - 5.000	3	10,05
> 5.000	0	0,00
Total de APAs	**343**	**69.134,80**

QUADRO 16: Fonte Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA.

O município de Paulo de Faria ainda detém grandes áreas (unidades) de produção agropecuária, em que 54,47% das propriedades rurais encontram-se entre 200 e 1.000 hectares, ou seja, entre 82 e 413 alqueires paulistas.

A agricultura perene é que possui a maior área plantada no município, refere-se a um sistema de cultivo no qual as plantas são cultivadas por longos períodos, geralmente por vários anos, sem a necessidade de replantio anual. Diferentemente da agricultura anual, que envolve o cultivo de plantas que completam seu ciclo de vida em um único ano, a agricultura perene permite que as plantas continuem a crescer e produzir por vários anos consecutivos.

Esse tipo de prática agrícola oferece a vantagem de reduzir a necessidade de replantio frequente, proporcionando uma produção contínua ao longo dos anos. Isso também pode contribuir para a sustentabilidade do solo e a preservação dos recursos naturais, uma vez que a terra é utilizada de forma mais permanente e estável.

Estatísticas Agrícolas, Município de Paulo de Faria, Estado de São Paulo, 2016/17.

ITEM	UN.	TOTAL
Área total	hectare	69.135,4
Área com cultura perene	hectare	1.922,9
Área com cultura temporária	hectare	43.567,1
Área com pastagem	hectare	14.703,0
Área com reflorestamento	hectare	185,0
Área com vegetação natural	hectare	6.008,2
Área com vegetação de brejo e várzea	hectare	2.071,1
Área em descanso	hectare	2,0
Área complementar	hectare	676,1

QUADRO 17: Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA.de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA

Explorações Animais, Município de Paulo de Faria, Estado de São Paulo, 2016/17.

ITEM	UN.	TOTAL
Asininos e muares	cabeças	31,0
Avicultura de corte	cabeças	14.756,0
Avicultura ornamental/decorativa/exótica	cabeças	195,0
Avicultura para ovos	cabeças	60.000,0
Bovinocultura de corte	cabeças	18.413,0
Bovinocultura leiteira	cabeças	4.065,0
Bovinocultura mista	cabeças	4.368,0
Bubalinocultura	cabeças	36,0
Caprinocultura	cabeças	31,0
Equinocultura	cabeças	1.015,0
Ovinocultura	cabeças	1.465,0
Piscicultura	m2 tanques	2.000,0
Suinocultura	cabeças	1.743,0

QUADRO 18: Fonte Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA.

Máquinas, Implementos e Benfeitorias, Município de Paulo de Faria, Estado de São Paulo, 2016/17.

ITEM	UNIDADE	TOTAL
Arado comum (bacia, aiveca)	unidade	148,0
Arado escarificador	unidade	1,0
Arado subsolador	unidade	44,0
Câmara fria	unidade	1,0
Carregadeira de cana	unidade	2,0
Carreta de trator	unidade	206,0
Colhedeira automotriz	unidade	9,0
Computador	unidade	16,0
Conj. irrigação autopropelido	unidade	5,0
Conj. Irrigação convencional	unidade	20,0
conj. Irrigação pivô central	unidade	10,0
conj. irrigação/gotejamento/microaspersão	unidade	8,0
Conjunto de fenação	unidade	2,0
Desintegrador, picador, triturador	unidade	229,0
Distribuidor de calcário	unidade	56,0
Ensiladeira	unidade	46,0
Grade aradora (tipo romi)	unidade	68,0
Grade niveladora	unidade	145,0
Misturador de ração	unidade	10,0
Ordenhadeira mecânica	unidade	27,0
Pulverizador tratorizado	unidade	92,0
Resfriador de leite, tanque expansão	unidade	55,0
Retroescavadeira	unidade	3,0
Roçadora	unidade	118,0
Semeadeira/adubadeira para plantio convencional	unidade	47,0
Semeadeira/plantadeira plantio direto	unidade	15,0
Tanque rede	m3	1,0
Terraceador	unidade	7,0

Trator de pneus acima de 85 cv	unidade	49,0
Trator de pneus até 65 cv	unidade	72,0
Trator de pneus de 66 cv a 85 cv	unidade	134,0
Açude/represa	unidade	272,0
Almoxarifado/oficina	unidade	15,0
Armazém para grãos ensacados	sacas	0,0
Balança para bovinos	unidade	21,0
Balança para veículos	unidade	1,0
Barracão para granja/avicultura	unidade	12,0
Barracão/galpão/garagem	unidade	183,0
Casa de moradia habitada	unidade	336,0
Casa de moradia total	unidade	515,0
Curral/mangueira	unidade	243,0
Deposito/tulha	unidade	203,0
Estabulo	unidade	3,0
Instalações para equinos	unidade	3,0
Máquina de benefício	unidade	1,0
Poco semiartesiano	unidade	96,0
Secador de grãos	unidade	1,0
Silo para silagem	ton.	3,0
Terreiro	m2	1,0

QUADRO 19: Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA.

Nota-se nos quadros anteriores, que a utilização de equipamentos, técnicas modernas e sustentáveis também tem sido incorporada à agricultura do município, visando aumentar a eficiência e reduzir os impactos ambientais.

A cana-de-açúcar é responsável pela maior área plantada no município, ocorrendo em 213 propriedades rurais, seguida pela braquiária em 229 propriedades.

Área Cultivada, Município de Paulo de Faria, Estado de São Paulo, 2016/17.

CULTURA	N. DE UPAs	TOTAL (ha)
Cana-de-açúcar finalidade industrial	213	40.140,7
Braquiária	229	12.691,8
Colonial	44	1.629,0
Milho safra	48	1.381,7
Soja	18	1.239,4
Seringueira	22	939,8
Laranja Industria	6	840,3
Capim-jaraguá	7	341,9
Milho-silagem	29	296,8
Eucalipto	5	185,0
Algodão	1	183,9
Feijão	2	154,9
Amendoim	3	123,9
Laranja destino misto	1	96,5
Cana-de-açúcar outras finalidades	27	57,7
Banana	3	41,2
Gramas	6	24,0
Gramíneas para fenação (tonelada)	1	15,5
Tomate envarado	3	4,4
Tangerina	1	3,6
Pepino	3	3,5
Abobora (ou jerimum)	2	2,7
Outras frutíferas	1	1,5
Mandioca	1	1,2
Jiló	2	0,9
Capim-napier (ou capim-elefante)	1	0,8
Berinjela	1	0,4
Alface	1	0,2

QUADRO 20: Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA.

O IBGE apresentou para o ano de 2021 o censo de produção da agropecuária e do rebanho do município, identificados nas figuras a seguir:

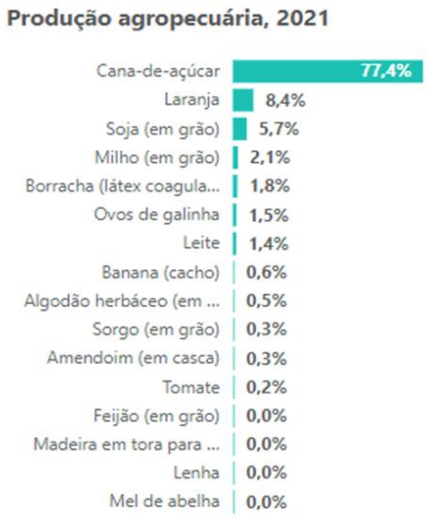


FIGURA 25: Produção da agropecuária do município de Paulo de Faria.

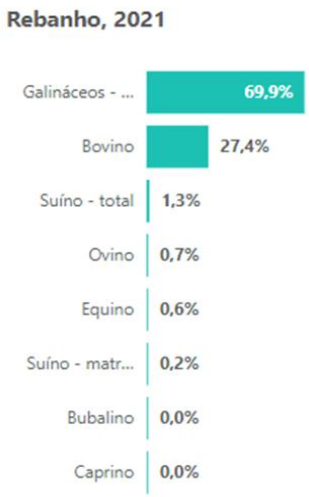


FIGURA 26: Produção do rebanho do município de Paulo de Faria.

Em resumo, a produção agrícola e pecuária em Paulo de Faria destaca-se pela diversidade, sustentabilidade e pela contribuição significativa para a economia local.

Atualmente, dentre todas as empresas registradas em Paulo de Faria, a maioria das empresas instaladas no município de Paulo de Faria, situam-se no Centro da cidade, seguido pelos bairros Jaçanã e Jardim Morro Alegre respectivamente.

Segundo dados do Sebrae , de maio de 2023, o total de empresas no município era de 1;695, com empresas de grande, médio e pequeno porte, assim como MEIs, abrangendo diversos regimes tributários, tais como Simples Nacional, Lucro Real e Presumido.

Nas tabelas a seguir, destacamos a distribuição proporcional das empresas em Paulo de Faria/SP, categorizando-as por segmento econômico e porte empresarial.

Empresas por segmento (CNAE - Atividade econômica)

TIPO	QTD.	%	TOTAL
Cultivo de cana-de-açúcar	323	19%	56%
Criação de bovinos para corte	202	12%	
Criação de bovinos para leite	148	9%	
Cultivo de seringueira	124	7%	
Cultivo de milho	58	3%	
Cultivo de soja	46	3%	
Cultivo de laranja	17	1%	
Horticultura	15	1%	
Serviços de preparação de cultivo/colheita	13	1%	
Com. Varejista de artigos do vestuário	52	3%	6%
Com. Varejista de produtos alimentícios	28	2%	
Comercio varejista de bebidas	15	1%	
Obras de alvenaria	15	1%	1%
Serviços ambulantes de alimentação	14	1%	1%
Atividades de associações	13	1%	1%
Outros não representativos	602	30%	30%
TOTAL	**1.685**	**94%**	**94%**

QUADRO 21: Fonte: <https://www.empresaqui.com.br/listas-de-empresas/SP/PAULO_DE_FARIA>.

A maior parte das empresas estabelecidas em Ibirá em 2.023 estava relacionada ao setor agropecuário, correspondendo a 56% dos estabelecimentos. Em seguida, em termos de quantidade de estabelecimentos, destacam-se aqueles voltados para o comércio varejista de vestuários, alimentos e bebidas.

Empresas por porte empresarial

TIPO	QTD.	%
Médio/Grande porte	1.061	63%
MEI	355	21%
Microempresa	254	15%
Pequeno porte	15	1%
TOTAL	**1.685**	**100%**

QUADRO 22: Fonte <https://www.empresaqui.com.br/listas-de-empresas/SP/PAULO_DE_FARIA>

Na produção econômica de Paulo de Faria, destacamos algumas empresas que se destacam no município, pelo valor de seu faturamento anual e importância na prestação de serviços e venda de produtos para outras cidades e estados.

❑ - MINERACAO HIDROLEVE LTDA – Água Mineral Hidroleve

Localizada na zona rural a cerca de 15 km da cidade de Paulo de Faria – SP, a fonte foi encontrada em 1963, em uma propriedade rural. Com uma água pura e incrivelmente leve, rapidamente ganhou popularidade, atraindo vizinhos e amigos para degustá-la. Denominada Fonte Cristo Rei e devido à sua pureza extrema e leveza, originou-se o nome Hidroleve.

Atualmente, a Hidroleve está presente em mais de 30 municípios distribuídos por dois estados do nosso país, oferecendo uma ampla linha de produtos.



FIGURA 27: Mineração Hidroleve. Fonte: Google, 2024

❑ - TRANSCAP TRANSPORTADORA DO BRASIL LTDA.

Fundada em 22/04/2019, a empresa está localizada na Rodovia Arnaldo Salles de Oliveira Sentido Paulo De Faria à Orindiúva, Nº S/N - Km 3, com atividade fim de Transporte Rodoviário de Carga, Exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional.



FIGURA 28: Transcap Transportadora Fonte: Google, 2024.

❑ - LIGA FORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

A empresa tem sua sede localizada na Fazenda Brejaúva, na zona rural de Paulo de Faria. Atualmente seu foco principal de atuação é a extração de areia do Rio Grande e fabricação de artefatos de cimento para uso na construção, vendendo seus produtos para toda a região e principalmente para a cidade de São José do Rio Preto.



FIGURA 29: Liga Forte Fonte: Google, 2.024

3.3 ASPECTOS DA ADMINSTRAÇÃO MUNICIPAL

3.3.1 FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

A análise das finanças públicas está intrinsecamente ligada à estrutura econômica dos municípios. Em outras palavras, o nível da receita orçamentária, composta por seus elementos fundamentais, a saber, receita corrente e receita tributária, assim como o Imposto Sobre Serviço – ISS, são diretamente influenciados pelo porte econômico e populacional desses municípios.

Conforme o Orçamento Fiscal, de Seguridade Social e de Investimentos Municipal para o ano de 2.023, a previsão de receitas foi de R$ 64.120.000,00, distribuídos entre receitas correntes e receitas de capital. A principal fonte de receita é representada pelas transferências correntes, correspondendo a 85,83% do total, como evidenciado na tabela a seguir.

Previsão de Receita para o ano 2.023 - R$	
Receita Correntes	**66.005.200,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.741.000,00
Receitas de Contribuições	2.172.200,00
Receita Patrimonial	1.989.000,00
Receita de Serviços	11.000,00
Transferências Correntes	55.035.000,00
Outras Receitas Correntes	57.000,00
Receita de Capital	**100.000,00**
Alienação de Bens	100.000,00
Transferências de Capital	0,00
Receita Correntes - Intra OFSS	**5.619.000,00**
Contribuições - Intra OFSS	2.918.000,00
Outras Receitas Contribuições - Intra OFSS	2.701.000,00
Dedução da Receita	**7.604.200,00**
Dedução do Fundeb	7.604.200,00
Total de Previsão de Receita	**64.120.000,00**

QUADRO 23: Previsão de receita para o ano de 2.023

Com relação as despesas, saúde e educação são as principais no ano de 2.023.

Previsão de Despesa para o ano 2.023	
Despesa	**R$**
Saúde	16.406.000,00
Educação	15.407.000,00
Administração	7.162.000,00
Previdência Social	6.080.100,00
Urbanismo	4.912.000,00
Assistência Social	4.110.000,00
Reserva de Contingência	3.619.900,00
Legislativa	2.460.000,00
Transporte	1.487.000,00
Desporto e Lazer	777.000,00
Cultura	588.000,00
Agricultura	546.000,00
Comércio e Serviços	503.000,00
Habitação	60.000,00
Indústria	2.000,00
Total de Previsão de Despesa	**64.120.000,00**

QUADRO 24: Previsão de despesa para o ano de 2.023

3.3.2 ESTRUTURA ADMINSTRATIVA MUNICIPAL

Conforme Lei complementar nº 156, de 16 de novembro de 2.022, que Dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional da Prefeitura Municipal de Paulo de Faria, que passou a ser formada por três categorias:

❑ - Como unidades de direção superior:

a) o Gabinete do Prefeito; e

❑ - Como unidades de direção administrativa, financeira e tributária:

a) a Coordenadoria Municipal de Administração; e
b) a Coordenadoria Municipal da Fazenda.

❑ - Como unidades de direção finalística:

a) a Coordenadoria Municipal de Saúde;
b) a Coordenadoria Municipal de Educação;
c) a Coordenadoria Municipal de Assistência Social;
d) a Coordenadoria Municipal de Agricultura e Abastecimento;
e) a Coordenadoria Municipal de Cultura e Turismo;
f) a Coordenadoria Municipal de Esportes e Lazer;
g) a Coordenadoria Municipal de Urbanismo, Obras e Meio Ambiente.

No primeiro nível, encontram-se o prefeito e a Procuradoria Geral do Município, assessorando-os estão as coordenadorias citadas anteriormente, a elas, são subordinadas as Divisões e, dentre as divisões dedicadas às atividades-fim, destacam-se aquelas que requerem mão-de-obra intensiva para alcançar seus objetivos, demandando um maior número de profissionais e uma maior diversidade no quadro funcional. Todas essas divisões demandam atenção constante no dimensionamento do quadro de funcionários, garantindo o adequado andamento dos serviços mencionados.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
DE PAULO DE FARIA

NOME DO CARGO	Cargo Efetivo			Cargo em Comissão		Cargo contrato temporário	
	Providos	Vagos	Total	Vagos	Total	Vagos	Total
1001-AGENTE ADMINISTRATIVO	0	1	1	0	0	0	0
4055-AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	15	5	20	0	0	0	0
1146-AGENTE DE CONTRATACAO	0	1	1	0	0	0	0
1147-AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS - ACE	0	3	3	0	0	0	0
1132-AGENTE FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1	0	1	0	0	0	0
1136-AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS	2	0	2	0	0	0	0
1002-ALMOXARIFE	1	0	1	0	0	0	0
1131-ANALISTA DE GESTÃO PUBLICA	2	0	2	0	0	0	0
4170-ASSESSOR DE COORDENADORIA MUNICIPAL (C)	0	0	0	0	7	0	0
4161-ASSESSOR PEDAGÓGICO (Função Gratificada LEI 54/2010	0	0	0	1	1	0	0
1005-ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	0	1	1	0	0	0	0
1007-ASSISTENTE DE CONTABILIDADE	2	0	2	0	0	0	0
1128-ASSISTENTE PREVIDENCIÁRIO	0	1	1	0	0	0	0
1006-ASSISTENTE SOCIAL	7	1	8	0	0	0	0
1008-AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2	11	13	0	0	0	0
1010-AUXILIAR DE ALMOXARIFE	1	0	1	0	0	0	0
1072-AUXILIAR DE CONTABILIDADE	0	2	2	0	0	0	0
4123-AUXILIAR DE COVEIRO	0	1	1	0	0	0	0
1012-AUXILIAR DE DIVISAO	1	0	1	0	0	0	0
1070-AUXILIAR DE ELETRONICA	1	0	1	0	0	0	0
1013-AUXILIAR DE ENFERMAGEM	2	3	5	0	0	0	0
1014-AUXILIAR DE GABINETE	1	1	2	0	0	0	0
1073-AUXILIAR DE LANCADORIA	1	0	1	0	0	0	0
1071-AUXILIAR DE LICITACAO	1	1	2	0	0	0	0
1017-AUXILIAR ODONTOLOGICO	0	3	3	0	0	0	0
1148-BIOMEDICO	1	0	1	0	0	0	0
1091-CHEFE DA VIGILANCIA SANITARIA	0	1	1	0	0	0	0
4171-CHEFE DE DIVISÃO (C)	0	0	0	0	12	0	0
1019-CHEFE DE GABINETE	0	1	1	0	0	0	0
4167-CHEFE DE GABINETE (C)	0	0	0	0	1	0	0
1020-CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL	1	0	1	0	0	0	0

1200-CONSELHEIRO TUTELAR	5	0	5	0	0	0	0
1068-CONTADOR	1	0	1	0	0	0	0
1149-CONTROLADOR INTERNO E OUVIDORIA	0	1	1	0	0	0	0
1023-COORDENADOR DE LICITACAO	0	1	1	0	0	0	0
4124-COVEIRO	0	1	1	0	0	0	0
1069-COZINHEIRA	10	4	14	0	0	0	0
4149-CUIDADOR SOCIAL	1	3	4	0	0	0	0
1026-DENTISTA	3	2	5	0	0	0	0
1150-DENTISTA ESF	1	0	1	0	0	0	0
4169-DIRETOR DE COORDENADORIA MUNICIPAL (C)	0	0	0	0	2	0	0
4135-DIRETOR ED. BASICA EM JOSE SILVEIRA	1	0	1	0	0	0	0
1030-ELETRICISTA	1	1	2	0	0	0	0
1031-ENCANADOR	1	0	1	0	0	0	0
1033-ENCARREGADO DE LIMPEZA PUBLICA	6	4	10	0	0	0	0
1034-ENFERMEIRO	6	3	9	0	0	0	0
1035-ENGENHEIRO AGRICOLA	1	0	1	0	0	0	0
1036-ENGENHEIRO AGRONOMO	0	1	1	0	0	0	0
1037-ENGENHEIRO CIVIL	1	0	1	0	0	0	0
1145-ENGENHEIRO ELETRICISTA	0	1	1	0	0	0	0
1039-ESCRITURARIO	5	7	12	0	0	0	0
1117-ESCRITURARIO ADMINISTRATIVO	0	1	1	0	0	0	0
4131-ESCRITURARIO MIRAD	1	0	1	0	0	0	0
4052-FARMACEUTICO	2	1	3	0	0	0	0
1040-FISCAL	1	1	2	0	0	0	0
1151-FISCAL SANITARIO	1	0	1	0	0	0	0
1041-FISIOTERAPEUTA	4	3	7	0	0	0	0
1042-FONOAUDIOLOGO	3	0	3	0	0	0	0
1100-GARI	23	17	40	0	0	0	0
1092-GESTOR AMBIENTAL	0	1	1	0	0	0	0
1113-INSPETOR DE ALUNOS	13	11	24	0	0	0	0
1043-JARDINEIRO	0	3	3	0	0	0	0
1044-LANCADOR	1	1	2	0	0	0	0
1144-LAVADOR E LUBRIFICADOR DE VEÍCULOS	1	0	1	0	0	0	0
1045-MECANICO	1	1	2	0	0	0	0
1046-MÉDICO	1	5	6	0	0	0	0

1141-MÉDICO CARDIOLOGISTA	0	1	1	0	0	0	0
4129-MÉDICO DO PSF	3	0	3	0	0	0	0
1142-MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA	0	1	1	0	0	0	0
1143-MÉDICO PEDIATRA	1	0	1	0	0	0	0
1061-MÉDICO VETERINARIO	1	0	1	0	0	0	0
2147-MONITOR DE CRECHE	18	2	20	0	0	0	0
4127-MONITOR DE PROJETOS SOCIAIS	0	6	6	0	0	0	0
1134-MONITOR DE TRANSPORTE DA SAUDE	0	2	2	0	0	0	0
4125-MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	8	2	10	0	0	0	0
1047-MOTORISTA	40	2	42	0	0	0	0
1114-NUTRICIONISTA	1	0	1	0	0	0	0
4130-OFICIAL ADMINISTRATIVO	0	1	1	0	0	0	0
1074-OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	2	3	5	0	0	0	0
1048-OPERADOR DE MOTONIVELADORA	1	3	4	0	0	0	0
1049-ORIENTADOR DE ESPORTES	2	0	2	0	0	0	0
1111-OUTROS	0	0	0	0	0	0	0
1050-PADEIRO	1	2	3	0	0	0	0
1051-PEDREIRO	3	2	5	0	0	0	0
0004-PENSIONISTA	0	0	0	0	0	0	0
0001-PREFEITO MUNICIPAL	1	0	1	0	0	0	0
4147-PREGOEIRO	0	1	1	0	0	0	0
1130-PROCURADOR	2	1	3	0	0	0	0
4168-PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO (C)	0	0	0	0	1	0	0
2032-PROF. EMPSG JOSE SILVEIRA	0	0	0	0	0	0	0
1159-PROFESSOR DE EDUCACAO BASICA I	9	11	20	0	0	10	10
1153-PROFESSOR DE EDUCACAO BASICA PEB II ARTES	3	0	3	0	0	0	0
1154-PROFESSOR DE EDUCACAO BASICA PEB II CIENCIAS	1	0	1	0	0	1	1
1155-PROFESSOR DE EDUCACAO BASICA PEB II GEOGRAFIA	1	0	1	0	0	1	1
1156-PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BASICA PEB II HISTÓRIA	0	1	1	0	0	1	1
1157-PROFESSOR DE EDUCACAO BASICA PEB II LINGUA PORTUGUESA	1	1	2	0	0	1	1
1158-PROFESSOR DE EDUCACAO BASICA PEB II MATEMATICA	2	0	2	0	0	2	2
4166-PROFESSOR DE HISTÓRIA	1	0	1	0	0	1	1
4164-PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA	2	1	3	0	0	4	4
4165-PROFESSOR DE MATEMATICA	1	0	1	0	0	2	2

4132-PROFESSOR EDUCAÇÃO BASICA ESPECIAL PEB II	1	1	2	0	0	2	2
0005-PROFESSOR EDUCAÇÃO BASICA I - Apoio	4	1	5	0	0	0	0
1107-PROFESSOR EDUCAÇÃO BASICA I - PEB I - Ens. Fund. 1 ao 5 ano	15	1	16	0	0	7	7
1106-PROFESSOR EUCAÇÃO BASICA I - PEB I - Ed. Infantil	7	4	11	0	0	15	15
4136-PROFESSOR PEB I - Supletivo EJA Ciclo I	1	1	2	0	0	0	0
4133-PROFESSOR PEB II - Educação Física	3	1	4	0	0	1	1
4134-PROFESSOR PEB II - Inglês	2	3	5	0	0	5	5
0006-PROFESSOR SUBSTITUTO	0	0	0	0	0	10	10
1053-PSICOLOGO	6	0	6	0	0	0	0
1152-PSICOPEDAGOGO EDUCACIONAL	1	1	2	0	0	0	0
1054-RECEPCIONISTA	0	1	1	0	0	0	0
4086-SECRETÁRIO MUNICIPAL	0	0	0	0	0	0	0
1056-SERVICOS GERAIS	79	19	98	0	0	0	0
4148-SUPERVISORA DA CRECHE MUNICIPAL	0	1	1	0	0	0	0
4053-TECNICO EM ENFERMAGEM	8	5	13	0	0	0	0
1058-TECNICO EM INFORMATICA	2	0	2	0	0	0	0
4126-TECNICO EM RADIOLOGIA	0	2	2	0	0	0	0
1059-TELEFONISTA	0	2	2	0	0	0	0
1133-TERAPEUTA OCUPACIONAL	1	2	3	0	0	0	0
1060-TESOUREIRO	1	0	1	0	0	0	0
1135-TRABALHADOR BRAÇAL	19	3	22	0	0	0	0
4054-TRATORISTA	5	4	9	0	0	0	0
4162-VICE-DIRETOR DE ESCOLA (Função Gratificada LEI 54/2010	0	0	0	1	1	0	0
0002-VICE-PREFEITO MUNICIPAL	1	0	1	0	0	0	0
1063-VIGILANTE	4	1	5	0	0	0	0
1062-VISITADOR SANITARIO	3	3	6	0	0	0	0
Quantidade Total: 126	**405**	**210**	**615**	**2**	**25**	**63**	**63**

QUADRO 25: Quadro de cargos na administração municipal

Os conselhos gestores de políticas públicas são espaços de participação instituídos a partir da Constituição Federal de 1988. Seu principal objetivo é estabelecer uma conexão entre a sociedade e o Estado, influenciando na implementação de ações alinhadas com as demandas sociais.

Dessa forma, esses conselhos devem desempenhar o papel de promover a participação, facilitar a troca de experiências e exercer a fiscalização, nesse contexto, a sociedade tem a oportunidade de demandar e colaborar ativamente com programas, projetos e ações destinados à implantação e efetivação de políticas públicas.

Atualmente, não existe um Conselho Gestor e Fundo específicos para o desenvolvimento urbano, o que aponta para a necessidade de sua criação após a aprovação do Plano Diretor.

A seguir apresenta-se relação dos conselhos do município de Paulo de Faria:

Nome do Conselho Municipal	nº Lei Municipal	Data	Ementa	Natureza
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB	1768	08/04/2021	Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB, em conformidade com o art. 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020, no âmbito deste Município de Paulo de Faria/SP e dá outras providências.	Fiscalizador e de acompanhamento (Controle dos recursos do fundeb)
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS	1733	14/05/2020	Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social - SUAS - no âmbito do Município de Paulo de Faria (SP), e dá outras providências.	Deliberativo/consultivo
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS	1789	16/12/2021	Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social - SUAS - no âmbito do Município de Paulo de	Deliberativo/consultivo

			Faria (SP), e dá outras providências.	
Conselho Municipal de Segurança e Cidadania	1567	31/03/2017	Dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Segurança e Cidadania e dá outras providências.	
CONSELHO TUTELAR	1542	04/08/2016	ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.494, DE 19 DE JUNHO DE 2015, A QUAL "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE PAULO DE FARIA/SP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.	Executivo
Conselho de Alimentação Escolar – CAE	706	12/09/1994	Dispõe sobre a criação, composição e competência do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, e dá outras providências	Deliberativo
Conselho Municipal Antidrogas - COMAD	941	09/10/2000	Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD, de Paulo de Faria, que se integrará na ação conjunta e articulada de todos os órgãos de níveis federal, estadual e municipais e dá outras providências.	Deliberativo/consultivo
Conselho Municipal da Pessoa Deficiente	1564	13/03/2017	"Altera a Lei nº 1.072, de 20 de dezembro de 2004, a qual 'dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente do Município de Paulo de Faria/SP – C.M.P.D., e dá outras providências', e dá providências correlatas".	Deliberativo/consultivo
Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento - CMCSS	1611	22/12/2017	Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento - CMCSS, no âmbito do	Consultivo / Deliberativo

			Município de Paulo de Faria/SP, e dá outras providências.	
CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA	1641	06/06/2018	“Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Cultura de Paulo de Faria/SP, e dá outras providências”.	Consultivo / Deliberativo
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1408	16/07/2013	"ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 662, DE 04 DE OUTUBRO DE 1993, A QUAL 'INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".	Consultivo / Deliberativo
Conselho Municipal de Direitos do Idoso	1751	16/09/2020	Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, do Fundo Municipal do Idoso, do Município de Paulo de Faria (SP), e dá outras providências.	Consultivo / Deliberativo
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	791	11/12/1996	Cria o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de Paulo de Faria, e dá outras providências.	Consultivo / Deliberativo
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	1217	24/06/2009	INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PAULO DE FARIA/SP, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS	Consultivo / Deliberativo
Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra	1073	21/12/2004	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Município de Paulo de Faria/SP, e dá outras providências.	Consultivo / Deliberativo

Conselho Municipal de Políticas Culturais	1743	22/07/2020	Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Paulo de Faria (SP), seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes e a Administração Pública, e dá outras providências.	Consultivo / Deliberativo
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	1099	06/12/2005	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO DE FARIA/SP - C.M.S., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	Consultivo / Deliberativo
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA	1054	05/04/2004	Criao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Pulo de Faria, e dá outras providências.	Consultivo / Deliberativo
Conselho Municipal de Turismo - COMTUR	1506	15/10/2015	Altera a Lei n° 1.229, de 31 de agosto de 2.009, a qual 'Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR deste Município de Paulo de Faria/SP, e dá outras providências', e dá providências correlatas.	Consultivo / Deliberativo
Conselho Municipal de Turismo - COMTUR	1732	06/05/2020	Dispõe sobre a aprovação do Novo Plano Diretor de Turismo, do Município de Paulo de Faria (SP), na forma que especifica e dá outras providências.	Consultivo / Deliberativo
Conselho Municipal do Bem Estar Social	642	03/05/1993	Dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal do Bem Estar Social e a criação do Fundo Municipal a ele vinculado, e dá outras providências.	Consultivo / Deliberativo

CONSELHO MUNICIPAL DOS PASTORES EVANGÉLICOS DA CIDADE DE PAULO DE FARIA/SP	1544	04/08/2016	CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS PASTORES EVANGÉLICOS DA CIDADE DE PAULO DE FARIA/SP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Consultivo / Deliberativo
CONSELHO-GESTOR DO FMHIS	1231	02/09/2009	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS E INSTITUI O CONSELHO-GESTOR DO FMHIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"	Consultivo / Deliberativo
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA	585	27/09/1991	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Consultivo / Deliberativo

QUADRO 26: Quadro dos conselhos municipais

3.4 ASPECTOS E INDICADORES DE SAÚDE

Com relação aos equipamentos de saúde, existem no município de Paulo de Faria:

❑ - IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PAULO DE FARIA

O hospital Santa Casa possui sete (7) alas de leitos hospitalares, sendo:

1 – Ala masculino interno SUS com 04 leitos;

2 - Ala feminino interno SUS com 05 leitos;

3 - Ala observação masculino interno SUS com 04 leitos;

4 - Ala observação feminino interno SUS com 03 leitos;

5 - Ala pediátrica SUS com 03 leitos e um berço;

6 - Ala convênio masculino com 06 leitos – observação e internação;

7 - Ala convênio feminino com 06 leitos – observação e internação;



FIGURA 30: Fachada de Santa Casa

❑ - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – CENTRO DE SAÚDE DE PAULO DE FARIA E COORDENADORIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FIGURA 31: Fachada da Unidade Básica de Saúde

❑ - LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA



FIGURA 32: Fachada do Laboratório Municipal

❑ - VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PAULO DE FARIA



FIGURA 33: Fachada da Vigilância Sanitária Municipal

❑ - UNIDADE MÓVEL DO SAMU



FIGURA 34: Fachada de ambulância do SAMU

❑ - CLÍNICA VETERINÁRIA MUNICIPAL



FIGURA 35: Fachada da Clínica Veterinária Municipal

Quanto a indicadores, estes são cruciais para a formulação de políticas de saúde, o planejamento de intervenções e a avaliação do progresso em direção a metas de saúde pública.

Os Indicadores de saúde de Paulo de Faria, são medidas quantitativas ou qualitativas que fornecem informações sobre o estado de saúde de sua população. Também são utilizados para avaliar a qualidade de vida, o desempenho do sistema de saúde e identificar áreas que necessitam de intervenção ou melhoria.

São ferramentas importantes para monitorar e entender diversos aspectos relacionados à saúde, permitindo análises comparativas ao longo do tempo.

Conforme evidenciado nas tabelas subsequentes, os indicadores de saúde em Paulo de Faria estão alinhados com a média de sua região de governo, região administrativa e estado,

A Fundação Seade, apresenta Estatísticas Vitais de Saúde para o ano de 2.019, tais como: taxa de natalidade, taxa de fecundidade geral, taxa de mortalidade infantil, taxa de mortalidade na infância, taxa de mortalidade da população de 15 a 34 anos, taxa de mortalidade da população de 60 anos e mais, em Paulo de Faria, região de governo, região administrativa e Estado.

Taxa de Natalidade (Por mil habitantes) - 2019	
Município	8,80
RG	12,39
RA	11,83
Estado	13,09

Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos) - 2019	
Município	34,37
RG	46,75
RA	45,53
Estado	48,14

Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos) - 2019	
Município	-
RG	8,13
RA	8,42
Estado	10,93

Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos) - 2019	
Município	-
RG	9,93
RA	10,36
Estado	12,65

Taxa de Mortalidade da População de 15 a 34 Anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária) - 2019	
Município	76,39
RG	91,39
RA	93,79
Estado	100,31

Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes nessa faixa etária) - 2019	
Município	3.788,42
RG	3.469,71
RA	3.537,99
Estado	3.345,57

FIGURA 36: Indicadores de saúde Fonte: SEADE. Disponível em: <http://www.perfil.seade.gov.br/>

Também para o ano de 2019, a Fundação Seade, apresenta Estatísticas Vitais de Saúde tais como as porcentagens de: nascidos vivos de mães com menos de 18 anos, mães que fizeram sete e mais consultas pré-natal, partos cesáreos, nascimentos de baixo peso, gestações pré-termo, leitos SUS, em Paulo de Faria, região de governo, região administrativa e Estado.

Nascidos Vivos de Mães com Menos de 18 Anos (Em %) - 2019	
Município	2,67
RG	3,88
RA	4,21
Estado	4,25

Mães que fizeram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (Em %) - 2016	
Município	77,78
RG	83,32
RA	84,44
Estado	79,05

Partos Cesáreos (Em %) - 2016	
Município	91,21
RG	83,63
RA	84,10
Estado	58,34

Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %) - 2016	
Município	8,79
RG	9,75
RA	9,25
Estado	9,11

Gestações Pré-Termo (Em %) - 2016	
Município	12,50
RG	13,01
RA	12,48
Estado	10,90

Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes) - 2019	
Município	2,11
RG	1,53
RA	1,50
Estado	1,18

FIGURA 37: Estatísticas vitais Fonte: SEADE. Disponível em: http://www.perfil.seade.gov.br/

3.5 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO

3.5.1 INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL

Desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o IDEB é derivado de dados oriundos das avaliações de desempenho dos estudantes, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil, juntamente com as taxas de aprovação.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) representa uma métrica amplamente empregada no Brasil para avaliar a qualidade do ensino nas instituições de educação básica.

Sua proposta é oferecer uma compreensão abrangente do sistema educacional, englobando tanto a aprendizagem dos alunos quanto as taxas de aprovação, considerando, assim, a eficiência e a qualidade do ensino.

O índice, com uma variação de 0 a 10, com intuito é estimular melhorias na educação, detectar desafios e orientar esforços para elevar o padrão educacional, sendo geralmente

Indice de Desenvolvimento da Educação Básica
Comparativo Paulo de Faria e Estado de São Paulo

Ensino Básico	Paulo de Faria	Est. São Paulo
Fundamental - anos iniciais	5,9	6,1
Fundamental - anos finais	4,9	5,3
Médio	5,4	4,7

QUADRO 27: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – 2021 Fonte: <https://qedu.org.br/brasil/ideb>

O Município de Paulo de Faria possui oito (8) instituições de ensino, sendo quatro (4) no centro da cidade, uma no Bairro Patrimônio Novo, outra no Jardim Ipanema, o EJA no “Centro de Detenção Provisória de Paulo de Faria” e também um Núcleo de Atendimento Especializado – NAE “Padre Francisco José Geissner”. Também possui a Projeto Ambiental e Cultural possui parceira com a UNIRP de São José do Rio Preto, disponibilizando mais de 10 cursos na modalidade EaD, de Ensino Superior completo Pós-graduação, reconhecidos pelo MEC.

No Bairro Nosso Teto, o Núcleo de Atendimento Especializado – NAE “Padre Francisco José Geissner”, atende as séries do 1º ao 5º ano, Modalidade Multisseriada Integral – Especial, com 11 alunos e outros 10 participando também do núcleo.



FIGURA 38: Vista do NAE “Padre Francisco José Geissner”.

As outras cinco escolas mantidas pela administração municipal cobrem o ensino infantil e fundamental, uma estadual de ensino médio e também outra estadual de ensino fundamental e médio, na modalidade supletivo (EJA). São aproximadamente 1.200 alunos atendidos na totalidade.

No centro da cidade, a creche escola CEMEI “Emília Helena Pinheiro Correia”, atende a Educação Infantil – Pré-escola e funciona em período parcial.



FIGURA 39: Vista da CEMEI “Emília Helena Pinheiro Correia”.

Nesta região central também há a escola pública municipal EMEB “Vicente Luiz da Costa”, que atende aos anos iniciais do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, com aulas nos períodos da manhã e tarde.



FIGURA 40: Vista da EMEB "Vicente Luiz da Costa"

Também no centro da cidade existe a Escola Municipal "JOSÉ SILVEIRA", que atende a educação de jovens e adultos- EJA (antigo Supletivo), que é uma modalidade de ensino voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. Atendendo na modalidade presencial no período noturno conforme a descrição:

❑ - EJA- Série multisseriada- anos iniciais (anual)

- Multisseriadas anos iniciais- 11 alunos

❑ - Ensino fundamental anos finais (semestral)

- Multisseriadas anos iniciais- 11 alunos
- Ensino fundamental anos finais
- 9º termo- 09 alunos
- 11º termo- 08 alunos



FIGURA 41: Vista da EM “JOSÉ SILVEIRA”

Ainda no centro, existe a Escola Estadual PEI EE “Professor Nelson Alves Tremura”, atendendo aproximadamente 225 alunos do ensino médio (Censo escolar, 2.021) em períodos da manhã e noite.



FIGURA 42: Vista da PEI EE “Professor Nelson Alves Tremura”

No Bairro Patrimônio Novo, a escola EMEB “José Francisco Rodrigues” atende os anos finais do ensino fundamental do 6º ao 9º ano, nos períodos da manhã e tarde.



FIGURA 43: Vista da EMEB “José Francisco Rodrigues”

A creche municipal CMEI “Professor Adocrecino Costa”, que atualmente está sendo ampliada, atende crianças do Berçário I, Berçário II, Maternal I e Maternal II, sendo:

- ❏ - Berçário - I - 05 alunos;
- ❏ - Berçário II a - 29 alunos;
- ❏ - Maternal I a - 53 alunos;
- ❏ - Maternal II a - 59 alunos.



FIGURA 44: Vista da CMEI “Professor Adocrecino Costa”

O Centro Estadual de Detenção Provisória de Paulo de Faria possui Escola Estadual com:

❑ - EJA - Ensino Fundamental - Anos Iniciais

Aulas no período da Manhã, Tarde
Número de turmas 2 / Média de alunos por turma: 16
Aula Presencial

❑ - EJA - Ensino Fundamental - Anos Finais

Aulas no período da Manhã, Tarde
Número de turmas 3 / Média de alunos por turma: 12
Aula Presencial

❑ - EJA - Ensino Médio

Aulas no período da Manhã, Tarde
Número de turmas 2 / Média de alunos por turma: 17
Aula Presencial



FIGURA 45: Centro Estadual de Detenção Provisória

O Complexo Assistencial Educacional “Camilina Floriano Gouveia” fomenta ações voltadas para o auxílio assistencial, complementação educacional e profissional dos munícipes e o desenvolvimento de processos educativos voltados para a formação complementar ao ensino regular, em áreas consideradas de interesse dos alunos e da comunidade local. Também o desenvolvimento de metodologias e práticas

educativas, integrando diferentes áreas, em especial a educacional e a profissionalizante; bem como a capacitação de gestores, de professores e de outros servidores públicos.



FIGURA 46: CAE “Camilina Floriano Gouveia”

A Associação Projeto Ambiental e Cultural Piracanjuba possui parceira desde 2.014 com o Centro Universitário de Rio Preto - UNIRP, disponibilizando cursos na modalidade EaD de Ensino Superior e Pós-graduação, reconhecidos pelo MEC, para a comunidade de Paulo de Faria e Região, contando atualmente com 118 alunos matriculados nos mais variados cursos, entre:

- Engenharia de produção;
- Letras;
- Pedagogia;
- Segunda licenciatura em pedagogia;
- Serviço social;
- Administração ;
- Ciências contábeis;
- Tecnologia em gestão de recursos humanos;
- Gestão pública;
- Financeira;
- Marketing;

- Logística;
- Processos gerenciais;
- Gestão hospitalar;
- Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas.

3.5.2 DADOS DA EDUCAÇÃO

Analisar a qualidade da educação envolve considerar uma variedade de fatores, entre eles a razão aluno-professor, tamanho da turma, qualificação dos professores, infraestrutura escolar, recursos educacionais, atividades extracurriculares e envolvimento dos pais, entre outros.

Apresentamos algumas abordagens que podem ser úteis para a educação de Paulo de Faria nesse processo.

Número de Matrículas na Educação Básica

Ano	Ensino Básico		
	Infantil	Fundamental	Médio
2.011	333	1.078	377
2.012	268	1.051	341
2.013	323	1.036	344
2.014	382	925	327
2.015	485	842	283
2.016	448	851	287
2.017	364	823	268
2.018	323	804	247
2.019	301	811	232
2.020	283	807	223
2.021	250	763	225

QUADRO 28: Número de matrículas de 2.011 a 2021 Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/paulo-de-faria>

Observa-se que, comparando a tabulação do número de matrículas no ano de 2.021 em relação ao ano de 2.011, houve uma redução significativa do número de matrículas

nas três etapas do ensino básico. Em relação ao ano de 2.011, as matrículas foram reduzidas em 25% no ensino infantil, 29% no fundamental e 40% no médio.

Na figura a seguir nota-se graficamente a involução nas linhas de identificação de cada etapa.

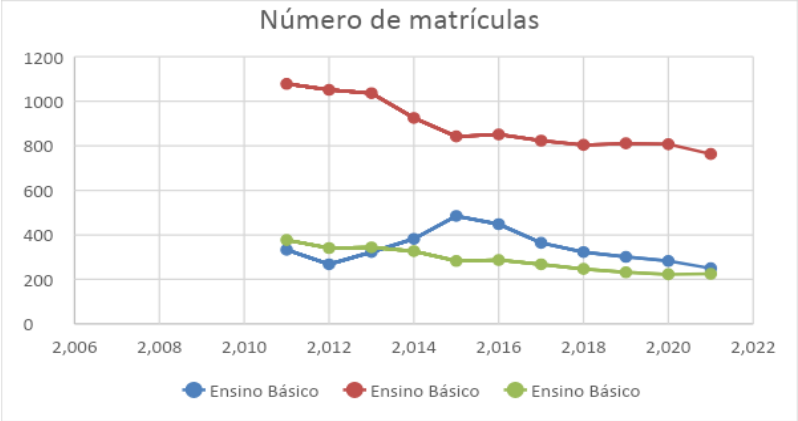


FIGURA 47: Gráfico do número de matrículas de 2011 a 2021

Número de Docentes na Educação Básica

Ano	Ensino Básico		
	Infantil	Fundamental	Médio
2.011	15	58	33
2.012	16	63	31
2.013	16	55	26
2.014	19	52	28
2.015	19	51	27
2.016	19	44	28
2.017	15	47	26
2.018	23	47	22
2.019	24	40	16
2.020	13	37	15
2.021	14	34	14

QUADRO 29: Número de matrículas de 2011 a 202. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/paulo-de-faria>

Observa-se que, comparando a tabulação do número de docentes no ano de 2.021 em relação ao ano de 2.011, houve uma redução significativa do número de docentes nas três etapas do ensino básico. Em relação ao ano de 2.011, o número de

professores foi reduzido em 7% no ensino infantil, 61% no fundamental e 68% no médio.

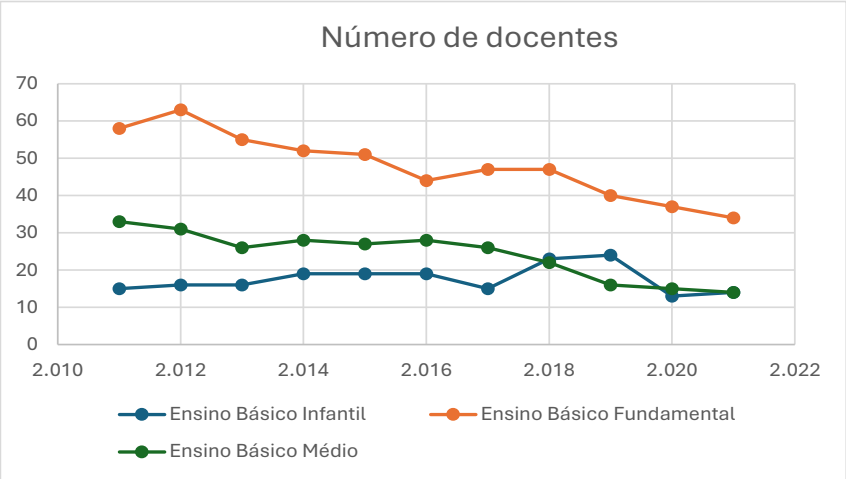


FIGURA 48: Gráfico do número de docentes de 2.011 a 2.021

Razão de alunos por docente na Educação Básica

Ano	Ensino Básico		
	Infantil	Fundamental	Médio
2.011	22	19	11
2.012	17	17	11
2.013	20	19	13
2.014	20	18	12
2.015	26	17	10
2.016	24	19	10
2.017	24	18	10
2.018	14	17	11
2.019	13	20	15
2.020	22	22	15
2.021	18	22	16

QUADRO 30: Razão aluno-docente de 2011 a 2021.

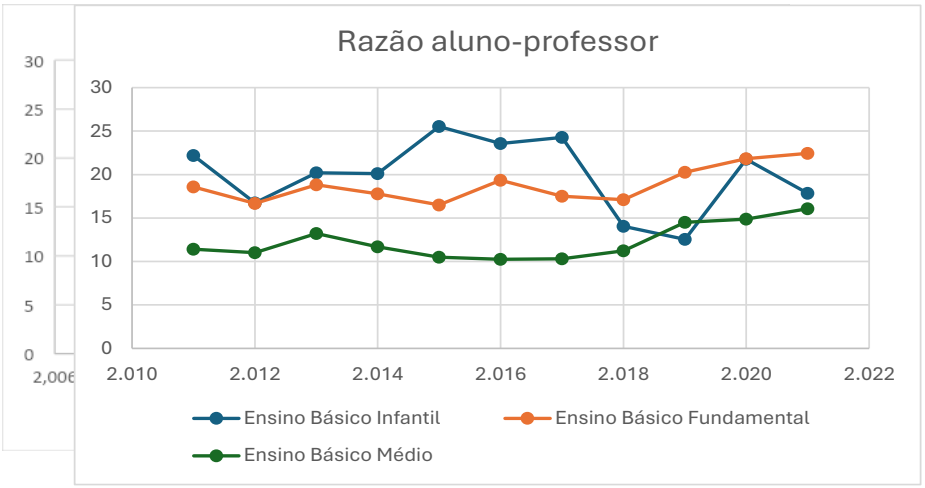


FIGURA 49: Gráfico da razão aluno-docente de 2011 a 2021.

- Para o ano de 2022, o município apresentava taxas de aprovação mais elevadas que a média do estado e menos elevadas nas taxas de reprovação e abandono da escola.



FIGURA 50: Taxas da educação municipal em relação ao estado. Fonte: <municípios.seade.gov.br/educação/>

- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – 1º ao 5º ano, meta não atingida.

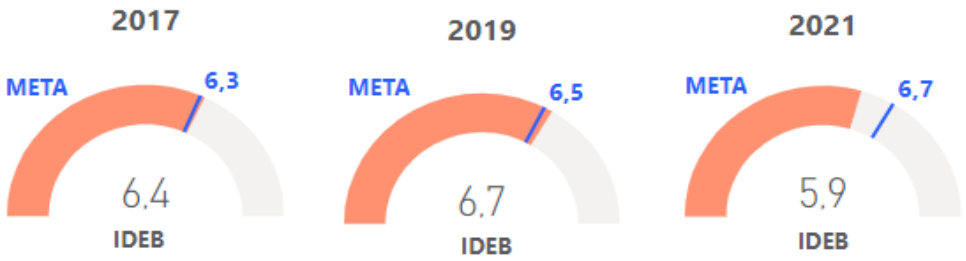


FIGURA 51: IDEB – metas do 1º ao 5º ano. Fonte: <municípios.seade.gov.br/educação/>

- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – 6º ao 9º ano, meta não atingida.

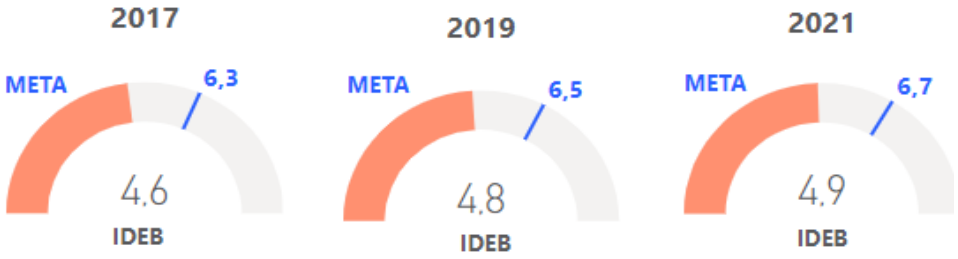


FIGURA 52: IDEB – metas do 6º ao 9º ano. Fonte: <municípios.seade.gov.br/educação/>

- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ensino Médio, meta superada.

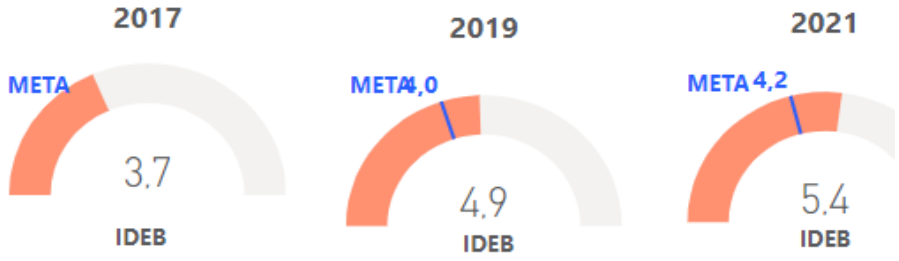


FIGURA 53: IDEB – metas do ensino médio. Fonte: <municípios.seade.gov.br/educação/>

Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Ensino Fundamental Regular - Anos Iniciais

Indicadores educacionais compostos por: Taxa de Aprovação, SAEB e IDEB por município e rede de ensino - 2021.

Sigla da UF	Código do Município	Nome do Município	Rede	Taxa de Aprovação - 2021							Nota SAEB - 2021			IDEB 2021 (N x P)
				1º ao 5º ano	1º	2º	3º	4º	5º	Indicador de Rendimento (P)	Matemática	Língua Portuguesa	Nota Média Padronizada (N)	
SP	3536604	Paulo de Faria	Pública	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1,00	215,98	208,39	5,87	5,9

FIGURA 54: INEP – taxas de aprovação e notas no SAEB - 2021. Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>

Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais - Censo Demográfico (Em %) - 2010	
Município	10,18
RG	4,75
RA	5,95
Estado	4,33

População de 18 a 24 Anos com pelo Menos Ensino Médio Completo - Censo Demográfico (Em %) - 2010	
Município	43,46
RG	...
RA	62,08
Estado	57,89

FIGURA 55: Índices educacionais - 2010. Fonte: <https://perfil.seade.gov.br/#>

A Prefeitura oferece transporte escolar gratuito durante o período noturno para estudantes do ensino técnico e superior que necessitam deslocar-se aos municípios de São José do Rio Preto e Votuporanga.

3.6 ASPECTOS CULTURAIS E TURISTICOS

A cultura desempenha um papel fundamental na aquisição de conhecimento e guarda uma estreita relação com a educação. Portanto, ela se configura como uma política pública indispensável, devendo ser integrada aos planos de governo dos candidatos em todas as eleições.

Paulo de Faria dispõe de uma "Casa de Cultura" que foi totalmente reformada e ampliada que poderá abrigar as mais diversas atividades culturais, tais como: apresentações de balé, palestras, feiras artesanais, apresentações escolares, obras de arte e apresentações do “Projeto Guri”, Coordenadoria Municipal de Cultura e Coordenadoria de Turismo, entre outras.



FIGURA 56: Vista da Casa da Cultura

O patrimônio cultural constitui-se como um conjunto de elementos que retratam a memória e a identidade dos diversos grupos que compõem a sociedade. Conforme estabelecido pelo artigo 216 da Constituição Federal, esse patrimônio é forjado por meio de variadas expressões, incluindo criações artísticas, além de edificações e outros espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

As manifestações culturais existentes em Paulo de Faria se referem primordialmente a festas religiosas tradicionais, como as realizadas em honra a padroeiro, apresentações de balé, festas juninas, Reis Magos, festa do peão, a catira (ou catererê), a culinária paulofariense, como a “Linguiça Cuiabana”, a “Quenga”, feita de creme de milho com frango e o “Coruja”, um pudim de pão com frutas cristalizadas, entre outros.

O carnaval também sempre foi uma concorrida e efervescente festa popular da cidade, mas que entrou em decadência a partir dos anos de 1980, só iniciando uma reação a partir de 2000.



FIGURA 57: Apresentação de balé



FIGURA 58: Festa dos Reis Magos



FIGURA 59: Festa do Peão



FIGURA 60: Apresentação de Catira



FIGURA 61: Festa de Carnaval

3.6.1 ESTRUTURAS ARQUITETONICAS E URBANISTICAS

Paulo de Faria não possui tombamento de seu acervo patrimonial edificado. A maioria dos imóveis existentes, de interesse arquitetônico, se refere a edificações localizadas no centro da cidade, de estilo eclético e edificadas no início ou meados do século 20, porém havendo um pequeno número de exemplares significativos de interesse de preservação.

Entre esses imóveis se destacam as edificações:



FIGURA 62: Edificação na esquina da Av. Abrão Gonçalves Azeredo com R. Zenha Ribeiro.



FIGURA 63: Edificação na esquina da Rua Zenha Ribeiro com a Avenida Gertrudes Ribeiro.



FIGURA 64: Edificação na esquina da Rua 15 de Novembro com Av. Theófilo Joaquim Ribeiro.



FIGURA 65: Edificação do Hotel San Carlo



FIGURA 66: Edificação na Rua Bom Jesus



FIGURA 67: Escola José Silveira



FIGURA 68: Sede da Prefeitura – Paço Municipal



FIGURA 69: Prédio do Foro da Comarca



FIGURA 70: Santa Casa



FIGURA 71: Igreja Matriz



FIGURA 72: Clube Grêmio Literário Recreativo



FIGURA 73: Portal de entrada principal da cidade



FIGURA 74: Portal de entrada secundária da cidade

3.7 ASPECTOS TURISTICOS

O município de Paulo de Faria integra o MIT - Municípios de Interesse Turístico paulista, pois possui locais que atraem visitantes devido suas belezas naturais, patrimônio cultural e a possibilidade de atividades recreativas, pois dispõe de pontos de destaque que motivam as pessoas a visitarem e explorarem esses lugares.

Este Plano Diretor, na legislação apresentada de Uso e Ocupação do Solo, especificou Áreas Especiais de Interesse Turísticos – AEIT, que são regiões ou locais que possuem características especiais que atraem visitantes e turistas e que, possuem recursos naturais, históricos, arquitetônicos, paisagísticos, ou atributos que contribuem para a promoção, formação e consolidação do sistema turístico municipal. Promovendo a conservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural, , gerando benefícios econômicos e sociais.

A seguir são apresentas as 14 Áreas Especiais de Interesse Turísticos (AEIT) identificadas no município de Paulo de Faria:

❏ - AEIT1 - Formada pela área onde são desenvolvidas as atividades da festa do peão:



FIGURA 75: Vista de cima do recinto de Festa do Peão



FIGURA 76: Vista de cima do recinto em dia de festa

❑ - AEIT 2 – área onde está instalada a Associação dos 3 Reis Mago (Igreja dos Santos Reis) e a pela praça vizinha a esta que por sua proximidade é importante para consolidação do turismo:



FIGURA 77: Vista de cima do local da festa e da praça



FIGURA 78: Comemoração da festa de Santos Reis



FIGURA 79: Monumento dedicado às Companhias de Santos Reis

❑ - AEIT 3 – área onde se localiza a queda d'água situada Rio Turvo, denominada "Cachoeira do Talhadão":



FIGURA 80: Vista da Cachoeira do Talhadão

❑ - AEIT 4 – área da “Praça Peregrino Benelli”:

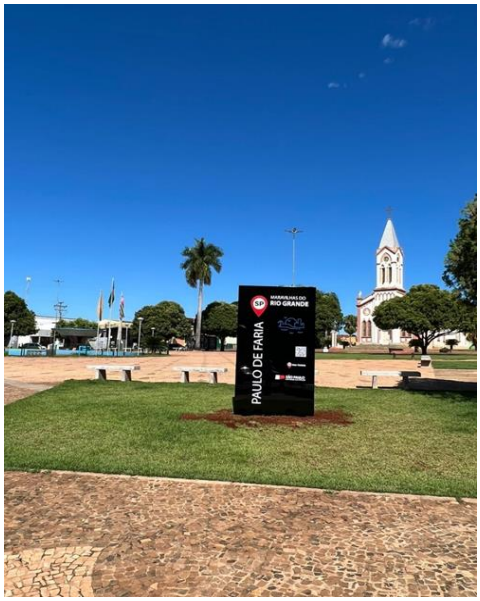


FIGURA 81: Vista da Praça Peregrino Benelli

❑ - AEIT 5 – área da “Praça da Matriz”:



FIGURA 82: Vista da Praça da Matriz

❑ - AEIT 6 - área e seu entorno da “Igreja de São Sebastião”:



FIGURA 83: Vista da Igreja de São Sebastião

❑ - AEIT 7 - área e seu entorno da “Igreja de Nossa Senhora de Aparecida”:



FIGURA 84: Vista da Igreja de Nossa Senhora de Aparecida

❑ - AEIT 8 – área onde se localiza a queda d'água denominada "Cachoeira do Cedro":



FIGURA 85: Vista da Cachoeira do Cedro

❑ - AEIT – 9 - formada pela área e seu entorno formado pelo reservatório da Usina de Água Vermelha, onde está instalada a Praia Artificial de Paulo de Faria:



FIGURA 86: Vista da área de banhistas da Praia Artificial de Paulo de Faria

Município de Paulo de Faria - SP
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.



FIGURA 87: Vista do portal de entrada da Praia Artificial

❑ - AEIT – 10 – área do “Loteamento Estância Bogari” às margens do reservatório da Usina de Água Vermelha:



FIGURA 88: Vista do alto do Loteamento Estância Bogari

❑ - AEIT – 11 – área onde se localiza o “Restaurante Navio”, empreendimento de eventos às margens do reservatório da Usina de Água Vermelha:



FIGURA 89: Vista do Restaurante Navio

❑ - AEIT – 12 – área onde se localiza a estátua do “Cristo Redentor”:



FIGURA 90: Vista do Cristo Redentor

❑ - AEIT – 13 – área onde se localiza o receptivo “Morada do Sol”:



FIGURA 91: Vista do receptivo “Morada do Sol”

❑ - AEIT – 14 – área do “Recanto Paineiras”:



FIGURA 92: Vista do Recanto das Paineiras

3.8 ASPECTOS DO ESPORTE E LAZER

No setor de esporte e lazer, Paulo de Faria dispõe de diversos equipamentos públicos, sendo:

- No centro da cidade estão instalados:

❑ - Ginásio de Esportes “Almiro José da Costa Freitas – Marrequinho”



FIGURA 93: Ginásio de Esportes “Marrequinho”

❑ - Centro de Convivência do Idoso “Dr. Salustiano Ribeiro”



FIGURA 94: Centro de Convivência do Idoso “Dr. Salustiano Ribeiro”

- No Bairro Patrimônio Novo estão instalados:

❑ - Centro de Lazer do Trabalhador “João Domingos Filho”



FIGURA 95: Centro de Lazer do Trabalhador

❑ - Centro de Lazer “José Luiz de Araújo”



FIGURA 96: Centro de Lazer “José Luiz de Araújo”

- No Bairro Jaçanã I estão instalados:

❑ - Centro de Lazer do Bairro Jaçanã I



FIGURA 97: Centro de Lazer do Bairro Jaçanã I

❑ - Quadra Poliesportiva



FIGURA 98: Quadra Poliesportiva do Bairro Jaçanã I

❑ - No Bairro Jardim Ipanema estão instalados:

- Minicampo de areia



FIGURA 99: Minicampo de areia do Jardim Ipanema

- Praça de caminhada



FIGURA 100: Praça de caminhada do Jardim Ipanema

- Quadra Poliesportiva



FIGURA 101: Quadra Poliesportiva do Jardim Ipanema

- No Bairro Jardim Morro Alegre está instalado uma Quadra Poliesportiva



FIGURA 102: Quadra Poliesportiva do Jardim Morro Alegre

- No Bairro Nossa Senhora Aparecida está instalado o Estádio Municipal “Oscar Ribeiro de Castro”



FIGURA 103: Estádio Municipal “Oscar Ribeiro de Castro”

- No Bairro Jardim Redentor está instalada uma Pista de Caminhada



FIGURA 104: Praça de caminhada do Jardim Redentor

- No Bairro Jardim Morumbi está instalada uma Quadra Poliesportiva



FIGURA 105: Quadra Poliesportiva do Jardim Morumbi

3.9 ASPECTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social possui sede própria, conforme exigência da regulamentação brasileira, e atua de maneira integrada com órgãos governamentais e instituições não governamentais que fazem parte da rede socioassistencial do município. O Departamento de Assistência Social também promove atendimento psicossocial e também é integrado ao atendimento da Casa Abrigo, aos atendimentos do INSS, CDHU e Banco do Povo.



FIGURA 106: Vista do Departamento de Assistência

Paulo de Faria conta com um CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, que funciona no Bairro Jardim Ipanema e ainda possui Conselho Tutelar situado no centro da cidade.



FIGURA 107: Vista do Centro de Referência de Assistência Social



FIGURA 108: Vista do Conselho Tutelar

Paulo de Faria não possui um CAPS Centro de Atenção Psicossocial, mas os munícipes são atendidos pelo CAPS da cidade de Orindiúva.

O município ainda é atendido pelo terceiro setor na assistência à criança e ao idoso.

A “Casa da Criança”, entidade Beneficente de Assistência Social sem fins lucrativos, fundada em 23 de janeiro de 1960, atende crianças necessitadas.



FIGURA 109: Casa da Criança

O “Lar dos Idosos”, entidade Beneficente de Assistência Social sem fins lucrativos, também conhecido como casa de repouso ou asilo, oferece serviços de assistência diária aos idosos.



FIGURA 110: Lar dos Idosos

3.10 ASPECTOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

Paulo de Faria possui algumas estruturas de segurança pública para assegurar a ordem pública, proteger pessoas e patrimônios, além de garantir a segurança dos cidadãos e a proteção de seus direitos, bem como preservar a estabilidade e a paz social.

Estão situados no Centro da cidade, a Delegacia de Polícia, o destacamento da Polícia Militar e a Unidade do DETRAN-SP. Na Rodovia Armando Salles de Oliveira, KM 528+950m, SP-322, localiza-se o Centro de Detenção Provisória.

O Detran-SP – Unidade 142ª do Ciretran de Paulo de Faria, oferta serviços à população relacionados à habilitação de condutores, documentação e serviços para veículos.

❑ - Delegacia Seccional de Polícia de Paulo de Faria, Junto a Delegacia de Polícia funciona o Detran - Unidade 142ª Ciretran.



FIGURA 111: Delegacia de Polícia

❑ - Destacamento da Polícia Militar de Paulo de Faria



FIGURA 112: Destacamento da Polícia Militar

❑ - Centro de Detenção Provisória de Paulo de Faria



FIGURA 113: Centro de Detenção Provisória

3.10.1 DADOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança é uma das preocupações mais prementes para os brasileiros, afinal, a qualidade de vida é intrinsecamente ligada à sensação de tranquilidade e segurança tanto em nosso lar quanto fora dele.

Paulo de Faria é considerada uma cidade segura pela quantidade de delitos que apresenta.

TIPO E NÚMERO DE DELITOS EM PAULO DE FARIA

Ano	Furto	Roubo	Furto e roubo de veículos
2.001	52	2	0
2.002	76	2	2
2.003	68	1	5
2.004	119	3	1
2.005	93	1	1
2.006	92	3	2
2.007	118	10	5
2.008	94	12	3
2.009	97	11	1
2.010	107	10	3
2.011	82	5	2
2.012	87	7	0
2.013	62	7	1
2.014	57	6	2
2.015	60	1	2
2.016	78	2	1
2.017	70	4	1
2.018	55	1	3
2.019	42	1	1
2.020	36	0	1
2.021	27	5	1
2.022	21	0	2

QUADRO 31: tipos e números de delitos entre os anos de 2001 e 2022
Fonte: SENATRAN - Secretaria Nacional de Trânsito - 2022

3.11 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

3.11.1 LEGISLAÇÃO URBANISTICA E CONSTRUTIVA

A Lei Orgânica do Município de Paulo de Faria, em seu artigo 9°, prevê como competência do município a elaboração de seu Plano Diretor e no artigo 33 sua aprovação pela Câmara Municipal.

Os primeiros instrumentos urbanísticos de parcelamento do solo e edificação, apareceram em meados dos anos 80 com a edição da Lei nº 324 de 1984, com o objetivo de disciplinar o parcelamento do solo, desde a aprovação do projeto, execução das obras, com devido caucionamento de lotes até a finalização das obras a serem realizadas e, também já previa a doação de áreas para a municipalidade para implantação de áreas verdes, áreas institucionais e vias de circulação.

Depois no ano 2.000, buscando atender aos ditames da Lei Federal nº 6766/79, foi aprovada a Lei nº 953, para aprovação de loteamento, desmembramento e parcelamento do solo.

Em 2.006 a Lei nº 1.115 de 23 de junho deste ano, altera a redação do artigo 4º da Lei nº 953, permitindo lotes com área mínima de 120m2 e lotes/imóveis comerciais com área mínima de 20m2.

Já a Lei n° 323, de 10 de setembro de 1984, instituiu o Código de Obras municipal que passou a regular toda e qualquer construção, reforma e ampliação de edifícios, efetuada por particulares ou entidade pública.

Quanto ao uso e ocupação do solo, é editada a Lei Municipal n° 1.491, de 9 de junho de 2015, tratando somente sobre o uso e ocupação do solo para posterior utilização das áreas onde foram ou vierem a ser implantados aterros sanitários no Município de Paulo de Faria.

Analisando a legislação anterior existente no município e, sabendo da necessidade de instrumentos legais essenciais para o ordenamento urbano e a gestão do espaço urbano em uma cidade, faz-se necessário a propositura de uma nova legislação que

garanta a construção, o parcelamento e o uso do solo ocorram de forma planejada, segura e sustentável, considerando uma variedade de fatores, incluindo as necessidades e desafios específicos enfrentados pela comunidade em questão, bem como as tendências e mudanças sociais, tecnológicas, econômicas e ambientais que estão moldando o desenvolvimento urbano contemporâneo.

Essas leis atuais do município, podem ser consideradas obsoletas, desatualizadas ou inadequadas para lidar com os desafios urbanos modernos. Nesses casos, a revisão ou substituição dessas leis faz-se necessária para garantir que as regulamentações urbanas sejam eficazes, relevantes e atuais.

Este Plano Diretor propõe com minutas de leis, constantes no campo dos anexos, uma nova legislação para o Município de Paulo de Faria no que tange ao Código de Obras e Edificações , Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

3.11.2 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O "Uso e ocupação do solo" é definido com base em normas relacionadas à densificação e atividades permitidas, visa principalmente organizar o território potencializando as habilidades, compatibilidades, proximidades, complementaridades de atividades urbanas.

Neste Plano Diretor foi proposto uma Lei de Uso e Ocupação do Solo, na qual a área urbana da cidade foi classificada com cinco zonas, de acordo a localização identificada em mapa anexo a Lei que são:

❑ - Zona 01 - Exclusivamente Residencial: Zona com ocupação de baixa densidade e restrita às habitações unifamiliares isoladas;

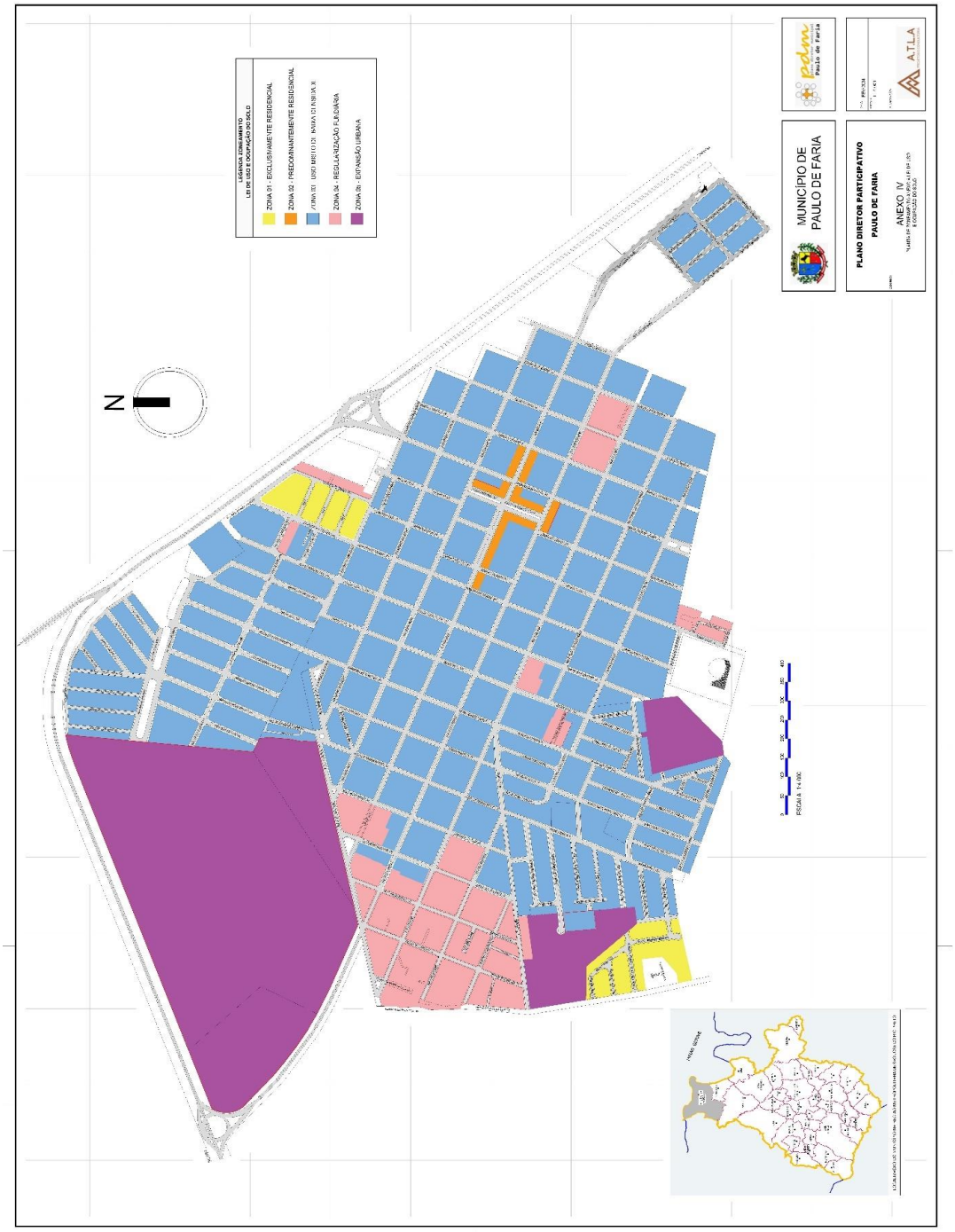
❑ - Zona 02 - Predominantemente Residencial: Zona com ocupação de baixa densidade e presença de uso de atividades econômicas compatíveis com o uso residencial;

❏ - Zona 03 - Uso Misto de Baixa Densidade: Zona com ocupação de baixa densidade e presença de uso de atividades econômicas com impacto não incômodo ao uso residencial;

❏ - Zona 04 - Regularização Fundiária: Zona formada por áreas cuja ocupação tenha sido irregular e que fazem parte de convênio e são objeto de regularização fundiária por meio do Programa Cidade Legal, do Governo do Estado de São Paulo e conforme a Lei de Regularização Fundiária;

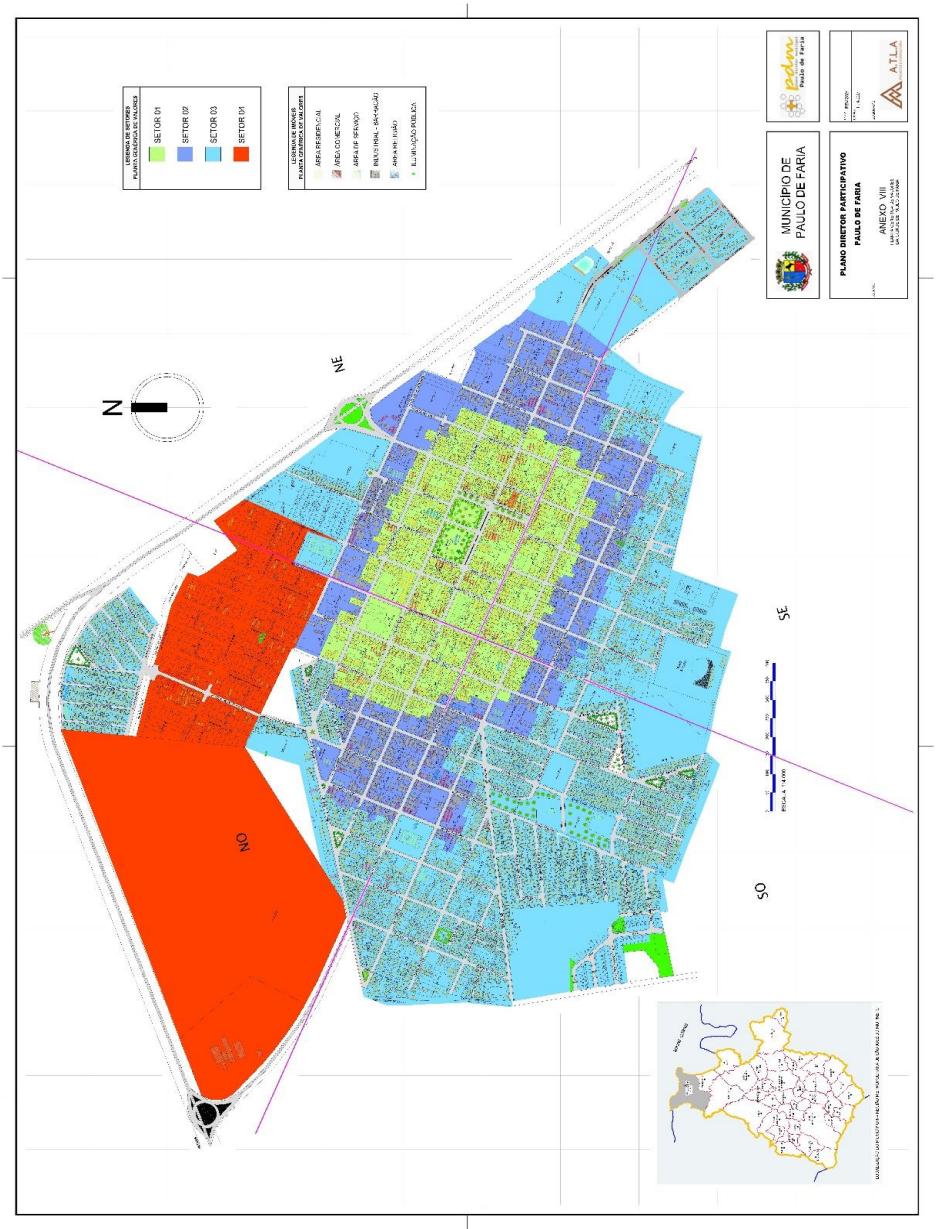
❏ - Zona 05 - Expansão Urbana: Zona compreendida por áreas internas ao perímetro urbano e ainda não loteadas, convenientes à promoção de novos empreendimentos, devendo, para tanto, ser objeto de análise do GRAPROHAB quanto à infraestrutura necessária ao local e, posteriormente, do corpo técnico de engenharia do Município no que se refere ao seu zoneamento;

❑ - Planta de zoneamento anexo a Lei de Uso e Ocupação do Solo – ver ANEXO IV



Uma outra lei que impacta indiretamente o aspecto físico do território municipal é o novo Código Tributário Municipal, estabelecido pela Lei Complementar nº 113, de 29 de setembro de 2.017. Esta Lei detalha os impostos e taxas municipais, assim como as situações de sua incidência e de sua isenção.

❑ - Planta Genérica de Valores – ver ANEXO VIII



Este Plano Diretor propõe também na Lei de Uso e Ocupação do Solo a implantação de Áreas Especiais de Interesse Turístico – AEIT, como regiões delimitadas atrações que atraem o turismo para Paulo de Faria. Essas áreas podem ser desde belezas naturais até locais ricos em cultura e patrimônio, que são assim identificadas:

❑ - AEIT 1 – formada pela área onde são desenvolvidas as atividades da Festa do Peão;

❑ - AEIT 2 – área onde está instalada a Associação dos 3 Reis Mago (Igreja dos Santos Reis) e a pela praça vizinha a esta que por sua proximidade é importante para consolidação do turismo;

❑ - AEIT 3 – área onde se localiza a queda d'água situada Rio Turvo, denominada "Cachoeira do Talhadão";

❑ - AEIT 4 – área da "Praça Peregrino Benelli";

❑ - AEIT 5 – área da "Praça da Matriz";

❑ - AEIT 6 - área e seu entorno da "Igreja de São Sebastião";

❑ - AEIT 7 - área e seu entorno da "Igreja de Nossa Senhora de Aparecida";

❑ - ARIT 8 – área onde se localiza a queda d'água denominada "Cachoeira do Cedro";

❑ - AEIT – 9 - formada pela área e seu entorno formado pelo reservatório da Usina de Água Vermelha, onde está instalada a Praia Artificial de Paulo de Faria;

❑ - AEIT – 10 – área do "Loteamento Estância Bogari" às margens do reservatório da Usina de Água Vermelha;

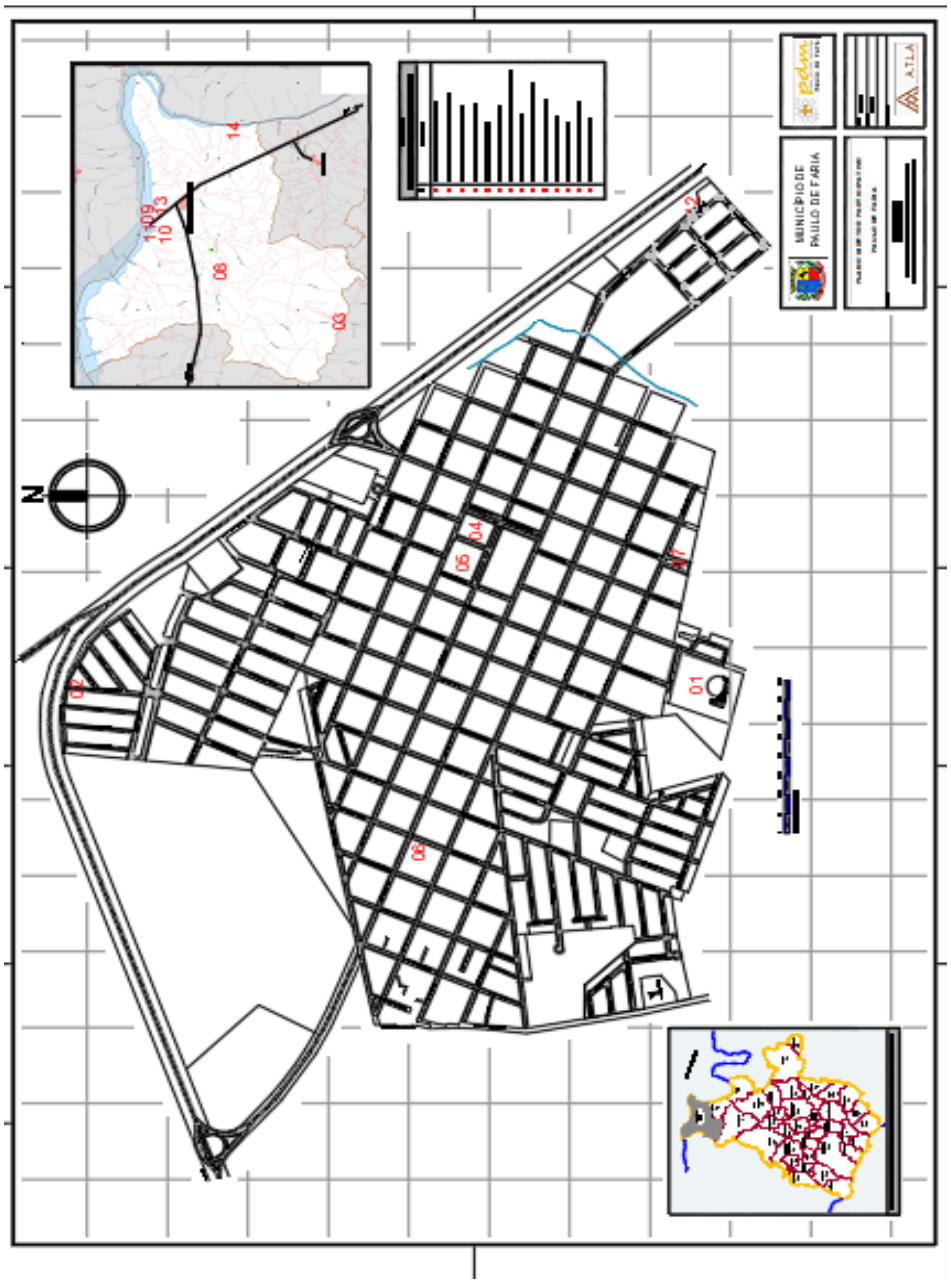
❑ - AEIT – 11 – área onde se localiza o "Restaurante Navio", empreendimento de eventos às margens do reservatório da Usina de Água Vermelha;

❑ - AEIT – 12 – área onde se localiza a estátua do "Cristo Redentor";

❑ - AEIT – 13 – área onde se localiza o receptivo “Morada do Sol”.

❑ - AEIT – 14 – área do “Recanto Paineiras”.

❑ - Planta das áreas especiais de interesse turísticos – ver ANEXO IV



3.11.3 OCUPAÇÃO URBANA

O processo de evolução do espaço urbano foi elaborado por uma análise multitemporal da dinâmica de ocupação do espaço, pois trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado, moldado por uma variedade de fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais.

Ao longo da história de Paulo de Faria, não houve mudanças significativas na forma como a cidade foi projetada, construída e habitada, observa-se que seu crescimento essencialmente horizontal, foi é impulsionado lentamente pela migração rural-urbana e pelo aumento natural da população e, à medida que essa população cresceu, novas áreas foram desenvolvidas para acomodar a demanda por moradias, infraestrutura e serviços.

O Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo disponibiliza foto área da cidade de Paulo de Faria, tirada entre os anos de 1.939 e 1.940, onde se observa o traçado das vias que permanecem até os dias atuais, porém com uma ocupação muito dispersa do espaço urbano.



Figura 114: Foto área de Paulo de Faria anos 1.939-1.940
Fonte: http://www.igc.sp.gov.br/

Também em Carta Topográfica de Paulo de Faria do IGC, em cobertura aerofotogramétrica executada em 1.960, observa-se ainda o mesmo traçado e a ocupação dispersa.



Figura 115: Detalhe da Carta Topográfica de Paulo de Faria 1.960
Fonte: http://www.igc.sp.gov.br/

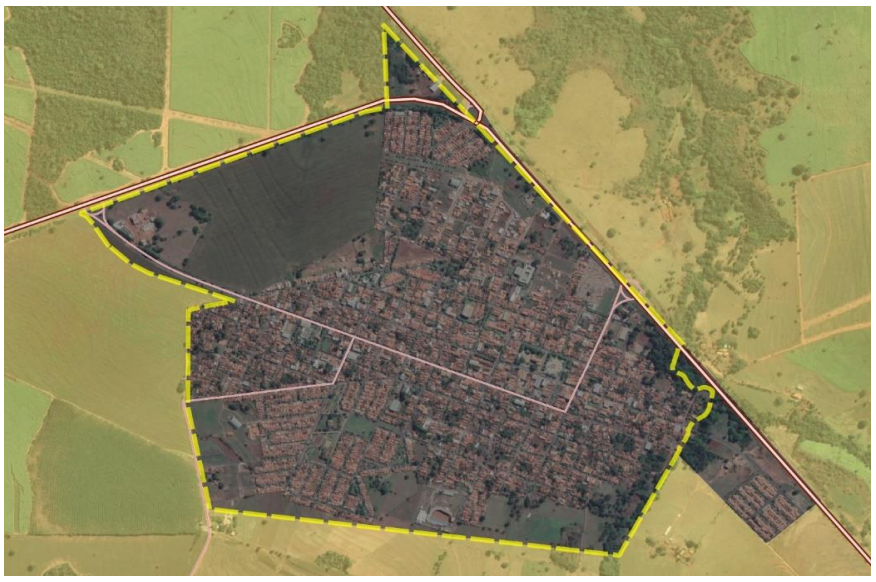
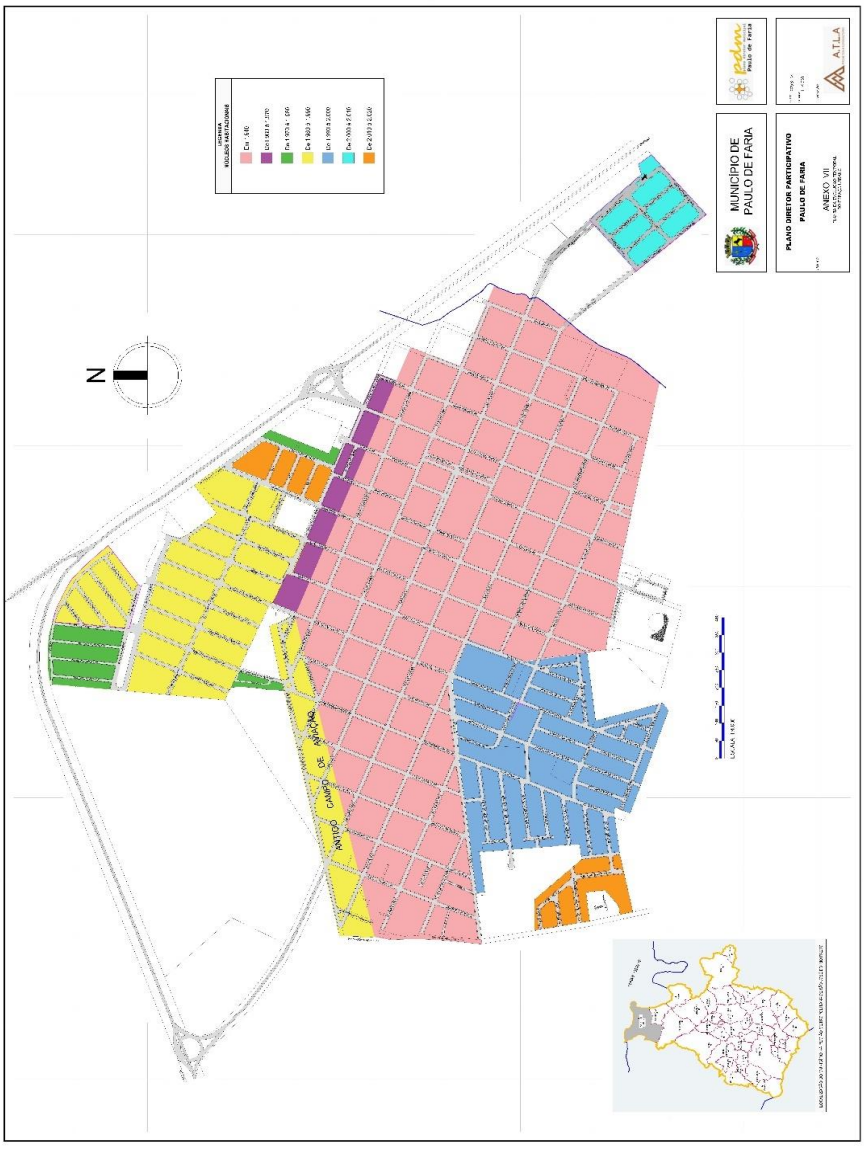


Figura 116: Perímetro urbano de Paulo de Faria

Observa-se pela demarcação em linha amarela tracejada o perímetro urbano descrito pela Lei Ordinária nº 860/1998, que a malha urbana ao longo dos anos se desenvolveu internamente a este perímetro ocupando alguns vazios urbanos.

Através de mapas antigos, tornou-se possível examinar o processo de ocupação do solo urbano de Paulo de Faria e confeccionar um mapa da evolução por bairros.

❑ - Planta da evolução temporal da ocupação urbana – ver ANEXO VII



A seguir são relacionadas em planta as estruturas disponíveis à circulação e à dinâmica das atividades e necessidades básicas da população de atendimento pelo setor público em Paulo de Faria.

❑ - Planta dos principais estabelecimentos públicos – ver ANEXO X



3.11.4 SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE

O sistema viário de Paulo de Faria é essencialmente constituído pelas Rodovias Armando Sales de Oliveira e Doutor Waldemar Lopes Ferraz (SP-322).

A cidade apresenta uma boa estrutura viária, com a maioria das vias sinalizadas e dimensionadas para o fluxo adequado de veículos.

A manutenção das estradas e o asfaltamento devem ser atividades contínuas promovidas pelo Município. Além disso, a criação de ciclovias como meio de incentivar o uso de veículos não motorizados também é uma alternativa viável.

A falta plano de um plano de mobilidade urbana e a implantação de acessibilidade nas calçadas, dificulta a circulação de pessoas que tenha alguma dificuldade ou mobilidade reduzida.

Na figura a seguir é apresentado a evolução anual da quantidade de veículos no município de Paulo de Faria, do ano de 2.006 até 2.022. Observa-se um aumento no número total de veículo de 242%, na comparação destes anos e que, Paulo de Faria possuía no ano de 2.022 o número de 1 automóvel para cada 3 habitantes.

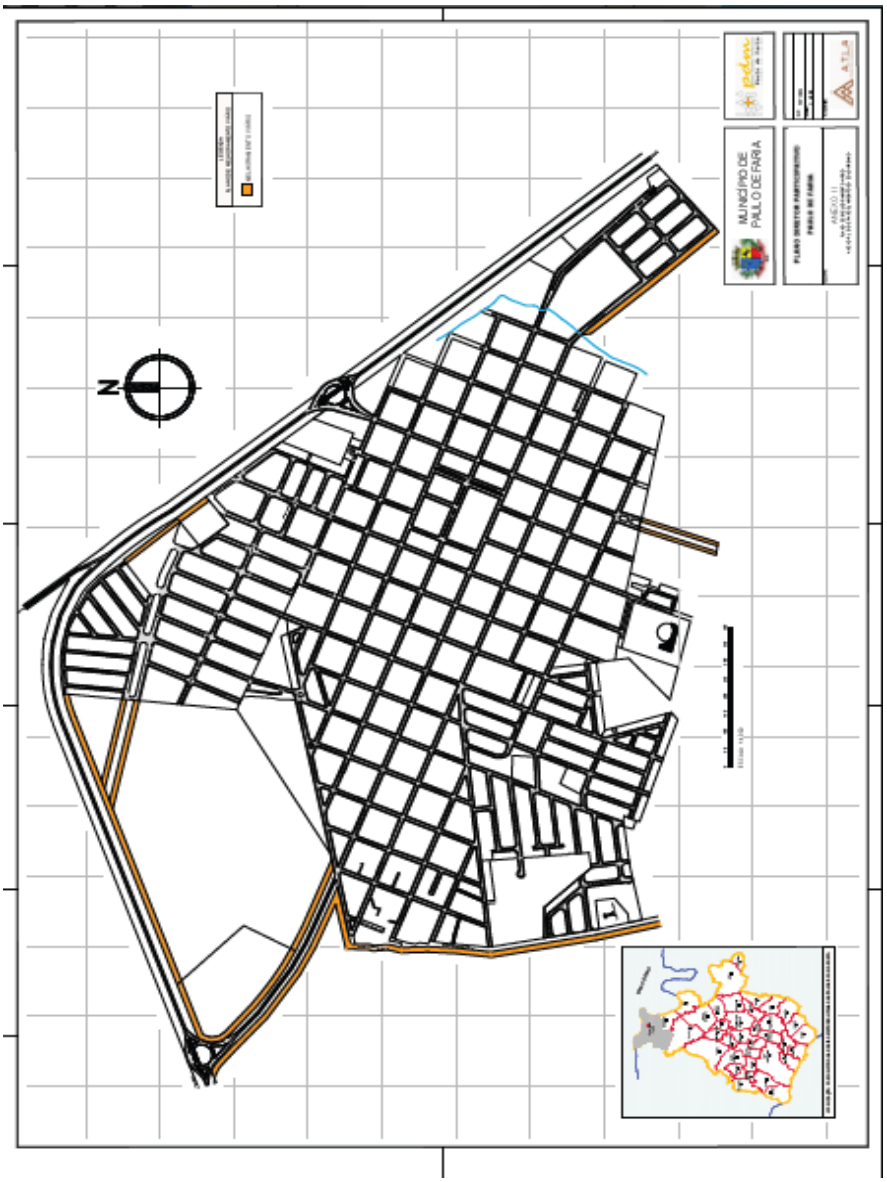
Tipo de veículo	Ano															
	2.006	2.007	2.009	2.010	2.011	2.012	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022
Tipo de veículo	2.006	2.007	2.009	2.010	2.011	2.012	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022
Automóvel	1.310	1.465	1.699	1.822	1.947	2.089	2.229	2.390	2.466	2.517	2.599	2.690	2.722	2.788	2.830	2.891
Caminhão	92	96	101	95	92	98	107	107	106	104	101	111	119	116	128	145
Caminhão trator	10	10	10	11	12	13	14	17	17	20	21	20	20	24	30	51
Caminhonete	84	120	201	207	229	246	259	284	296	315	334	360	367	383	405	400
Camioneta	130	99	64	58	60	66	78	88	90	84	91	98	105	113	119	123
Ciclomotor	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	16	16	17
Micro-ônibus	9	8	16	15	14	15	12	12	16	16	15	15	19	20	20	24
Motocicleta	126	147	220	237	263	303	318	343	350	364	376	388	385	404	423	424
Motoneta	8	13	22	22	27	40	49	60	72	78	83	86	92	100	101	111
Ônibus	42	44	42	41	41	43	43	45	45	46	50	55	54	57	63	65
Reboque	28	32	37	40	43	45	53	65	74	82	89	100	113	128	145	168
Semi-reboque	8	8	8	9	7	8	9	10	10	10	11	11	14	19	36	70
Utilitário	1	2	1	2	2	3	5	6	7	10	8	11	11	13	21	23
Outros	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
TOTAL	1.864	2.060	2.437	2.575	2.753	2.985	3.192	3.443	3.565	3.662	3.794	3.961	4.037	4.182	4.338	4.514

Quadro 32: Número do tipo de veículo por ano em Paulo de Faria
Fonte: SENATRAN - Secretaria Nacional de Trânsito - 2022

Este Plano Diretor apresenta um mapa para a necessidade de expansão das vias quando surgir novos parcelamentos do solo, havendo uma demanda crescente por infraestrutura de transporte que possa acomodar o aumento do número de veículos.

A expansão dessas vias pode melhorar a acessibilidade a diferentes partes da cidade, facilitando o deslocamento de pessoas e bens.

❑ - Plano de melhoramento viário – ver ANEXO II



3.12 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL

O conceito de Saneamento Ambiental engloba o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações destinadas a promover o saneamento básico, incluindo o abastecimento de água potável, o tratamento de esgoto, a gestão de resíduos sólidos, a drenagem de solo e águas pluviais.

O município precisa planejar uma gestão do espaço urbano que promova uma oferta equilibrada de áreas verdes em harmonia com os contextos urbanos. Buscando uma sustentabilidade ambiental mais satisfatória para a população, Paulo de Faria formulou duas leis para a melhoria ambiental. A Lei 1.232/2009 instituiu um programa de arborização urbana denominado “Uma Criança, Uma Árvore”, que tem como meta o plantio de pelo menos 01 (uma) muda de árvore frutífera, ornamental ou essência nativa para cada criança paulofariense nascida e a Lei 1.216/2009 que estabelece diretrizes sobre arborização nos parcelamentos de solo e arruamentos.

O Sistema Ambiental é compreendido como o conjunto de áreas de importância ambiental que desempenham funções cruciais para o município, tais como áreas de conservação e preservação ambiental, parques e praças, áreas de preservação permanente (APPs), áreas de risco ou degradação ambiental e inadequadas para ocupação, visando à sua recuperação, bem como áreas demarcadas com zoneamento especial para fins ambientais.

Este Plano Diretor propõe uma Lei de Uso e Ocupação do Solo a implantação de Áreas Especiais de Interesse Ambiental – AEIA, como regiões delimitadas que requerem atenção especial para sua conservação, manutenção ou recuperação, devido a sua importância para a biodiversidade, o equilíbrio ecológico e sustentabilidade socioambiental, bem como as que apresentem riscos à segurança e ao assentamento humano, que são assim identificadas:

❏ - AEIA 1 – área de proteção do manancial de abastecimento de água da cidade de Paulo de Faria, situada à montante da captação da SABESP, constituído pelas bacias do Córrego do Patos e seus afluentes;

❏ - AEIA 2 – faixa de drenagem do fundo de vale do Córrego dos Pontes;

❑ - AEIA 3 – área da Estação Ecológica de Paulo de Faria;

❑ - AEIA 4 – áreas de implantação do Aterro Sanitário;

❑ - AEIA 5 – áreas de recuperação ambiental do Aterro Sanitário desativado;

❑ - AEIA 6 - área da Lagoa de Tratamento de Esgoto;

❑ - AEIA 7 – superfícies das Áreas de Preservação Permanente (APP) protegidas nos termos da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2.012.

No âmbito da gestão municipal, grande parte desses aspectos ambientais é detalhada e abordada pelas políticas públicas setoriais por meio de seus planos diretores:

❑ - **Plano Municipal de Saneamento Básico dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário.**

Esse plano foi elaborado em 2.022 como uma revisão e atualização dos Planos Municipais de Saneamento Específicos dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário, nos municípios regulados e fiscalizados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP), foram iniciativas do Governo do Estado de São Paulo, conduzidas pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA).

Essa ação visou fornecer apoio técnico para elaboração, revisão, atualização e consolidação dos planos municipais, conforme estabelecido no artigo 19, parágrafo 4º, da Lei Federal nº 11.445/2007.

Nesse plano foram estabelecidos os seguintes objetivos e metas que estão detalhados nos itens a seguir, especialmente para cada sistema/serviço de saneamento:

"*De acordo com o planejamento efetuado para elaboração desta revisão e atualização dos planos de saneamento dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, foi concebida a seguinte estruturação sequencial para implantação das medidas necessárias:*

- *2020 a 2022 – elaboração dos planos municipais;*
- *2022 até o final de 2026 – obras emergenciais e de curto prazo;*
- *2027 até o final de 2031 – obras de médio prazo;*
- *2032 até o final de 2041 – obras de médio longo.*

Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

*As áreas urbanas e rurais do município podem ser atendidas por sistemas coletivos e individuais. O **Quadro 9.1**, a seguir apresenta as porcentagens referentes à parcela da população atendida nas áreas urbanas e rurais, em função do tipo de solução utilizada (coletiva ou individual) para os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Os índices de atendimento são abordados nos **Quadros 9.2** e **9.3**, na sequência.*

QUADRO 9.1 – proporção da população urbana e rural atendidas por tipo de solução

Serviços de Saneamento	***Soluções coletivas***		***Soluções individuais***	
	População urbana	***População rural***	***População urbana***	***População rural***
Água	100%	0%	0%	100%
Esgoto	100%	0%	0%	100%

*No **Quadro 9.2** encontram-se resumidos os objetivos e metas, considerando, metas progressivas de atendimento para consecução da universalização dos serviços, abordando os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com soluções coletivas O período considerado está relacionado com o horizonte de planejamento de 20 anos, especificamente nesse caso, entre 2022 e 2041.*

QUADRO 9.2 – OBJETIVOS E METAS RELACIONADOS AO ÍNDICE DE ATENDIMENTO, PERDAS E ÍNDICES DE TRATAMENTO do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário com soluções coletivas

Serviços de Saneamento	ÁREA ATENDIDA PELO SISTEMA PÚBLICO			
	Objetivos	Situação Atual	Metas	Prazo
Água	Universalizar o atendimento com água	Índice de Atendimento 98,28%	Índice de Atendimento ≥99%	Até 2033
	Gerenciamento do Índice de Perdas	Índice de Perdas 97,0 l/lig.dia	Índice de Perdas (Meta de Contrato) 150,0 L/lig.dia	Até 2041
Esgotos	Universalizar a coleta e o tratamento de esgoto	Índice de Atendimento 96,95%	Índice de coleta e tratamento ≥90%	Até 2041
		Índice de Tratamento 100%		

*No **Quadro 9.3** encontram-se resumidos os objetivos e metas, considerando, metas progressivas de atendimento para consecução da universalização dos serviços, abordando os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário com soluções individuais O período considerado está relacionado com o horizonte de planejamento de 20 anos, especificamente nesse caso, entre 2022 e 2041.*

QUADRO 9.3 – OBJETIVOS E METAS RELACIONADAS AO ÍNDICE DE ATENDIMENTO E SUA FUTURA UNIVERSALIZAÇÃO do sistema de abastecimento de água E ESGOTAMENTO SANITÁRIO com soluções individuais

Serviços de Saneamento	ÁREA RURAL			
	Objetivos	Situação Atual	Metas	Prazo
Água	Universalizar o atendimento de água	89,2%	Índice de Atendimento 99%	Até 2033
Esgotos	Universalizar a coleta e tratamento dos esgotos	0%	Índice de Atendimento 90%	Até 2033

❑ **- Plano Municipal Específico dos Serviços de Saneamento Básico de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do município de Paulo de Faria**.

Esse plano foi elaborado em 2.018 para o município de Paulo de Faria, integrante da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Turvo/Grande – UGRHI 15, conforme contrato CSAN 004/SSRH/2017, firmado em 04/04/2017 entre a Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH) do Governo do Estado de São Paulo e o Consórcio ENGECORPS MAUBERTEC | Planos UGRHI 15 e 18.

Nesse plano foram estabelecidos os seguintes objetivos e metas que estão detalhados nos itens a seguir, especialmente para drenagem e manejo de águas pluviais urbanas:

"*De acordo com o planejamento efetuado para elaboração deste Plano Municipal Específico dos Serviços de Saneamento Básico (PMESSB), foi concebida a seguinte estruturação sequencial para implantação das medidas necessárias:*

- *obras emergenciais – de 2019 até o final de 2020 (imediatas);*
- *obras de curto prazo – de 2019 até o final do ano 2022 (4 anos);*
- *obras de médio prazo – de 2019 até o final do ano 2026 (8 anos);*
- *obras de longo prazo – A partir de 2027 até o final de plano (ano 2038).*

Sistema de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

*No **Quadro 7.1** encontram-se resumidos os objetivos e metas considerando, em essência, metas progressivas para o controle de inundações e alagamentos nas áreas urbanas. O período considerado está relacionado com um horizonte de planejamento de 20 anos, especificamente nesse caso, entre 2019 e 2038.*

QUADRO 7.1 – OBJETIVOS e METAS para o sistema de drenagem urbana – MUNICÍPIO DE PAULO DE FARIA

Objetivos	Situação Atual (2017)	Metas	Prazo
Estruturação do Sistema de Drenagem	Inexistente	Estruturar um setor específico para lidar com o sistema	Curto Prazo
Planejamento do Sistema de Drenagem	Inexistente	Planejar as intervenções, bem como desenvolver os projetos e fazer diversas melhorias visando adequar o sistema	Curto Prazo
Cobertura do Sistema de Microdrenagem	Não atende integralmente a área urbana	Adequar as áreas não atendidas pela microdrenagem; exigir a implantação da microdrenagem em novos empreendimentos no município	Longo Prazo
Controle de alagamentos e pontos de erosão	Existência de pontos de alagamento na área urbana	Implantar galeria de água pluvial nas ruas Virgílio Braiso e Pref. Luiz Desidério Borges; reforma/readequação da canalização do Córrego N. Srª Aparecida.	Longo Prazo

❑ - Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Paulo de Faria

O plano demonstrou a estrutura da gestão pública de resíduos sólidos de Paulo de Faria, em paralelo à apresentação das metas e propostas para o desenvolvimento das ações destinadas a cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). É relevante destacar que este documento marcou o início de um processo de reorganização da gestão integral dos resíduos sólidos produzidos no município.

Nesse plano foram estabelecidas metas e ações para serem cumpridas no curto, médio e longo prazos, porém, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o PMGIRS deve ter vigência por tempo indeterminado, com um horizonte estabelecido de atuação de vinte (20) anos e com periodicidade de revisão a cada quatro (4) anos.

O Plano não teve até então revisões com a periodicidade prevista a cada quatro anos, portanto, encontra-se desatualizado.

Também o acompanhamento dos locais de disposição de resíduos urbanos pela CETESB demonstra a necessidade de intensificar os esforços para aperfeiçoar as condições ambientais de disposição desses resíduos no aterro sanitário, pois, o índice IQR de 2021 que era de nota máxima 10, reduziu no ano de 2022 para 8,4.

É importante esclarecer que não há coleta seletiva de resíduos e que, o município enfrenta dificuldades na implementação de políticas de redução, reutilização e reciclagem de seus resíduos gerados.

❑ - Plano Diretor de Turismo

O objetivo deste projeto foi realizar um estudo sobre a infraestrutura e o potencial turístico presente na cidade de Paulo de Faria, com foco na hospitalidade dos seus diferentes segmentos turísticos.

Este Plano lista os objetivos, estratégias e ações que deveriam ser tomadas para solucionar ou minimizar os problemas apresentados no diagnóstico, bem como melhorar o aproveitamento das potencialidades identificadas.

❑ - Área Protegida

Áreas protegidas, parques, praças e áreas verdes permeáveis e acessíveis à população prestam serviços ecossistêmicos essenciais para o bem-estar humano, no entanto, muitas vezes, os municípios brasileiros enfrentam dificuldades na formulação de estratégias de políticas públicas que facilitem a expansão ou reserva de áreas verdes para a constituição de um Sistema de Áreas Verdes, integrando espaços públicos e privados, tanto em áreas intraurbanas quanto de preservação ambiental.

Neste sentido, no ano de 1.981, foi criada a Estação Ecológica de Paulo de Faria pelo Decreto Estadual nº 17.724, precursora no Estado de São Paulo nesse tipo de iniciativa.

Sua criação foi justificada pela escassez de remanescentes de floresta estacional semidecídua na bacia Hidrográfica do Turvo/Grande, possuindo uma área de 436,7600 hectares. A Estação Ecológica de Paulo de Faria desempenha um papel fundamental na condução de pesquisas básicas e aplicadas sobre o meio ambiente, contribuindo também para o avanço da educação ambiental conservacionista.

A estação ocupa uma área diversificada, compreendendo desde matas ciliares e cerrados até áreas alagadas, abrangendo uma rica variedade de habitats que sustentam uma ampla gama de espécies vegetais e animais. Um dos aspectos notáveis dessa reserva é a presença de diversas espécies ameaçadas ou endêmicas, que possuem uma importância ecológica e científica substancial

Também desempenha um papel crucial na preservação do ecossistema representativo da região, no entanto, apesar dos esforços de conservação empreendidos na Estação Ecológica de Paulo de Faria, os desafios persistem. A pressão de atividades humanas, como desmatamento, caça ilegal e alterações no uso do solo, ainda representa uma ameaça à integridade desse ecossistema.

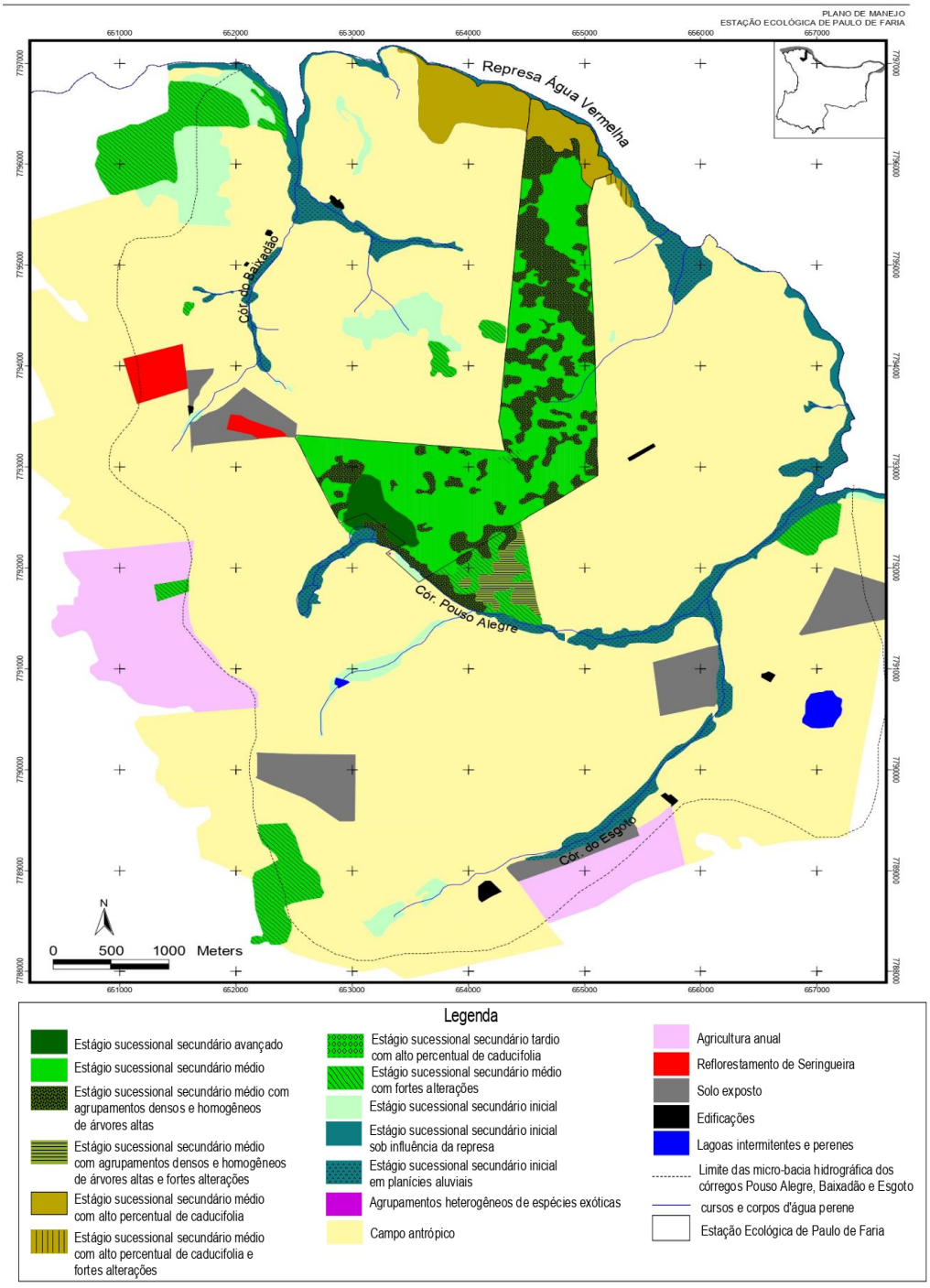


Figura 117: Planta da vegetação, uso e ocupação da Estação Ecológica de Paulo de Faria
Fonte: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal

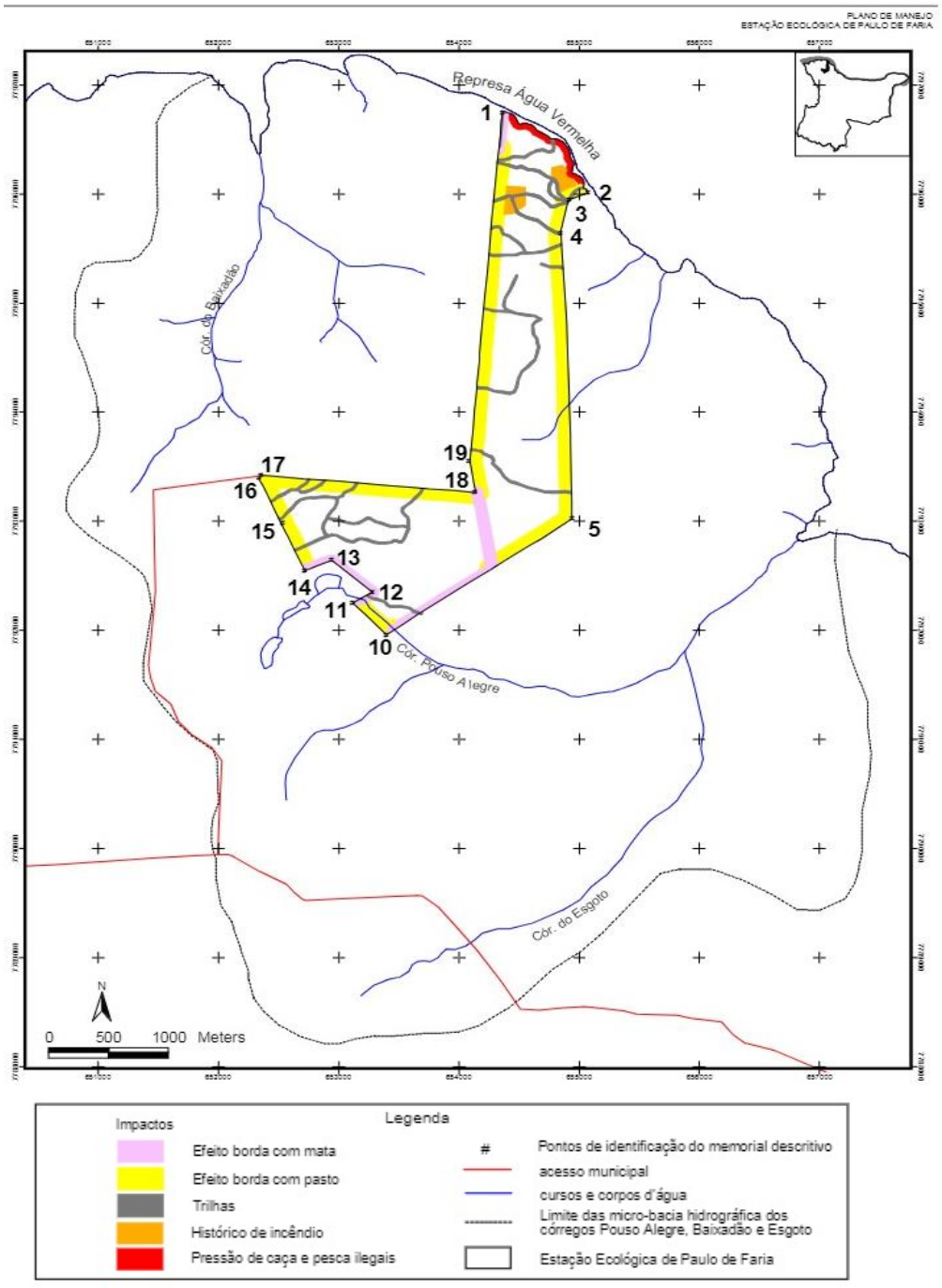


Figura 118: Pressões antrópicas e impactos ambientais na Estação Ecológ. de Paulo de Faria
Fonte: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal

4. REGIÃO METROPOLITANA

Com a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no ano de 2.021, foi criada a Região Metropolitana de São José do Rio Preto, na qual o Município de Paulo de Faria é parte integrante.

]Fazer parte de uma região metropolitana pode proporcionar uma série de benefícios significativos tanto para os habitantes quanto para o desenvolvimento econômico, social e cultural da área.

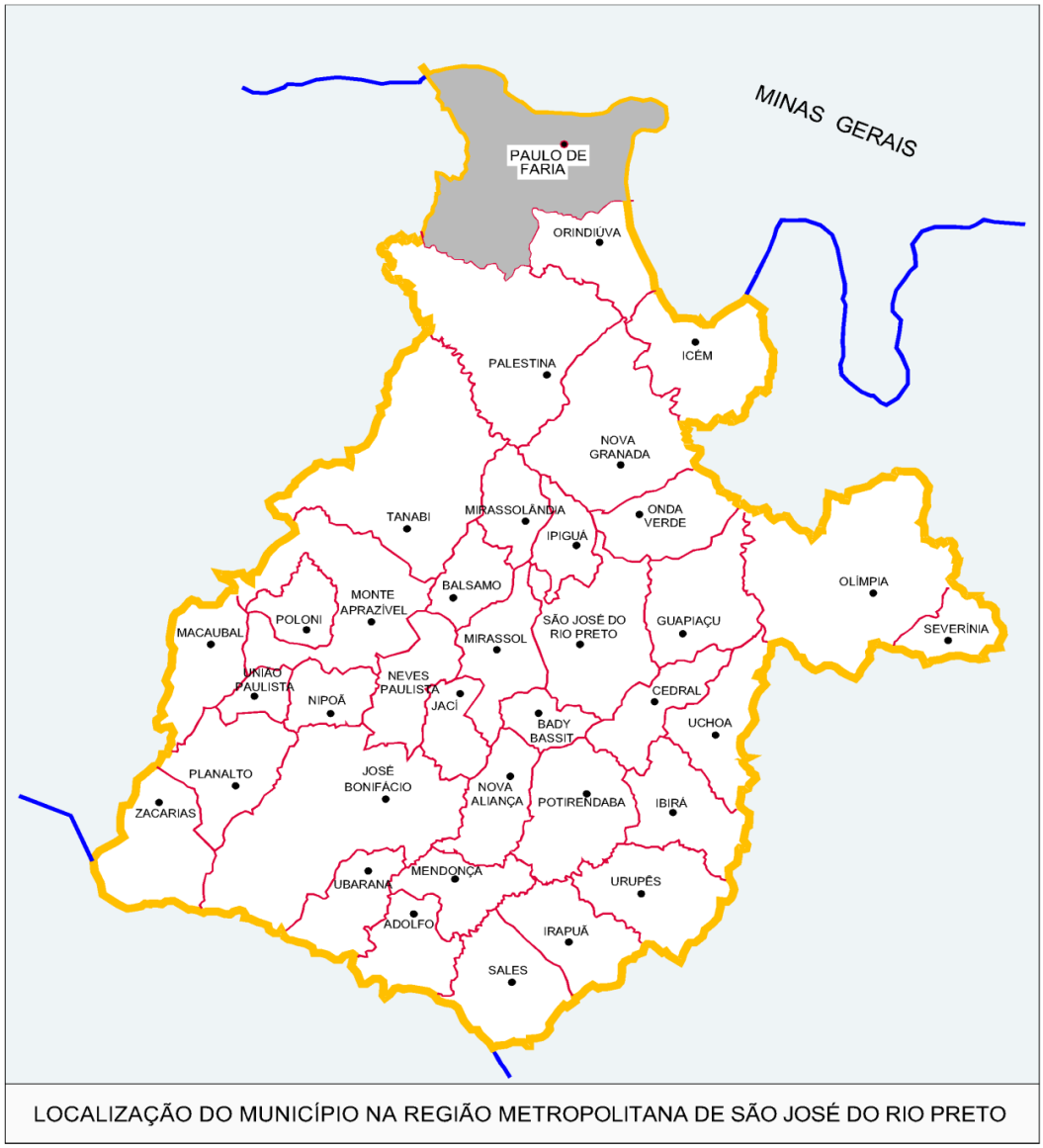
As regiões metropolitanas geralmente se destacam como centros econômicos vibrantes, abrigando uma variedade de indústrias, empresas e oportunidades de emprego. A concentração de atividades econômicas em uma área pode fomentar sinergias e colaborações que impulsionam o crescimento e a inovação.

As áreas metropolitanas costumam oferecer uma ampla gama de serviços, desde cuidados de saúde e educação, cultura e oferecem uma ampla variedade de oportunidades de aprendizado e trabalho. Isso é especialmente benéfico para jovens em busca de educação superior e para profissionais em busca de novas oportunidades de emprego e crescimento na carreira.

Também ao integrar uma região metropolitana, é possível planejar e gerenciar melhor os recursos naturais, reduzir o desperdício e mitigar os impactos negativos do desenvolvimento urbano.

Em suma, fazer parte de uma região metropolitana oferece uma série de vantagens que podem melhorar a qualidade de vida, promover o desenvolvimento sustentável e impulsionar o progresso econômico e social para todos os seus habitantes.

A Região Metropolitana de São José do Rio Preto possui 37 municípios integrantes formados por: Adolfo, Bady Bassit, Bálsamo, Cedral, Guapiaçu, Ibirá, Icém, Ipiguá, Irapuã, Jaci, José Bonifácio, Macaubal, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Planalto, Poloni, Potirendaba, Sales, São José do Rio Preto, Severínia, Tanabi, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Urupês e Zacarias.



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Figura 119: Mapa da Região Metropolitana de São José do Rio Preto
Fonte: Autor

A. LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL

PARTE II – LEITURA COMUNITÁRIA

5. PROCESSOS PARTICIPATIVOS

A primeira reunião para definição das atividades a serem desenvolvidas na elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP) de Paulo de Faria, realizada em 13 de março de 2.023, contou com a participação dos membros da Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo do Município de Paulo de Faria/SP, nomeada por meio do Decreto nº 2.169.

O objetivo desta reunião foi definir o desenvolvimento dos trabalhos do Plano Diretor Participativo, ficando aprovado que os trabalhos deveriam executados em duas (2) etapas, sendo:

- Etapa 1: Diagnóstico Rural e Urbano e, elaboração de minutas de Leis Complementares com prazo de execução de cinco (5) meses.

- Etapa 2: Participação Social, Audiências Públicas, Consolidação das Propostas, Avaliação da Leis Complementares Propostas e do Projeto de Lei do Plano Diretor.

A etapa 2 foi iniciada procurando a participação social da sociedade por meio da página oficial do Município na internet, disponibilizando para a população informações e abertura para discussão sobre o Plano Diretor, leitura das minutas de leis propostas e para que houvesse debate dessas leis, em especial com os profissionais de engenharia, arquitetura e agentes do mercado imobiliário.

Devido a escassa participação popular, foi realizada mais uma reunião com a Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor com o intuito de se discutir de otimizar a participação real da sociedade no processo de elaboração do Plano Diretor, haja vista que, mesmo a prefeitura disponibilizando a sua página de internet para informações e discussões, a participação foi muito baixa e então, concluiu-se a necessidade de adaptar e modernizar as ferramentas de diálogo e interação, e assim ficou proposto:

1) - Divulgar pelas redes sociais as atividades para que haja maior abrangência e participação;

2) - A empresa contratada enviará por meio de WhatsApp do Plano Diretor, as minutas das Leis: Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo e Código de Obras aos profissionais de engenharia, arquitetura e agentes do mercado imobiliário, entre outros, buscando um amplo a respeito dessas legislações.
3) - Enviar para os pais que tenham filhos nas escolas, por meio do Departamento de Educação, formulário com perguntas que ajudem a planejar e melhorar a qualidade de vida no município, e;
4) - Entrar em contato com lideranças locais, igrejas, Conselho de Pastores e representantes dos setores municipais, entre outros, para que nos ajudem na divulgação e compartilhamento do formulário, procurando a efetiva participação da sociedade.

Após essas medidas, foi obtido a participação de 566 moradores do município de Paulo de Faria, que responderam a um formulário para as leituras comunitárias, constantes das seguintes questões:

1 – Que se indicasse “O QUE VOCÊ ACHA QUE FALTA EM NOSSO MUNICÍPIO”, devendo o morador indicar no questionário sobre:

Item	Sim	Não
Casas para morar		
Emprego/trabalho		
Equipamento público de Saúde		
Equipamento público de Educação		
Equipamento público de Lazer		
Equipamento público de Esportes		
Equipamento público de Cultura		
Áreas Verdes		

2 – Também que se indicasse pelo menos três prioridades para os próximos 10 anos:

Cite 3 PRIORIDADES para Paulo de Faria realizar nos próximos 10 anos:

1) _____

2) _____

3)

4) _____

Foi feita a análise estatística por bairro identificado no questionário, bem como a totalização do município, em que foi contabilizado os questionários respondidos, mas que não havia identificação do bairro do morador. A seguir apresenta-se as estatísticas e comentários apurados nas respostas.

❑ - Ordem de serviço emitida pelo município

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.150.166/0001-22

Governo Municipal
PAULO DE FARIA
Honestidade e respeito pela população! 2021-2024

ORDEM DE INÍCIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA

ORDEM DE INÍCIO

Venho por meio deste, informar que foi dada a Ordem de início para Assessoria e Estudos Técnicos para elaborar o Plano Diretor do Município de Paulo de Faria – SP, através de processos técnicos participativos que envolvam a sociedade civil, o Legislativo e demais atores sociais e econômicos do município, definindo as bases e instrumentos legais da política urbana para o município, bem como assessoria ao corpo técnico da prefeitura na elaboração de Lei de Uso e Ocupação do Solo, Zoneamento Urbano e Rural e revisão das leis de Código de Obras, Código de Posturas e Parcelamento do Solo, nos termos do Contrato nº 108/2022 firmado entre a Prefeitura de Paulo de Faria e a Empresa, **LUIZ FERNANDO DE LEMOS BARROSO** - CNPJ Nº 46.505.688/0001-62 no dia 20 de dezembro de 2.022.

Paulo de Faria, 22 de fevereiro de 2.023.

MÁRIO DE FELÍCIO NETO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
LUIZ FERNANDO DE LEMOS BARROSO
CNPJ Nº 46.505.688/0001-62

Fone: (17) 3802-9200
Rua XV de Novembro, 790 - Centro - CEP: 15.490-000 - Paulo de Faria-SP.

❑ - Ata da 1ª reunião da Comissão de Acompanhamento

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE PAULO DE FARIA

Às dezoito horas do dia 16 de março de 2.023, reuniram-se a Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo do Município de Paulo de Faria, constituída por meio do Decreto nº 2.169 em que se nomeia seus membros e dá outras providências, e o representante da empresa contratada, Sr. Luiz Fernando de Lemos Barroso, para elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Paulo de Faria. A reunião foi presidida pelo Procurador Geral do Município, Dr. Adriano José da Silva Pádua, com o intuito de discutir e deliberar de como deverá ser a execução dos trabalhos da empresa para a citada elaboração. Ficou acordado que as atividades desenvolvidas devem ser, naquilo que couber, em conformidade com o "Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores", disponibilizado pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, concebido em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e desenvolvido no contexto do Projeto APOIO À AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NO BRASIL – ANDUS. Em seguida o engenheiro e representante da empresa, Sr. Luiz Fernando que os trabalhos já haviam sido iniciados, solicitou da Comissão para que pudesse disponibilizar e facilitar a obtenção de informações sobre o Município e apresentou síntese de como os trabalhos serão realizados. Após discussões foi aprovado pela Comissão que os trabalhos serão executados em duas (2) etapas, sendo:

- **Etapa 1**: Diagnóstico Rural e Urbano e, elaboração de minutas de Leis Complementares com prazo de execução de cinco (5) meses.

- **Etapa 2**: Participação Social, Audiências Públicas, Consolidação das Propostas, Avaliação da Leis Complementares Propostas e do Projeto de Lei do Plano Diretor.

Também ficou acertado que a Prefeitura Municipal de Paulo de Faria deverá providenciar espaço na sua página de internet, para disponibilizar para a população informações e abertura para discussão sobre o Plano Diretor, leitura das minutas de leis propostas e que haja participação popular no debate dessas leis, em especial com os profissionais de engenharia, arquitetura e agentes do mercado imobiliário.

Na sequência a reunião foi encerrada, e a presente ata lavrada, reproduzindo tudo que foi discutido e deliberado. Esta ata acompanha lista de presença com a assinatura de todos os presentes nesta 1ª reunião.

Lista de presença da 1º reunião da Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Participativo de Paulo de Faria

13/03/2.023

- **Procuradoria Geral do Município:**

  Adriano José da Silva Pádua _____

- **Coordenadoria Municipal da Fazenda**
  - Divisão do Tesouro Municipal

  Luiz Ricardo de Paula _____

- **Divisão de Tributos Municipais**

  Maria Eugênia Carvalho Aidar Silva _____

  Mariana Martins Fer. de Paula Costa Miranda _____

- **Coordenadoria Municipal de Saúde**

  Valéria Gonçalves Silva _____

- **Coordenadoria Municipal de Educação**

  Sonia Apar. Rezende Andrade Bobeda _____

- **Coordenadoria Municipal de Assistência Social**

Amélia Maria Borges de Oliveira _____

- **Coordenadoria Municipal de Agricultura e Abastecimento**

Marcos Vinício Calixto de Toledo _____

- **Coordenadoria Municipal de Cultura e Turismo**

Orânia Cristina Alves de Toledo _____

- **Coordenadoria Municipal de Esportes e Lazer**

Wagner Silva de Oliveira _____

- **Coordenadoria Municipal de Urbanismo, Obras e Meio Ambiente**

– Divisão de Engenharia e Arquitetura

Antônio Donizete Bezerra _____

– Divisão de Qualidade e Preservação Ambiental

Douglas Ribeiro Machado _____

– Divisão de Manutenção e Conservação de Praças, Jardins e Vias Urbanas

Aúreo Luiz Rabelo _____

❑ - Ata da 2ª reunião da Comissão de Acompanhamento

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE PAULO DE FARIA

Às oito horas do dia 01 de agosto de 2.023, reuniram-se a Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo do Município de Paulo de Faria, constituída por meio do Decreto nº 2.169 em que se nomeia seus membros e dá outras providências, e o representante da empresa contratada, Sr. Luiz Fernando de Lemos Barroso, para elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Paulo de Faria. A reunião foi presidida pelo Procurador Geral do Município, Dr. Adriano José da Silva Pádua, com o intuito de discutir de como otimizar a participação real da sociedade no processo de elaboração do Plano Diretor, haja vista que, mesmo a prefeitura disponibilizando a sua página de internet para informações e discussões, a participação tem sido muito baixa e então propôs aos presentes que apresentassem propostas para melhoria da atuação popular. Após as discussões e proposições, concluiu-se a necessidade de adaptar e modernizar as ferramentas de diálogo e interação, e assim ficou proposto:

1) - Divulgar pelas redes sociais as atividades para que haja maior abrangência e participação;

2) - A empresa contratada enviará por meio de WhatsApp do Plano Diretor, as minutas das Leis: Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo e Código de Obras aos profissionais de engenharia, arquitetura e agentes do mercado imobiliário, entre outros, buscando um amplo a respeito dessas legislações.

3) - Enviar para os pais que tenham filhos nas escolas, por meio do Departamento de Educação, formulário com perguntas que ajudem a planejar e melhorar a qualidade de vida no município, e;

4) - Entrar em contato com lideranças locais, igrejas, Conselho de Pastores e representantes dos setores municipais, entre outros, para que nos ajudem na divulgação e compartilhamento do formulário, procurando a efetiva participação da sociedade.

Na sequência a reunião foi encerrada, e a presente ata lavrada, reproduzindo tudo que foi discutido e deliberado. Esta ata acompanha lista de presença com a assinatura de todos os presentes nesta 2ª reunião.

Lista de presença da 2º reunião da Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Participativo de Paulo de Faria

01/08/2.023

- **Procuradoria Geral do Município:**

  Adriano José da Silva Pádua _____

- **Coordenadoria Municipal da Fazenda**
  - Divisão do Tesouro Municipal

  Luiz Ricardo de Paula _____

- **Divisão de Tributos Municipais**

  Maria Eugênia Carvalho Aidar Silva _____

  Mariana Martins Fer. de Paula Costa Miranda _____

- **Coordenadoria Municipal de Saúde**

  Valéria Gonçalves Silva _____

- **Coordenadoria Municipal de Educação**

  Sonia Apar. Rezende Andrade Bobeda _____

- **Coordenadoria Municipal de Assistência Social**

Amélia Maria Borges de Oliveira _____

- **Coordenadoria Municipal de Agricultura e Abastecimento**

Marcos Vinício Calixto de Toledo _____

- **Coordenadoria Municipal de Cultura e Turismo**

Orânia Cristina Alves de Toledo _____

- **Coordenadoria Municipal de Esportes e Lazer**

Wagner Silva de Oliveira _____

- **Coordenadoria Municipal de Urbanismo, Obras e Meio Ambiente**

– Divisão de Engenharia e Arquitetura

Antônio Donizete Bezerra _____

– Divisão de Qualidade e Preservação Ambiental

Douglas Ribeiro Machado _____

– Divisão de Manutenção e Conservação de Praças, Jardins e Vias Urbanas

Aúreo Luiz Rabelo _____

❑ - Ata da reunião técnica

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE PAULO DE FARIA

Às oito horas do dia 25 de agosto de 2.023, reuniram-se funcionários de diversos setores da prefeitura, juntamente com a contratada, para discussão das leis de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Parcelamento do Solo Urbano e Código de Obras e Edificações, que fazem parte do Plano Diretor Participativo do Município de Paulo de Faria, o representante da empresa contratada, Sr. Luiz Fernando de Lemos Barroso, para elaboração do Plano Diretor expôs um resumo da necessidade dessas leis e em seguida passou-se a leitura de cada artigos das leis e franqueando a palavra aos participantes para sanear dúvidas e acolher sugestões sobre cada artigo de cada lei proposta. Vários dos participantes fizeram observações que serão analisadas juntamente com o corpo técnico de engenharia e do departamento jurídico do Município para os ajustes necessários às leis. Na sequência a reunião foi encerrada, e a presente ata lavrada, reproduzindo tudo que foi deliberado. Esta ata acompanha lista de presença com a assinatura de todos os presentes nesta reunião técnica.

Lista de presença da reunião técnica para discussão das leis de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Parcelamento do Solo Urbano e Código de Obras e Edificações, parte da Elaboração do Plano Diretor Participativo de Paulo de Faria

25/08/2.023

NOME:	RG:	FONE:
Caio Fernando Russo Mariotti	44.861.308-6	(17)99751-8133
Gabriel de Aguiar Peres	400203765	(17) 996175258
Zaique Rodrigues Oliveira	48.881.287-2	(17) 99679-7703
Adriano Ricardo Rodrigo	10967135-1	997718007
Ricardo Oliveira Veiga	38698584-4	(18)997939177
PAULA JOKURA	42.222.476-5	(41) 98484-4371
Mariana M.F.P. Costa Miranda	32.232.372-1	(17) 996266979
Maria Eduarda C. R. Silva	28.787.067-4	(17)997617157
Regina Fausto do Prado	49893035-X	(34)984029229
José Santos da Silva	58.113.795-4	(17) 996 480694
Luiz Ricardo de Paula.	24.349.785-8	(11)997317178

Página 1

Lista de presença da reunião técnica para discussão das leis de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Parcelamento do Solo Urbano e Código de Obras e Edificações, parte da Elaboração do Plano Diretor Participativo de Paulo de Faria

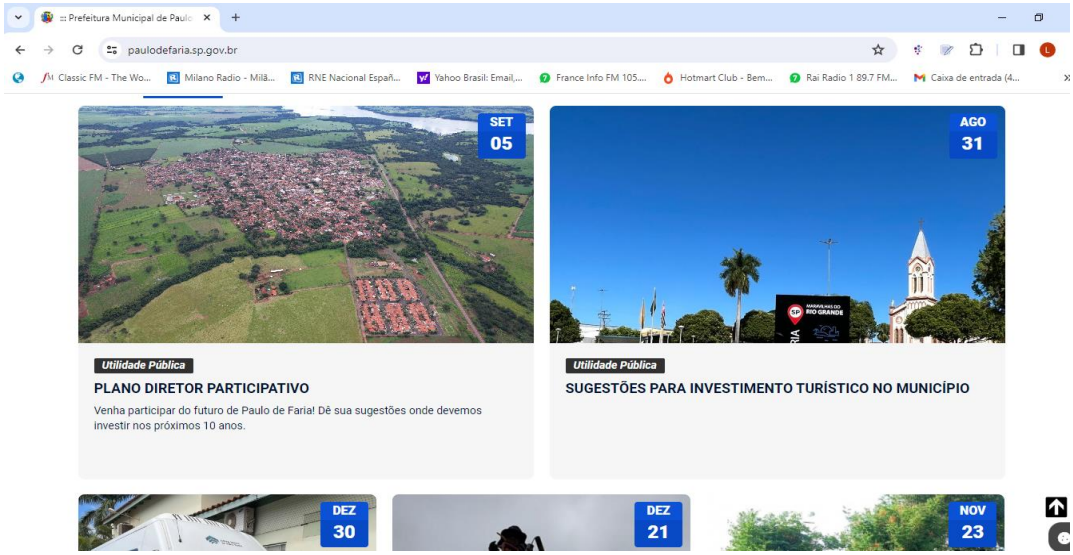
25/08/2.023

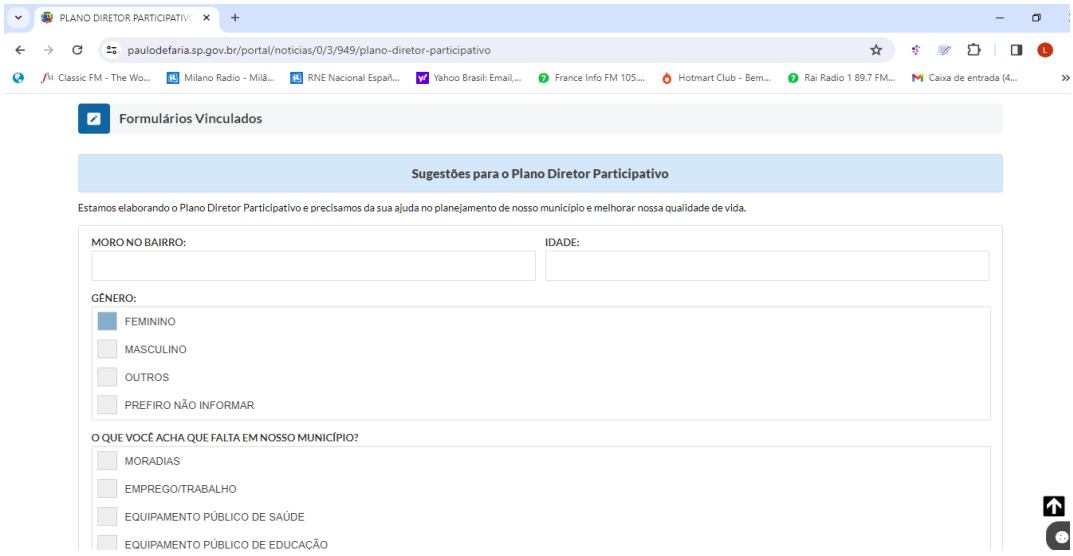
NOME:	RG:	FONE:
Luiz Fernando de L. Barroso	8.054.923	(17) 997187949

Página **2**

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
DE PAULO DE FARIA

❑ - Divulgações pela página da Prefeitura Municipal





❑ - Edital de convocação de audiência pública

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.150.166/0001-22

Governo Municipal
PAULO DE FARIA
Honestidade e respeito pela população! 2021-2024

EDITAL DE CONVITE PARA

AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE PAULO DE FARIA/SP.

Mário de Felicio Neto, Prefeito Municipal de Paulo de Faria/SP, e a Empresa ATLA PROJETOS E CONSULTORIA, Engº Luiz Fernando de Lemos Barroso, **CONVIDAM A POPULAÇÃO, AUTORIDADES E PÚBLICO EM GERAL** para participarem da ***Audiência Pública referente ao Plano Diretor do Municipio de Paulo de Faria/SP,*** a ser realizada nas dependências da CCI- Cento de Convenção do Idoso, com sede à Rua 13 de maio nº1 2 , com início às 18h00 do dia 20 de fevereiro (quarta-feira), com a seguinte ordem do dia: **AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE PAULO DE FARIA/SP.**

LUIZ FERNANDO DE LEMOS BARROSO
Empresa ATLA PROJETOS CONSULTORIA

MÁRIO DE FELICIO NETO
Prefeito Municipal

Fone: (17) 3802-9200
Rua XV de Novembro, 790 - Centro - CEP: 15.490-000 - Paulo de Faria-SP.

5.1 LEITURA COMUNITÁRIA: "O QUE VOCÊ ACHA QUE FALTA EM NOSSO MUNICÍPIO?"

- Leitura por Bairros

❑ - BAIRRO: CENTRO

Nº PARTICIPANTES	106	pessoas
MÉDIA DE IDADE	32,5	anos
MASCULINO	32%	
FEMININO	68%	



Observa-se que a falta de emprego/trabalho é a maior percepção dos moradores do bairro, seguida pela falta de casas para morar, equipamentos públicos de saúde, cultura, educação, lazer, esportes e áreas verdes.

❑-BAIRRO:

PATRIMÔNIO NOVO

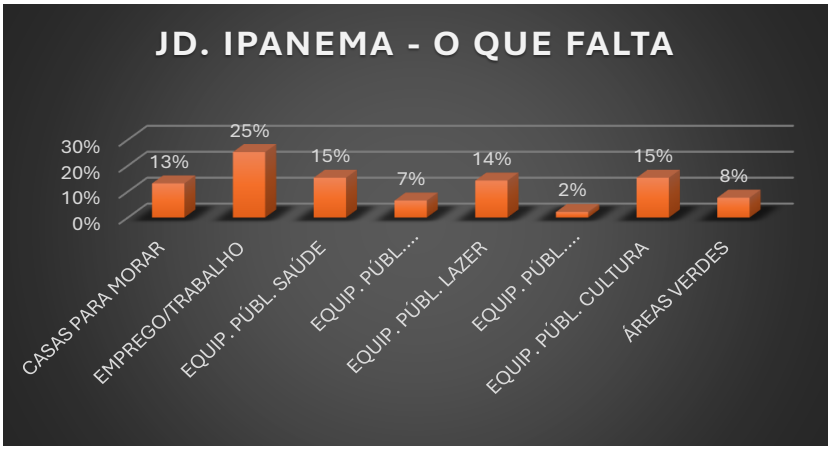
Nº PARTICIPANTES	99	pessoas
MÉDIA DE IDADE	32	anos
MASCULINO	24%	
FEMININO	76%	



A falta de emprego/trabalho é a principal preocupação dos moradores do bairro, seguida pela escassez de moradias e de equipamentos públicos nas áreas de saúde, lazer, educação, cultura, esportes e áreas verdes.

❑ - **BAIRRO: JD. IPANEMA**

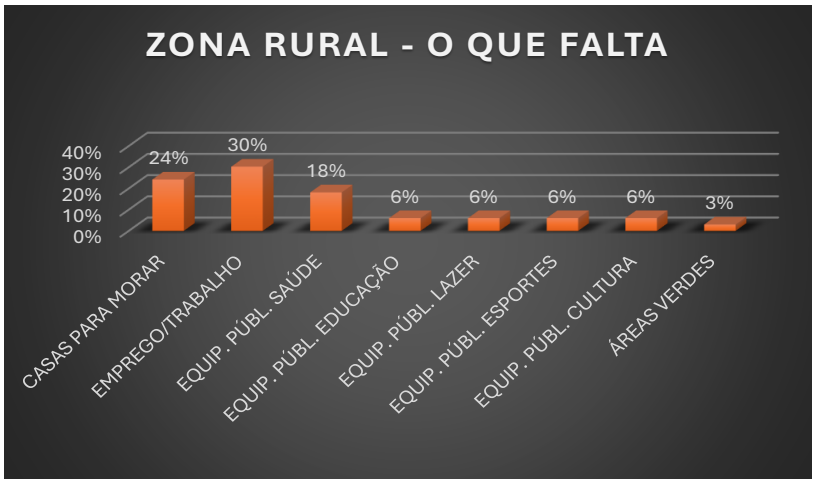
Nº PARTICIPANTES	63	pessoas
MÉDIA DE IDADE	33	anos
MASCULINO	28%	
FEMININO	72%	



Percebe-se que a falta de emprego/trabalho é a maior percepção dos moradores do bairro, seguida pela falta de equipamentos públicos saúde, cultura e lazer; casas para morar, equipamentos de educação, esportes e áreas verdes.

❑ - **BAIRRO: ZONA RURAL**

Nº PARTICIPANTES	33	pessoas
MÉDIA DE IDADE	35	anos
MASCULINO	21%	
FEMININO	79%	

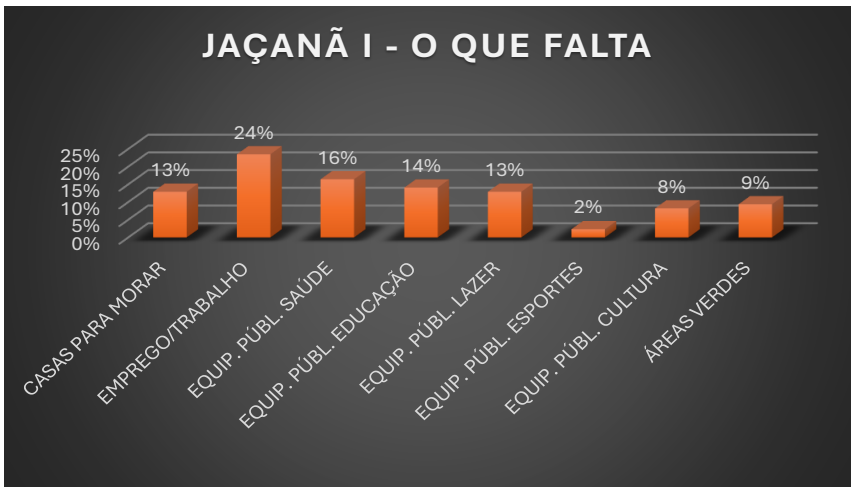


Nota-se que a carência de emprego/trabalho também é a principal impressão dos habitantes moradores da zona rural, seguida pela escassez de casas para morar e equipamentos públicos de saúde, educação, lazer, esportes, cultura e áreas verdes.

❑ - **BAIRRO:**

JAÇANÃ I

Nº PARTICIPANTES	56	pessoas
MÉDIA DE IDADE	26	anos
MASCULINO	25%	
FEMININO	75%	

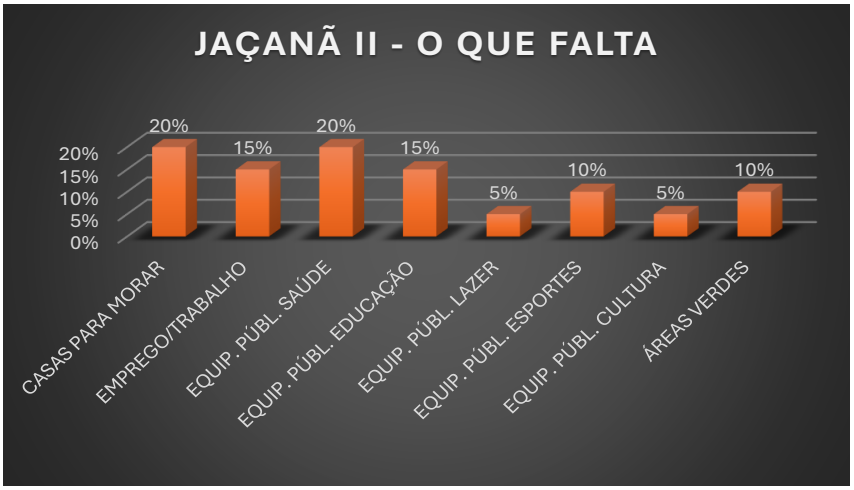


Observa-se que a falta de emprego/trabalho é a maior percepção dos moradores do bairro, seguida pela falta de equipamentos públicos saúde, educação, casas para morar e equipamentos lazer, cultura, esportes e áreas verdes.

❑ - **BAIRRO:**

JAÇANÃ II

Nº PARTICIPANTES	5	pessoas
MÉDIA DE IDADE	26	anos
MASCULINO	40%	
FEMININO	60%	



Percebe-se que a escassez de moradias e a ausência de infraestrutura de saúde são as principais preocupações dos habitantes da localidade, seguidas pela carência de oportunidades de emprego/trabalho e instalações públicas de educação, esportes, lazer, cultura e áreas verdes.

❑ - **BAIRRO:**

MORRO ALEGRE

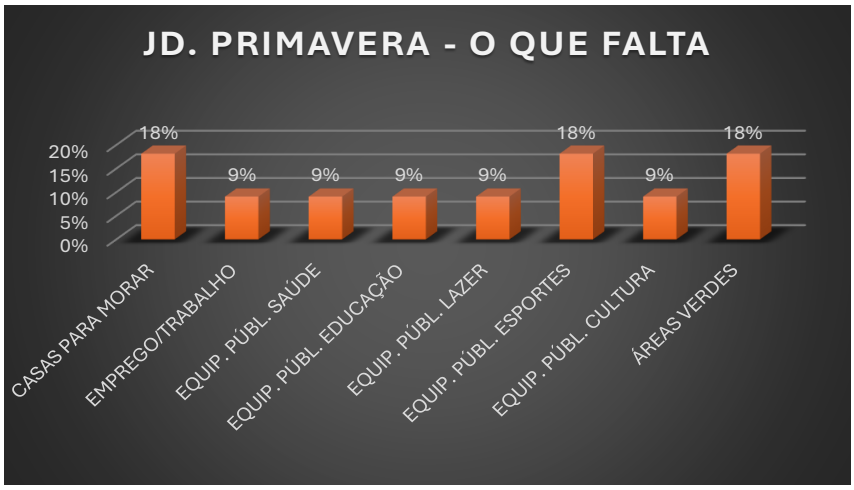
Nº PARTICIPANTES	42	pessoas
MÉDIA DE IDADE	31	anos
MASCULINO	24%	
FEMININO	76%	



Identifica-se que a escassez de emprego/trabalho também é a principal percepção dos habitantes do bairro Morro Alegre, seguida pela insuficiência de equipamentos públicos de saúde, lazer, cultura, esportes, moradias e áreas verdes.

❑ - **BAIRRO: JD. PRIMAVERA**

Nº PARTICIPANTES	6	pessoas
MÉDIA DE IDADE	29	anos
MASCULINO	17%	
FEMININO	83%	



Para os moradores do bairro Jardim Ipanema, a falta de moradias, de equipamento de esportes e de áreas verdes, são as principais percepções, acompanhadas pela falta de equipamentos públicos de saúde, educação, lazer e cultura.

❑ - **BAIRRO:**

NOSSO TETO

Nº PARTICIPANTES	20	pessoas
MÉDIA DE IDADE	37,5	anos
MASCULINO	22%	
FEMININO	78%	

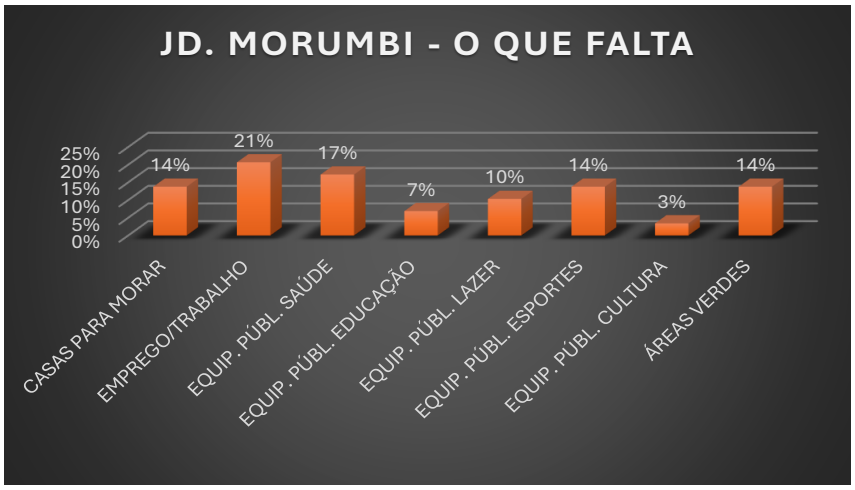


Nota-se que a principal inquietação dos habitantes do bairro é a escassez de oportunidades de emprego/trabalho, seguida pela carência de instalações públicas voltadas para saúde, lazer, esportes, cultura, educação, além de habitação e áreas vedes.

❑ - **BAIRRO:**

MORUMBI

Nº PARTICIPANTES	20	pessoas
MÉDIA DE IDADE	34	anos
MASCULINO	20%	
FEMININO	80%	



Observa-se que a falta de emprego/trabalho é a maior percepção dos moradores do bairro, seguida pela falta equipamentos públicos de saúde, esportes, educação, cultura, moradias e áreas verdes.

❑ - **BAIRRO: NOSSA SRA. APARECIDA**

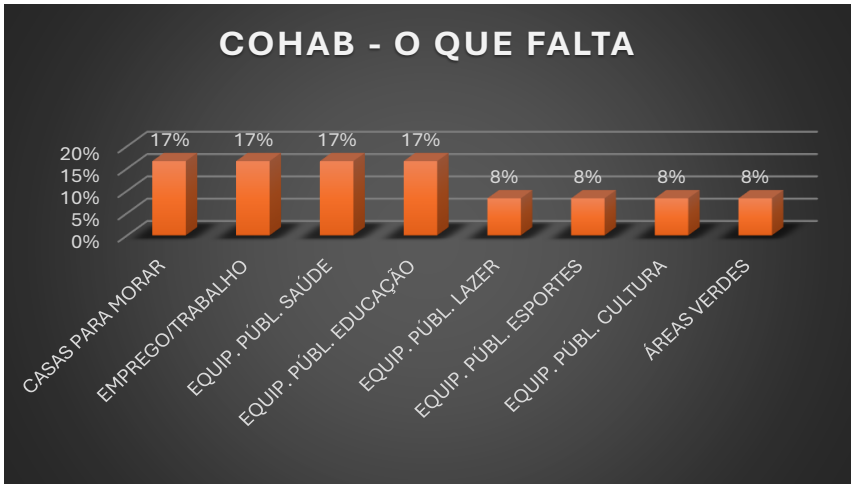
Nº PARTICIPANTES	22	pessoas
MÉDIA DE IDADE	30,5	anos
MASCULINO	14%	
FEMININO	86%	



Para os moradores do bairro Nossa Senhora Aparecida, a falta de trabalho é sua maior preocupação, acompanhada pela falta equipamentos públicos de educação, lazer, cultura saúde e esportes. Também identificam a falta de moradias.

❑ - **BAIRRO: COHAB**

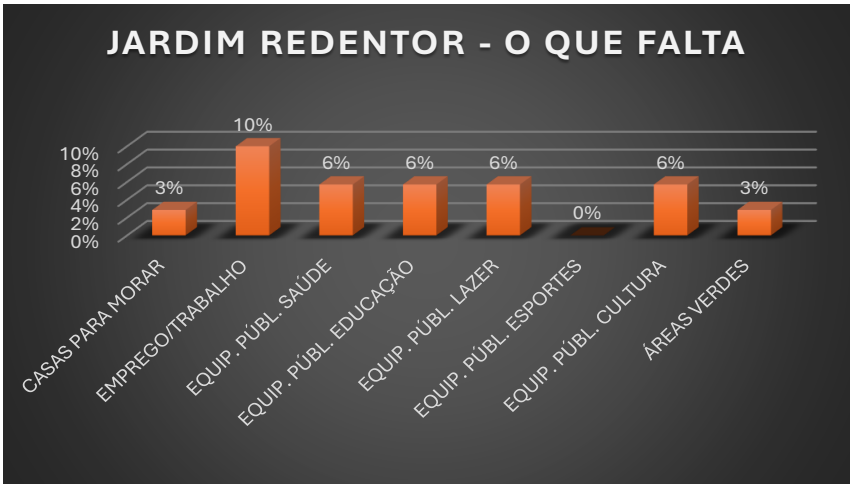
Nº PARTICIPANTES	2	pessoas
MÉDIA DE IDADE	29	anos
MASCULINO	50%	
FEMININO	2	



Para os moradores do bairro Cohab, a falta de moradias, de trabalho, equipamento de saúde e educação, são as principais percepções de falta no bairro, seguidos pela falta de equipamentos públicos de lazer, esportes, cultura e, áreas verdes.

❑ - **BAIRRO: JD. REDENTOR**

Nº PARTICIPANTES	23	pessoas
MÉDIA DE IDADE	33	anos
MASCULINO	39%	
FEMININO	61%	



Observa-se que a falta de emprego/trabalho é a maior percepção dos moradores do local, seguida pela falta equipamentos públicos de saúde, educação, lazer, e cultura, e por fim, moradias e áreas verdes.

❑ - **BAIRRO: JD. BRASIL**

Nº PARTICIPANTES	10	pessoas
MÉDIA DE IDADE	31	anos
MASCULINO	30%	
FEMININO	70%	



Observa-se que a falta de emprego/trabalho, equipamentos de lazer, esporte e áreas verdes são as maiores percepções de falta dos habitantes do bairro, seguida pela falta de equipamentos públicos de saúde, educação e cultura, e encerrando com uma demanda menor por moradias.

❑ - **SEM IDENTIFICAÇÃO**

Nº PARTICIPANTES 59 pessoas



Observa-se que a falta de emprego/trabalho na atualidade é a maior apreensão, seguida pela falta de moradias, equipamentos de saúde, lazer, educação, cultura e áreas verdes respectivamente.

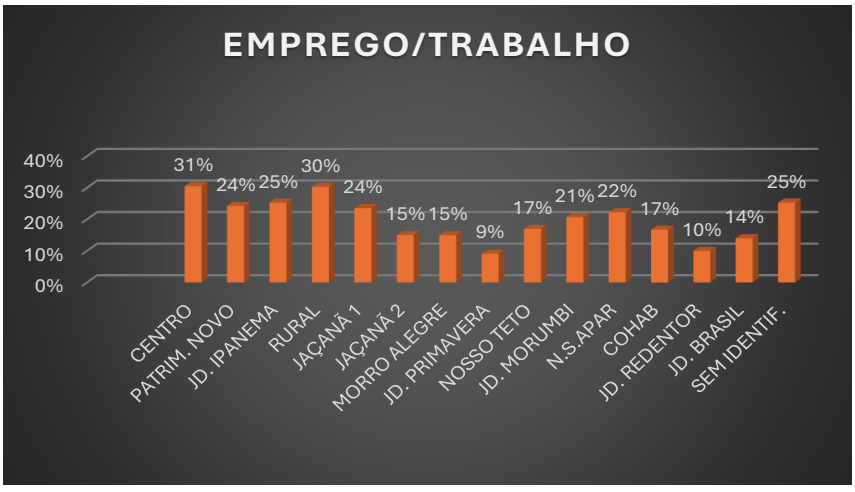
- LEITURA COMUNITÁRIA DO QUE FALTA ATUALMENTE NO MUNICÍPIO CONSIDERANDO CADA ITEM.

- FALTA DE CASAS PARA MORAR



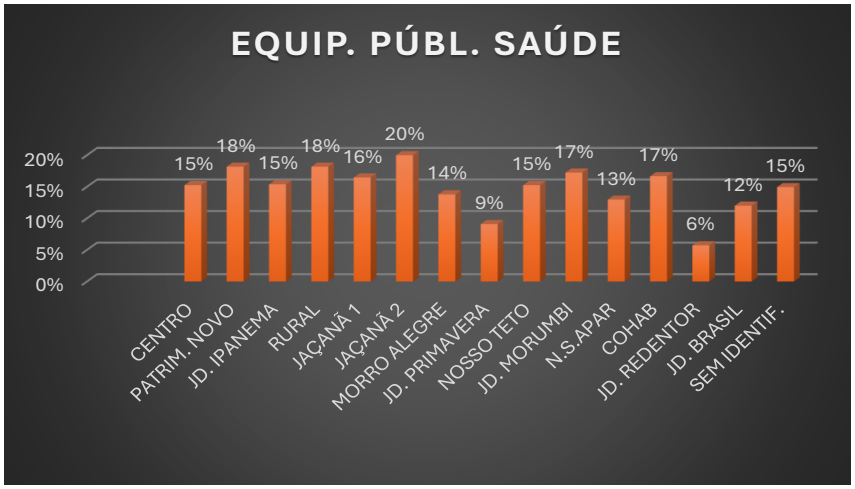
A Zona Rural é que considera a maior falta de moradias no município e no Jardim Redentor encontra-se a menor percepção de falta.

- FALTA DE EMPREGO/TRABALHO



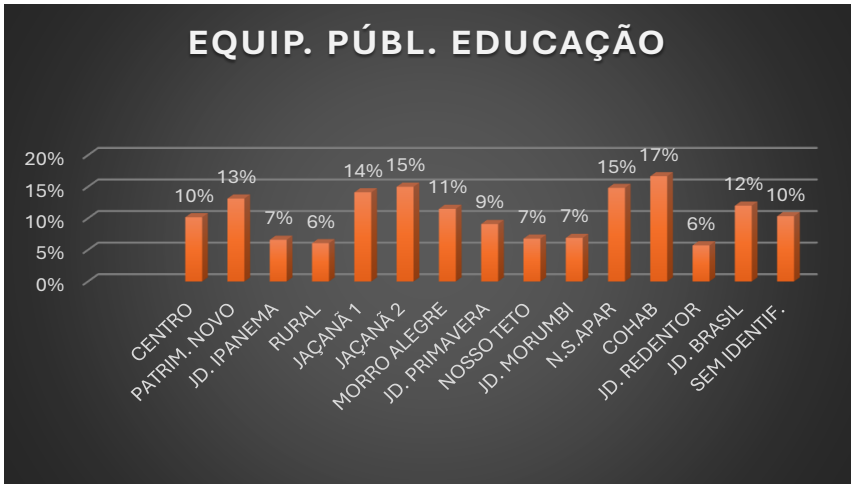
O centro da cidade é o que mais citou a falta de trabalho e o Jardim Primavera com a menor porcentagem.

- FALTA DE EQUIPAMENTO PÚBLICO DE SAÚDE



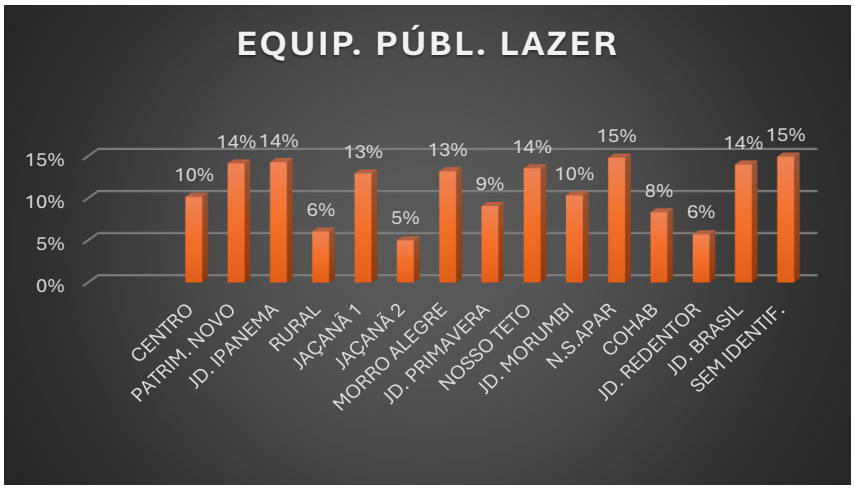
Apesar de vários bairros identificarem alta percentagem na percepção da falta de equipamento público de saúde, a maior percepção aparece no Bairro Jaçanã II e a menor no Jardim redentor.

- FALTA DE EQUIPAMENTO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO



A COHAB apresentou a maior falta de equipamento público de educação no município, mas trata-se de um bairro pequeno e, as menores foram a Zona Rural e o Jardim redentor.

- FALTA DE EQUIPAMENTO PÚBLICO DE LAZER



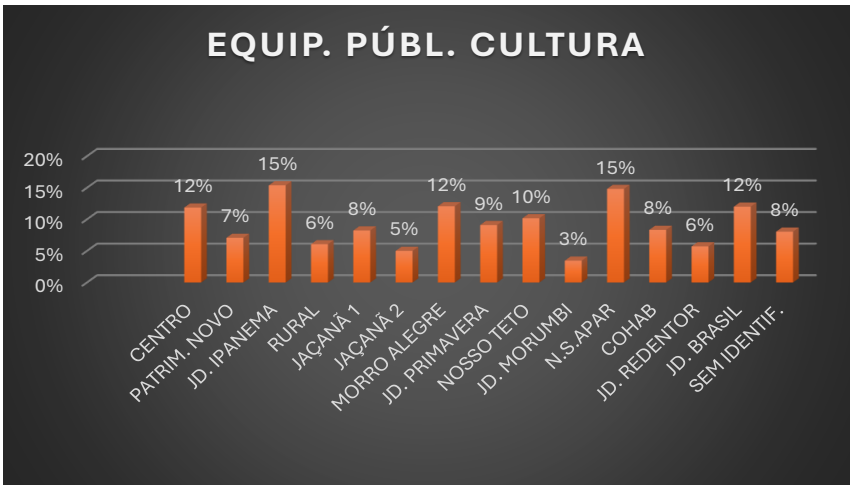
Diversos são os bairros que apontaram a falta de equipamento público de lazer, sendo o destaque para o bairro Nossa Senhora Aparecida e o menor o Jaçanã II.

- FALTA DE EQUIPAMENTO PÚBLICO DE ESPORTES



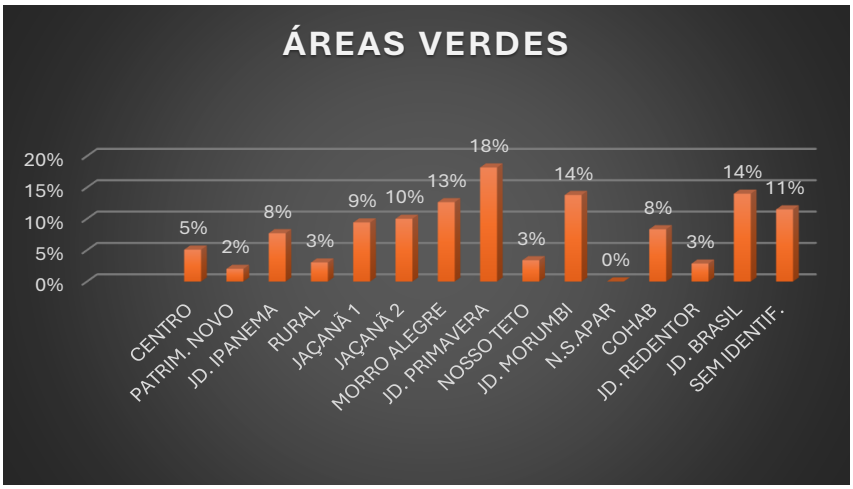
No Jardim Primavera houve a maior citação é em relação a falta de equipamento público de Esportes, já no jardim Redentor não houve menção à falta deste tipo de equipamento.

- FALTA DE EQUIPAMENTO PÚBLICO DE CULTURA



O Jardim Primavera e o Nossa Senhora Aparecida foram os bairros que mais apontaram a carência desse equipamento no município e o Jardim Morumbi o que menos apresentou a falta.

- FALTA DE ÁREAS VERDES



A escassez de áreas verdes é mais observada pelo Jardim Primavera e, não há citação de falta no bairro Nossa Senhora Aparecida.

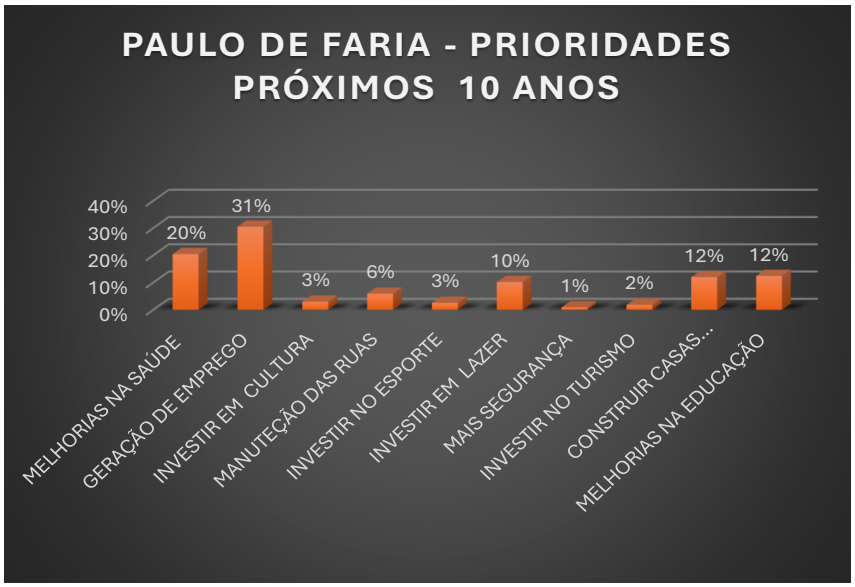
- TOTALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA - O QUE FALTA ATUALMENTE NO MUNICÍPIO



Na atualidade, com relação a totalização do município, a população entende como maior falta o emprego/trabalho (22%), a segunda maior preocupação é a falta de mais equipamento públicos de saúde (15%).

A escassez de moradias foi apontada por 14% da população, seguida pela falta de equipamentos públicos de lazer (13%), educação (11%), cultura (11%), áreas verdes (8%) e equipamento de esportes (6%).

- TOTALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA - AS PRIORIDADES PARA PAULO DE FARIA REALIZAR NOS PRÓXIMOS 10 ANOS.



A participação da população de Paulo de Faria que respondeu o questionário referente as leituras comunitárias totalizou 566 participantes, com idade média de 31,4 anos, sendo que a participação feminina foi a maioria totalizando 72,40%, contra 27,60% masculina.

A seguir apresenta-se as prioridades identificadas pela população de Paulo Faria para os próximos dez (10) anos, de acordo com sua ordem decrescente, em porcentagem, e, destacando-se sugestões de assuntos em conformidade com cada prioridade apresentada:

1ª – Geração de emprego (31%)

a. A população mostrou grande preocupação com a geração de emprego e renda nos próximos 10 anos, sentindo-se carente de mais oportunidades de trabalho e esperando a criação de novos negócios;

b. Implantação de cursos profissionalizantes para jovens;
c. Incentivo ao turismo para desenvolver a geração de renda e emprego;
d. Investir nas confecções caseiras e artesanato.

2ª – Melhorias na saúde (20%)

a. Apontamentos de melhorias no atendimento, falta de especialidades médicas e de equipamentos para exames, fez com que a população não avaliasse positivamente o serviço ofertado pelo município, esperando que seja uma prioridade do município para os próximos 10 anos.

3ª – Construir casas populares (12%)

a. A população sente falta de criar ou reservar áreas urbanas para implantação de programas habitacionais de interesse social;

4ª – Melhorias na educação (12%)

a. Os habitantes de Paulo de Faria acreditam que investir na qualificação dos profissionais da educação, refletirá na efetiva melhoria na qualidade do ensino local e no sucesso dos estudantes.

5ª – Investir em lazer (10%)

a. Foi apontado a necessidade de novas formas de entretenimento que tragam , satisfação, lazer e momentos de diversão para as pessoas.

6ª – Manutenção das ruas (6%)

a. Apontam que o município deve promover campanhas constantes de manutenção da pavimentação asfáltica;

b. Indicam também a construção de calçadas e adequação das existentes quanto a acessibilidade.

7ª – Investir em cultura (3%)

a. As pessoas reivindicam mais acesso à cultura em todas as suas formas, seja música, teatro, dança, fotografia e audiovisual, entre outras.

8ª – Investir em esporte (3%)

a. Estímulo ao esporte para crianças e adolescentes, aprimorando a convivência em grupo e em sociedade.

9ª – Investir no turismo (2%)

a. Investir no turismo para atrair investidores para este setor, gerando receita, emprego e renda para comunidade local.

10ª – Mais segurança (1%)

a. A maior preocupação dos pais é em relação aos conflitos entre alunos e brigas fora de seus portões das escolas.

6. ANÁLISES ESTRATÉGICAS

A análise desses dados pode ajudar na identificação de estratégias para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população do município de Paulo de Faria.

6.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Contribui para as seguintes metas dos ODS
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável







Tema	Questões Qualificadoras		Estratégias
	Favoráveis	Desfavoráveis	
Desenvolvimento Econômico	- O município possui atrativos turísticos em seu território.	- O município apresenta uma estrutura minimamente dinâmica de geração de emprego, renda e receita pública.	- Incentivar o turismo, já que o município integra o MIT - Municípios de Interesse Turístico paulista, buscando maior participação deste segmento na formação do Produto Interno Bruto municipal e na geração de empregos; - Estimular novas atividades econômicas; - Promover implantação de distrito industrial para fomentar o desenvolvimento novos empregos e receita pública;

Desenvolvimento Econômico	- Maior parte da área do município com cultivo de cana-de-açúcar; - O setor de agropecuária é o com maior participação no PIB municipal.	- Uso intensivo de agrotóxicos; - Utilização de aviões e drones agrícolas no manejo da pulverização de defensivos agrícolas; - Produção agrícola associado à monocultura da cana-de-açúcar.	- Fomentar a produção da agricultura familiar, agroecologia e sustentável; - Estímulo e promoção do pequeno agricultor, especialmente aqueles que optam por não utilizar agroquímicos em suas plantações, - Promover o produtor local por meio da participação em feiras livres municipais; - Maior controle dos potenciais impactos ambientais da monocultura da cana-de-açúcar. - Políticas municipais específicas para incentivo à produção artesanal.

6.2 SAÚDE

Contribui para as seguintes metas dos ODS
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável





Tema	Questões Qualificadoras		Estratégias
	Favoráveis	Desfavoráveis	
Saúde	- O município possui boa estrutura estabelecimentos de saúde; - Razoáveis indicadores de saúde.	- Escassez de aparelhos para realização de exames clínicos; - Alto índice de adolescentes grávidas; - Envelhecimento da população.	- Buscar recursos junto aos governos Federal e Estadual para aquisição de equipamentos para exames clínicos; - Promoção e expansão de projetos no contraturno escolar destinados a crianças e adolescentes, em colaboração com o Governo Estadual e Federal, bem como em parceria com a iniciativa privada e com o terceiro setor; - Aprimorar o atendimento à saúde preventiva das pessoas de terceira idade.

6.3 CULTURA

Contribui para as seguintes metas dos ODS
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável







Tema	Questões Qualificadoras		Estratégias
	Favoráveis	Desfavoráveis	
Cultura	- Existem no município manifestações culturais marcantes; - O artesanato e especialmente a culinária local, possuem características únicas; - O município ainda possui estruturas arquitetônicas e urbanísticas de interesse patrimonial.	- As manifestações são pouco divulgadas; - Dificuldade dos pequenos produtores de produtos artesanais divulgar e comercializar seus produtos; - O município não dispões de cadastro do seu acervo arquitetônico; - A população reclama mais acesso à cultura em todas as suas formas.	- Incentivar o artesanato local, em especial a fabricação da linguiça cuiabana, doces e a culinária tradicional em Paulo de Faria; - Promover o resgate das raízes culturais, religiosas e de folclore, buscando a criação de local adequado e específico; - Catalogar, promover incentivos e prever ações para preservação e recuperação do patrimônio arquitetônico; - Estimular o desenvolvimento de projetos culturais que atendam os anseios da população, bem como buscar recursos para construção de local para apresentações culturais.

6.4 EDUCAÇÃO

Contribui para as seguintes metas dos ODS
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável









Tema	Questões Qualificadoras		Estratégias
	Favoráveis	Desfavoráveis	
Educação	- Os equipamentos atualmente disponíveis na área da educação são adequados para as atividades correntes realizadas no município; - Bons indicadores educacionais no ensino médio.	- Indicadores educacionais do 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano, a baixos das metas; - Falta de cursos de qualificação profissional.	- Promover reforço escolar como ferramenta para reduzir lacunas dos alunos do ensino fundamental; - Analisar a possibilidade de implantar a tutoria online, buscando garantir reforço escolar de qualidade e que reduza os desníveis dos alunos; - Implantar cursos de qualificação profissional; - Incentivar a utilização da plataforma do governo federal onde são ofertados gratuitamente cursos de capacitação e qualificação profissional.

6.5 ESPORTE E LAZER

Contribui para as seguintes metas dos ODS
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável









Tema	Questões Qualificadoras		Estratégias
	Favoráveis	Desfavoráveis	
Esporte e Lazer	- Os equipamentos atualmente disponíveis na área da educação são adequados para as de esportes no município;	- Insuficientes atividades esportivas e de lazer no contraturno das aulas, para crianças e adolescentes; - Carência de local para atividades de lazer cultural da população em geral.	- Promover a expansão de projetos no contraturno escolar destinados a crianças e adolescentes, em colaboração com o Governo Estadual e Federal, bem como em parceria com a iniciativa privada e com o terceiro setor; - A escola fomentar no contraturno momentos lúdicos e interativos que colaboram para desenvolvimento dos estudantes; - Incentivar a utilização das quadras esportivas das escolas;

Esporte e Lazer			- Implantar atividades tais como: robótica e tecnologia, idiomas, artes e culinária entre outras; - Buscar recursos financeiros junto aos governos Federal e Estadual para construção de anfiteatro.

6.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contribui para as seguintes metas dos ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Tema	Questões Qualificadoras		Estratégias
	Favoráveis	Desfavoráveis	
Assistência Social	- A Assistência Social no município atua de modo satisfatório.	- O município não possui local para o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial; - O atendimento é feito no município de Orindiúva.	- Promover a implantação do CAPS no município de Paulo de Faria.

6.7 SEGURANÇA PÚBLICA

Contribui para as seguintes metas dos ODS
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Tema	Questões Qualificadoras		Estratégias
	Favoráveis	Desfavoráveis	
Segurança Pública	- O município possui bons indicadores de segurança pública.	- A população aponta preocupação quanto a segurança na porta das escolas.	- Aprimorar a segurança em relação aos conflitos entre alunos e brigas nas saídas das escolas.

6.8 POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL

Contribui para as seguintes metas dos ODS
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável









Tema	Questões Qualificadoras		Estratégias
	Favoráveis	Desfavoráveis	
População e Vulnerabilidade Social	- O município tem evoluído seu IDH; - Importante capital social na prestação de assistência aos vulneráveis;	- O município possui assentamentos informais; - Apresenta déficit habitacional, sobretudo para a população de baixa renda; - Alto índice imóveis desocupados e, também de ocupados ocasionalmente; - Alto índice de vulnerabilidade social, principalmente a renda e trabelho.	- Promover a regularização fundiária em áreas urbanas ocupadas por assentamentos informais; - Coibir a ocupação irregular de áreas públicas institucionais dando-lhes o uso adequado; - Buscar recursos financeiros junto aos governos Federal e Estadual para construção de moradias para a população de baixa renda; - Promover implantação de distrito industrial para fomentar o desenvolvimento novos empregos e receita pública.

6.9 MOBILIDADE URBANA

Contribui para as seguintes metas dos ODS
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável







Tema	Questões Qualificadoras		Estratégias
	Favoráveis	Desfavoráveis	
Mobilidade Urbana	- Poucas declividades na área urbana; o que propicia o trânsito a pé ou de bicicleta; - Baixas declividades possibilitam que maior parte das calçadas sejam niveladas.	- Pouco uso de bicicletas; - Falta de acessibilidade nas calçadas, o que dificulta a circulação de pessoas que tenha alguma dificuldade ou mobilidade reduzida; - O município não possui plano de mobilidade urbana.	- Fomentar o uso de bicicletas por meio de passeios ciclísticos e passeios turísticos; - Incentivar o uso de bicicletas para a redução das emissões de gases do efeito estufa e combate às mudanças climáticas; - Planejar e construir calçadas acessíveis; - Fiscalizar a construção de novas calçadas; - Buscar recursos e apoio técnico para melhoria da mobilidade urbana.

6.10 TURISMO

Contribui para as seguintes metas dos ODS
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Tema	Questões Qualificadoras		Estratégias
	Favoráveis	Desfavoráveis	
Turismo	- O município está incluído, entre os 140 considerados MIT – Município de Interesse Turístico, devido a seu potencial turístico natural; - A Cachoeira do Talhadão no Rio Turvo, é referência como ponto turístico no noroeste paulista; - A praia artificial de Paulo de Faria é procurada regionalmente como ponto turístico e de lazer;	- Pouca divulgação do potencial turístico, festivo e culinário do município.	- Fomentar campanha publicitária em canais mais consolidados e atuais como fanpages, blogueiros de viagens, Instagram e sites “Online Travel Agency”, como o TripAdvisor; - Desenvolver outros tipos de turismo tais como: Ecoturismo; Turismo Cultural; Turismo de Esportes náuticos; Turismo de Pesca e Turismo Náutico; - Alavancar o setor turístico, compatibilizando os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades

Turismo	- A Cachoeira do Cedro é um atrativo natural; - A festa do Peão de Boiadeiro é uma das mais antigas e tradicionais do Estado de São Paulo; - A culinária é destaque com a "Linguiça Cuiabana", originária do município; - O município possui Plano Diretor de Turismo.		culturais e naturais do município; - Disciplinar as atividades esportivas aquáticas nos recursos hídricos locais, em conjunto com os órgãos responsáveis estaduais e federais; - Promover o fortalecimento do setor de comércio e serviços relacionado a atividades de turismo, com o objetivo de incrementar a geração de emprego e renda; - Auxiliar no aprimoramento e na qualificação dos serviços prestados ao turista, principalmente pelos bares, lanchonetes, hotéis e restaurantes locais; - Dotar a cidade com equipamentos públicos de lazer e recreação, que reforcem a vocação local para o turismo; - Elaborar rota e calendário turísticos, incluindo artesanato e culinária, entre outros.

6.11 SANEAMENTO AMBIENTAL

Contribui para as seguintes metas dos ODS
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Tema	Questões Qualificadoras		Estratégias
	Favoráveis	Desfavoráveis	
Saneamento Ambiental	- O município possui revisão/atualização do Plano Municipal de Saneamento específico dos serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário; - O município possui revisão/atualização do Plano Municipal de Saneamento específico dos serviços de Drenagem Urbana;	- Manutenção e limpeza insuficiente do sistema de microdrenagem; - Pouca fiscalização do desmatamento da mata ciliar; - Contaminação da água pelo uso intensivo de agrotóxicos.	- Solicitar da concessionária dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário, informações sobre o Elaboração de cadastro técnico (cadastro de rede e ligações) do sistema de abastecimento de água, em meio digital.

Saneamento Ambiental	- A captação principal é por manancial de abastecimento de água superficial; - A maioria dos imóveis rurais do município preservam sua APP's que estão cadastradas no CAR; - Pequena parte do perímetro urbano confronta com corpo d´água (Córrego Pontes); - Maior parte das vias urbanas estão arborizadas; - Não existem atividades com potencial poluente médio ou alto no município; - O município possui Aterro Sanitário Controlado para disposição final dos resíduos urbanos; - O município construiu Galpão para Triagem de Reciclagens.	- Algumas ruas ainda não estão arborizadas; - Presença de atividades com baixo potencial poluidor; - Solicitar às empresas já instaladas no município, bem como àquelas que venham a se instalar, a implementação de medidas mitigadoras para redução dos impactos; - O índice IQR de 2021 a 2022, quanto às condições ambientais dos aterros de destino de resíduos urbanos baixou de 10 para 8,4; - Não há coleta seletiva de resíduos; - Existe de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos.	- Solicitar da concessionária dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário, informações sobre o Programa de Gerenciamento do Índice de Perdas - Desenvolver de plano de manejo ambiental para Microbacia Hidrográfica do Córrego dos Patos, responsável pelo manancial de abastecimento superficial de água; - Elaborar cadastramento e controle das áreas verdes urbanas públicas e particulares; - Desenvolver um programa de arborização das vias públicas em colaboração com a comunidade; - Elaborar Plano de Coleta Seletiva e implantá-lo; - O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos está vencido.

6.12 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Contribui para as seguintes metas dos ODS
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Tema	Questões Qualificadoras		Estratégias
	Favoráveis	Desfavoráveis	
Produção Do Espaço Urbano	- Espaço urbano consolidado com baixas dinâmicas territoriais; - Possui alguns instrumentos que orientam a política de desenvolvimento urbano municipal; - Não há vazios urbanos significativos.	- O município possui assentamentos caracterizados pela ocupação irregular; - Apresenta déficit habitacional, sobretudo para a população de baixa renda; - A população de baixa renda somente acessa moradia adequada por meio de empreendimentos financiados por programas habitacionais públicos; - Escassez ou desatualização dos instrumentos que orientam a política de desenvolvimento urbano municipal;	- Promover a regularização fundiária em áreas urbanas ocupadas por assentamentos informais; - Solicitar recursos financeiros junto aos governos Federal e Estadual para produção de moradias para a população de menor poder aquisitivo; - O Município necessitará aprovar junto ao Plano Diretor: Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Código de Obras e Edificações.

BIBLIOGRAFIA

AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categoria-projetos-e-estatisticas/9941-atlas-do-desenvolvimento-humano-no-brasil

BRASIL. Guia para Elaboração e Revisão de planos Diretores. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores

CLIMATEMPO.
Disponível: <https://www.climatempo.com.br/climatologia/2444/paulodefaria-sp>.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – DAEE, http://www.daee.sp.gov.br/site/

SÃO PAULO. Mapa pedológico do Estado de sâo Paulo. https://smastr16.blob.core.windows.net/2001/sites/261/2023/08/mapa_pedologico_estado_sao_paulo_revisado_ampliado.pdf

ESTATUTO DA CIDADE, Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. https://www.seade.gov.br/

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Populacional 2010: Disponível em: www.ibge.gov.br.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Populacional 2022: Disponível em: www.ibge.gov.br.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. .Regiões de influência das Cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf

INSTITUTO FLORESTAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP, e reunida no Inventário Florestal do Estado de São Paulo, em 2009

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. www.ipea.gov.br. Acessado em outubro de 2016. _____. Geografia do Brasil. Rio de Janeiro, v.2. 1990.419 p. _____. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. IBGE, 1992. 92p. _____. Mapa da Vegetação Brasileira. IBGE, 1983. _____. Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, 2015

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓCICAS. Diagnóstico da situação atual dos Recursos Hídricos, IPT (1999)

SÃO PAULO. Mapa do zoneamento agroambiental da região de Paulo de Faria. Disponível em: <http://www.ciiagro.sp.gov.br/Zoneamento_Agroambiental/mapas/ZoneamentoAgroambiental2.jpg>

SÃO PAULO. Mapa pedológico do Estado de sâo Paulo. https://smastr16.blob.core.windows.net/2001/sites/261/2023/08/mapa_pedologico_estado_sao_paulo_revisado_ampliado.pdf

SÃO PAULO. Atlas de suscetibilidade dos solos do estado de São Paulo (2022) – disponível em <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/ipa/atlas-de-suscetibilidades-dos-solos-do-estado-de-sao-paulo/>.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, LUPA – Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617.php#p